

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Silvia Maria de Oliveira

O ENSINO DE DESENHO NA ESCOLA NORMAL DA CAPITAL (1887-1927)

MARÍLIA
2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

SILVIA MARIA DE OLIVEIRA

O ENSINO DE DESENHO NA ESCOLA NORMAL DA CAPITAL (1887-1927)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Marília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação.

Linha de Pesquisa: Filosofia e História da Educação no Brasil.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Clara Bortoleto Nery.

MARÍLIA
2018

Oliveira, Silvia Maria de.
O48e O ensino de desenho na Escola Normal da Capital (1887-1927) /
Silvia Maria de Oliveira. – Marília, 2018.
113 f. : 30 cm.

Orientadora: Ana Clara Bortoleto Nery.
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual
Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2018.
Bibliografia: f. 108-113.

1. Educação - História. 2. Escolas normais. 3. Desenho - Estudo e
ensino – História – 1887-1927. I. Título.

CDD 373.2

SILVIA MARIA DE OLIVEIRA

O ENSINO DE DESENHO NA ESCOLA NORMAL DA CAPITAL (1887-1927)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Marília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação.

Linha de Pesquisa: Filosofia e História da Educação no Brasil.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Ana Clara Bortoleto Nery
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Prof. Dr. Tony Honorato
Universidade Estadual de Londrina

Profa. Dra. Maria Zélia Maia de Souza
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Rosane Michelli de Castro, Unesp Marília
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Profa. Dra. Alessandra Arce Hai
Universidade Federal de São Carlos

Marília, ____ de _____ de 2018

*Dedico o fruto desta pesquisa a meus pais,
Sonia e Gerson:
vocês foram fundamentais nesta jornada de estudos;
gratidão eterna pelo quanto me apoiam.*

AGRADECIMENTOS

Foi longa a caminhada para a realização deste trabalho, por isso, agora, é necessário agradecer a cada um de vocês, cuja existência e colaboração ensejaram mais brandura ao percurso realizado.

Assim, principio com minha gratidão especial à professora e orientadora Ana Clara Bortoleto Nery, não apenas por todas as suas contribuições, mas, também, pela compreensão e a amizade em cada um dos momentos vivenciados.

Igualmente, segue um agradecimento particular aos professores Tony Honorato e Maria Zélia Maia de Souza, que facultaram o diálogo em torno do tema abordado, enriquecendo, com seu olhar apurado, as análises ora evidenciadas.

Ainda sobre os mestres, agradeço o apoio das professoras Luciana Aparecida de Araújo Penitente e Rosane Michelli de Castro; declaro, aqui, minha admiração pelo carinho sempre ofertado por vocês a cada um dos alunos.

Como não poderia deixar de ser, agradeço, profundamente, à minha família, em especial a meus pais Sonia e Gerson e aos meus irmãos Gizele e Ronaldo, pelo carinho e base que significaram nesta trajetória.

Gratidão especial, também, à minha amiga Cintia Lima Raphael, pelo sentimento de hospitalidade com que sempre me recebeu em sua casa em Marília; companheira nos eventos acadêmicos e nas discussões sobre a História da Educação no Brasil.

Com todo carinho, registro meus agradecimentos à professora Maria Auxiliadora, a querida e eterna Lilia (in memoria), docente de Histografia Brasileira na PUC/SP, que me despertou para o desejo de aprender, incentivando-me e alegrando-se com minhas conquistas.

Ainda a todos meus colegas de trabalho, que, com sua atenção e generosidade, estiveram comigo neste período de pesquisa, cada qual com uma palavra de alento e ânimo.

Aos funcionários de Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP de Marília, em especial à Luciana Gomes, agradeço pelo acolhimento e o constante respaldo.

Enfim, agradeço a cada um que, direta ou indiretamente, passaram pela minha vida nos últimos anos e que, ao demonstrar carinho e amizade, ainda que inconscientemente, contribuíram *encorajando-me* nesta importante caminhada.

Pai Criador, agradeço-Lhe por me dar forças para prosseguir; e à madrinha dos meus estudos, Nossa Senhora da Imaculada Conceição, agradeço de todo meu coração por me possibilitar esta conquista com sua intercessão.

OLIVEIRA, S. M. **O Ensino de Desenho na Escola Normal da Capital (1887-1927)**. 113f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC/Câmpus de Marília, Marília, 2018.

Resumo

Esta dissertação, de cunho histórico e documental, tem como objetivo analisar o Ensino de Desenho na Escola Normal da Capital no período de 1887 a 1927. Para tanto, analisa documentação diversa para tentar apreender as maneiras como eram desenvolvidos o Ensino de Desenho na formação de professores, as propostas para tal matéria defendidas agentes do campo educacional, o perfil da matéria ao longo do período e de seus professores. O recorte temporal justifica-se uma vez que, em 1887, foi instituída a cadeira de Desenho na Escola Normal da Capital e, em 1927 a Reforma de Amadeu Mendes que conduzia medidas para expandir a Escola Normal às demais cidades, equiparando as Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais. As fontes da investigação foram os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo, as revistas pedagógicas paulistas acerca do tema Ensino de Desenho; estudos anteriores sobre o mesmo tema, documentos de e sobre a Escola Normal da Capital e o jornal Correio Paulistano. Como referenciais teóricos foram utilizados Monarcha (1999) e Dias (2013), bem como as contribuições de Tanuri (1979); Almeida (1995; 2016) corrobora com questões a respeito das práticas de ensino das Escolas Normais e da organização curricular da mesma; e Carvalho (2011) com o conceito de modelo escolar paulista. Como resultados observou-se que o Ensino de Desenho tinha modos de desenvolvimento distintos para meninos e para meninas; Thomas de Lima e Felicidade Perpétua de Macedo são os professores que permaneceram por mais tempo a frente da matéria; o método intuitivo permanece como referência a maior parte do tempo e a partir dos anos de 1920 o método analítico torna-se a abordagem principal.

Palavras-chave: Ensino de Desenho; Escola Normal da Capital; Formação de Professores.

OLIVEIRA, S M The Teaching of Design at the Normal School of the Capital (1887-1927). 113f. Dissertation (Master's Degree in Education) – UNESP - "Júlio de Mesquita Filho" Paulista State University, Faculty of Philosophy and Sciences – FFC/Marília Campus, Marília, 2018.

Abstract

This dissertation, of a historical and documentary nature, aims to analyse the Teaching of Design at the Normal School of the Capital from 1887 to 1927. To do so, various documents are analysed in an attempt to understand the ways in which the Teaching of Design was implemented in teacher training, the proposals for the subject advocated by agents in the field of education, the background of the subject during the period concerned and its teachers. The choice of time period is justified since the Design Chair was instituted at the Normal School of the Capital in 1887, and in 1927 the Amadeu Mendes Reforms were enacted, which put in place measures to expand the Normal School to other cities, giving Normal Free Schools and Official Normal Schools equal status. The sources of the research were the São Paulo State Teaching Yearbooks, pedagogical journals of São Paulo on the Teaching of Design; previous studies on the same subject, documents from and about the Normal School of the Capital and the newspaper *Correio Paulistano*. The following theoretical references were used: Monarcha (1999) and Dias (2013), as well as the contributions of Tanuri (1979); Almeida (1995; 2016) contributes with questions regarding teaching practices at the Normal Schools and the curricular organisation thereof; and Carvalho (2011) with the concept of the São Paulo school model. In terms of results, it was observed that the Teaching of Design had different developmental formats for boys and for girls; Thomas de Lima and Felicidade Perpétua de Macedo are the teachers who remained at the forefront of the subject for longest; the intuitive method remains a benchmark most of the time and from the 1920s the analytical method became the main approach.

Key Words: Teaching of Design; Normal School of the Capital; Teacher Training.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Exercício no Quadro Negro da criação de um triângulo equilátero.....	26
Figura 2: Ilustração do 1º Capítulo do Manual – <i>Guia do Professor Para o Estudo de Forma e Desenho nas Escolas Primarias</i>	28
Figura 3: Ilustração do Capítulo V do Manual – <i>Guia do Professor Para o Estudo de Forma e Desenho nas Escolas Primarias</i>	29
Figura 4: A representação de objetos através das linhas	33
Figura 5: Representação de objetos através das formas geométricas.....	33
Figura 6: Representação de ratos em movimento.....	34
Figura 7: Desenho da forma do triângulo para a representação do rato	35
Figura 8: Passo a passo da representação do desenho do rato, usando linhas.....	35
Figura 9: Passo a passo da representação do desenho do rato, usando linhas.....	35
Figura 10: Passo a passo da representação do desenho do rato, usando linhas.....	36
Figura 11: As sombras na representação do desenho dos ratos.....	36
Figura 12: A representação das silhuetas de ratos.....	36
Figura 13: Desenho do aluno, realizado a partir do modelo dado pelo aluno	42
Figura 14: Modelo de figuras simples	43
Figura 15: Representação de objetos de uso doméstico, não simétricos, com o uso de retas ou curvas.....	44
Figura 16: Representação de pequenos objetos com arestas e linhas retas	44
Figura 17: Representação de objetos com faces e arestas retas ou curvas de formas simétricas.....	45
Figura 18: Representação do livro e da bola, seguindo o desenho geométrico.....	47
Figura 19: Desenho realizado pelo professor Raphael Falco, na nota de 5.000 cruzeiros	49
Figura 20: Ilustração da capa da <i>Revista da Escola Normal de São Carlos</i> , realizada pelo professor Raphael Falco	49
Figura 21: Prova de Caligrafia do professor Dr. Thomaz Augusto Ribeiro de Lima.....	63
Figura 22: Pintura de W. Reichardt, acerca de 1880	64
Figura 23: Thomaz Augusto Ribeiro de Lima s/d	80
Figura 24: Retrato de Wenceslau Queiroz realizado pelo Dr. Thomaz de Lima, 1890.....	83
Figura 25: Fotografia que consta o Dr. Thomaz de Lima na Escola Normal da Capital, acerca de 1900	84
Figura 26: D. Felicidade Perpetua de Macedo s/d.....	85

Figura 27: Turma de normalista de 1921 – D. Felicidade de Macedo	91
Figura 28: Aniversário da Turma de 1913 – D. Felicidade de Macedo, 1943	93
Figura 29: Bruno Zwarg, s/d	95
Figura 30: Capa dos livros de autoria de Luiz Gallina, s/d	96
Figura 31: D. Carlota do Amaral, s/d	97
Figura 32: Aula de desenho, seção masculina, 1908.....	99
Figura 33: Aula de desenho, seção feminina, 1908.....	100
Figura 34: Aula de desenho, seção feminina, 1908.....	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estrutura Curricular de 1876	59
Quadro 2: Estrutura Curricular de 1881	60
Quadro 3: Estrutura Curricular de 1884	60
Quadro 4: Estrutura Curricular de 1887	66
Quadro 5: Estrutura Curricular de 1892	69
Quadro 6: Estrutura Curricular de 1893	70
Quadro 7: Estrutura Curricular de 1896	70
Quadro 8: Estrutura Curricular de 1904	71
Quadro 9: Estrutura Curricular de 1913	73
Quadro 10: Estrutura Curricular de 1921	75
Quadro 11: Estrutura Curricular de 1927	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 O DEBATE NA IMPRENSA PEDAGÓGICA EM SÃO PAULO: O QUE OS PROFESSORES PROPÕEM PARA O ENSINO DE DESENHO	21
2 O ENSINO DE DESENHO NA ESCOLA NORMAL DA CAPITAL	56
2.1 Os primeiros momentos da Escola Normal da Capital	56
2.2 A criação da Cadeira de Ensino de Desenho e Caligrafia na Escola Normal da Capital	61
2.3 Do lugar do Ensino de Desenho na estrutura curricular da Escola Normal da Capital: as Reformas	68
3 O ENSINO DE DESENHO NA ESCOLA NORMAL: OS DOCENTES	80
3.1 Professor de Desenho e Caligrafia da seção masculina da Escola Normal da Capital Dr. Thomaz Augusto Ribeiro de Lima	80
3.2 Professora de Desenho e Caligrafia seção feminina da Escola Normal da Capital D. Felicidade Perpetua de Macedo	85
3.3 Professores que substituíram os professores Dr. Thomaz de Lima e D. Felicidade de Macedo	94
3.4 As aulas de Desenho: o Espaço das Aulas e do Ensino de Desenho na Escola Normal da Capital	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109

INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta os resultados finais de pesquisa cujo tema encontra-se voltado à formação de professores no Estado de São Paulo. O objetivo geral do estudo foi analisar o processo do ensino de Desenho na Escola Normal da capital paulista, entre os anos de 1887 e 1927 – período iniciado com a criação da cadeira de Caligrafia e Desenho (1887) (dissociada em duas seções: masculina e feminina) e arrematado com a Reforma Amadeu Mendes (1927), franqueando medidas para a expansão da Escola Normal às demais cidades, proporcionando a equiparação das Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais (art. 19 da Lei nº 2.269, de 31 de dezembro de 1927). Tal alargamento de fronteiras, no entanto, fez com que a Escola Normal da Capital acabasse não sendo um efetivo polo centralizador do ensino de Desenho, visto que, com a nomeação do inspetor-especialista em Desenho, este profissional veio a zelar dentre outras atribuições, pela uniformização do ensino de Desenho, bem como pela produção de artigos que demonstrassem ações profícuas aos professores de Desenho das Escolas Normais. É, nesse cenário, que, em 1927, verifica-se, portanto, pela última vez, a presença do componente Desenho na estrutura curricular da Escola Normal da Capital, ensejando presumir que, nos anos seguintes, o ensino de Desenho na Escola Normal da Capital passou a ser apreciado enquanto ferramenta de cunho totalmente pedagógico, tendo sua nomenclatura amoldada, a partir de 1931, para Desenho Pedagógico.

A investigação em apreço destaca como objetivos principais: 1) a análise de revistas pedagógicas publicadas no período mencionado, abalizando artigos em torno da temática do Desenho e fomentando discussões acerca do conteúdo enfatizado; 2) a análise do ensino de Desenho na Escola Normal da Capital, focalizando os professores então concursados, titulares da cadeira de Caligrafia e Desenho; 3) a compreensão das peculiaridades do ensino de Desenho nas Escolas Normais, especificamente no tocante à formação de professores.

O advento da Escola Normal da Capital aconteceu em 1846 e seu estabelecimento foi composto por três fases distintas: a primeira delas no período do Império, alcançando a fase da República; depois, a sua ascensão durante a Reforma de Caetano de Campos (1890), que criou as escolas modelos, anexas à Escola Normal da Capital; e, por último, a chegada do ensino do método intuitivo.

As observações ora desenvolvidas fundamentam-se em perspectivas de natureza documental e bibliográfica, ponderando-se o ensino de Desenho e os registros referentes à Escola Normal da Capital. Logo, com esta dissertação, são perscrutados novos questionamentos em relação à formação de professores no âmbito do Desenho, no Estado de São Paulo, no final

do século XIX e início do século XX, ressaltando-se a importância da Escola Normal da Capital para a formação de professores, tanto no contexto da Capital, como no Interior do Estado. Tal tarefa redundou do estudo de documentos, leis, decretos alusivos à escola pesquisada, por meio dos *Anuários do Ensino do Estado de São Paulo* e da imprensa pedagógica do período que circunscreve esta pesquisa e, também, mediante jornais da época.

Ressalte-se que a pesquisa em pauta aquiesceria estar posicionada sobre a disciplina de Desenho propriamente dita, baseada em Chervel; no entanto, visando a alcançar os objetivos antes elencados, elegeu-se o Ensino de Desenho, invocando, assim, os termos privilegiados à época e utilizando como vestígios as revistas pedagógicas do período em recorte (1887-1927), além dos programas de ensino e os *Anuários do Ensino do Estado de São Paulo*.

O interesse medular pelo desenvolvimento desta pesquisa na linha História da Educação no Brasil irrompeu na Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo, durante a Especialização em “Arte na Educação: Teoria e Prática”, entre os anos de 2013 e 2015, quando, para o Trabalho de Conclusão do Curso, houve o aprofundamento em questões inerentes à formação dos professores dos anos iniciais no quesito Arte; compreendia uma pesquisa histórica acrescida de ações realizadas junto aos professores da escola em que a autora leciona, no decorrer dos horários pedagógicos (ATPCs).

Além disso, o pendor da autora para o Ensino de Desenho esteve, ainda, em muitos outros momentos de sua formação: licenciada em Educação Artística, com habilitação em Artes Plásticas, pela Universidade Cruzeiro do Sul (2003), atuando em aulas de Arte há dezesseis anos na rede estadual e municipal de São Paulo, nos anos iniciais, bem como graduada em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho (2005); na pós-graduação lato sensu, no curso de História, Sociedade e Cultura promovido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) (2010) e na Especialização em Artes Visuais, Intermeios e Educação pela Universidade Estadual de Campinas, em 2013. Com isso, sua trajetória como professora e pesquisadora encontra-se deveras atrelada à História da Educação e ao Ensino de Desenho, área à qual dedica-se com entusiasmo e afinco. Ademais, cabe acrescentar a experiência de algum tempo também como calígrafa.

Como resultado do TCC, cujo objetivo central esteve na formação dos professores na Escola Normal da Capital, haja vista que tal Escola possui um papel importante na história da formação de professores, em particular sobre a história da educação paulista, enquanto modelo para o Estado de São Paulo, decorreu o lampejo e o ardor de adentrar o conteúdo, o que fez derivar a presente pesquisa em nível de mestrado.

Desse modo, foi constatado que a Escola Normal da Capital, a partir de 1887, tangeu o Ensino de Desenho e Caligrafia para a formação do professor e, com certa preocupação, a respeito disso, pois a criação da cadeira de Caligrafia e Desenho corrobora a necessidade de formar professores, na seção masculina e na seção feminina, dotados de saberes referente ao desenho.

Em São Paulo, a Escola Normal da Capital, no mesmo ano de 1887, principiou um processo para estabelecimento, em seu currículo, do Ensino de Desenho. Com a institucionalização da cadeira de Caligrafia e Desenho, transcorreu o processo para provimento do cargo de professor da cadeira de Caligrafia e Desenho de ambas as seções. Foram, então, nomeados o Dr. Thomaz Augusto Ribeiro de Lima, para a seção masculina, e D. Felicidade Perpetua de Macedo, para a seção feminina.

Diante dessas considerações, foi delineado um levantamento sobre discussões acerca do Ensino de Desenho no Brasil, com destaque para as contribuições de Rui Barbosa e seus Pareceres.

O pensamento de Rui Barbosa referente à reforma da educação mantém significativas concepções filosóficas e políticas ao Ensino de Desenho com foco na educação; igualmente são dignas de ênfase suas ponderações sobre as Lições de Coisas, uma e outra se unindo para dar forma às suas formulações didáticas.

Seguindo a ótica de Rui Barbosa acerca da situação do ensino no Brasil, no tocante à instrução pública no país, tudo estava por fazer; ou seja: para o polímata brasileiro, as experiências educacionais do Brasil descortinavam-se aquém daquelas manifestadas por países como Estados Unidos, França, Inglaterra, Áustria, entre outros.

Para que uma reforma se desenrolasse, eram necessários investimentos à educação, do mesmo modo que Alemanha e França empregavam recursos em assuntos da Educação Superior. Rui Barbosa, sob seu lúcido prisma de contemplação, defendia que a ciência como centro de toda a organização do sistema de ensino, considerando-a fundamental para a educação.

Iniciando sua concepção, Rui Barbosa procurou estabelecer o que seriam as bases concretas e positivas ao estudo de Desenho que deveriam compor a classificação serial que lhe era implícita. Para tanto, fazia-se necessário colocar o ensino de Desenho de forma organizada, com planos e métodos definidos.

Nessa empreitada, Rui Babosa transladou como referências para o Brasil países como Inglaterra, Estados Unidos e Áustria.

Os argumentos de Rui Barbosa relativos ao ensino de Desenho como porta de entrada para educação no Brasil tratam-no como objeto de aprendizado indistinto, franqueado ao

alcance de todos, assim como a leitura e a escrita, daí sua importância enquanto em meio aos saberes elementares (ler, escrever e contar). A relevância do ensino de Desenho deve, pois, seguir o indivíduo em seu crescimento intelectual, desde os primeiros anos da vida escolar até a universidade. E nesse itinerário, o Desenho acaba sendo um facilitador para o entendimento do indivíduo com relação aos conteúdos, subsidiando no cumprimento do programa, uma vez que é integrado pelas três faculdades: observação, invenção e assimilação, capazes de agregar intelectualidade ao indivíduo. Ademais, o Desenho na qualidade de conteúdo doutrinário, provoca, ao olhar de Rui Barbosa, o enriquecimento do país.

A respeito do método de ensino de Desenho, conforme dito alhures, Rui Barbosa estuda os sistemas de ensino seguidos pela Inglaterra, Estados Unidos e Áustria. Entretanto, dentre tais países, aqueles que obtiveram a preferência de Rui Barbosa foram o método inglês e o austríaco.

O método inglês transporta, em seu parecer, os passos que deveriam ser seguidos pelo professor, bem como a organização nas aulas: quantidade de discípulos em sala de aula, horários, número de lições, tema das lições e as notas. Na apresentação da didática do método inglês, Rui Barbosa aborda o comportamento do “mestre” de variadas maneiras: tanto como forma para correções de atividades, quanto as sequências didáticas estabelecidas, como, por exemplo, não passar para outro assunto sem que o discípulo tivesse concluído, qualitativamente, a lição anterior.

O outro procedimento pelo qual Rui Barbosa demonstra predileção em seus pareceres é o método austríaco que se baseia na geometria, abordada via observação, percepção e discernimento de tais objetos antes mesmo de sua execução.

Sobre o profissional que a lecionar o Desenho, Rui Barbosa focaliza a teoria de Walter Smith, que se baseia na ideia de que o professor não teria, necessariamente, que ser um especialista em Desenho, devendo, antes, estar a par das metodologias sobre o tema para preparar seus alunos, dedicando-se à própria capacitação e aprendizado; aliás, não se pode prescindir da compreensão de que o Desenho é um grande facilitador para os alunos entenderem outras matérias.

Os sentidos são os principais instrumentos de aprendizagem, visto que a observação de fatos e objetos produz ideias e reflexões a respeito do conhecimento de palavras. Portanto, o método intuitivo e as Lições de Coisas são partes centralizadoras dos pareceres de Rui Barbosa.

Com o levantamento acerca dos pareceres de Rui Barbosa sobre o ensino de Desenho, produziu-se, assim, um facilitador para o entendimento dos processos sobre o Ensino de Desenho na Educação no Brasil.

Já quanto à educação paulista, no tocante ao Ensino de Desenho, de modo igual, esta vinha trilhando consideráveis passos em direção ao progresso de seus alunos.

O Regulamento de 22 de agosto de 1887 é o ponto de partida para esta pesquisa. Enquanto ato normativo, tal documento é o princípio da legislação sobre o Desenho e a Caligrafia na Escola Normal da Capital, pois, de acordo com o art. 1º do Regulamento, há o ajustamento dos termos “caligrafia e desenho”, compondo o Curso Normal. Note-se que, até esse instante, não se trata da cadeira de Desenho e Caligrafia, mas, sim, das aulas; porém, seguindo a leitura, no art. 7º do referencial ora especificado, aparece, então, a menção à cadeira.

O fundamento do Regulamento de 22 de agosto de 1887 está na determinação de que as escolas públicas primárias apenas poderiam ser regidas por normalistas ou por pessoas habilitadas em concurso perante o Conselho. Dessa forma, assinala-se a importância da Escola Normal da Capital para o ensino nas escolas primárias, restando à criação da cadeira de Caligrafia e Desenho o papel de substancial importância na formação dos normalistas.

Logo, diante do cenário verificado em torno do Ensino de Desenho na Escola Normal, derivaram-se múltiplos questionamentos: A única forma de formação para o Ensino de Desenho estava apenas na Escola Normal? Quais as discussões afeitas ao tema do Ensino de Desenho? Qual o papel dos professores de Desenho na Escola Normal da Capital? Quais saberes sobre Desenho detinham os professores de Desenho da Escola Normal da Capital? Houve outros professores (substitutos) que lecionaram Desenho na Escola Normal da Capital? Como eram os espaços para a realização das aulas de Desenho no curso do Ensino Normal?

Fundamentado nessas e em outras indagações, a pesquisa substanciou-se de visitas a arquivos, a fim de buscar e digitalizar documentos que poderiam contribuir com as futuras apurações. Com isso, os acervos visitados foram: Acervo do Centro Professorado Paulista; Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo (Metrô Tietê); e Centro de Referência Mário Covas.

Nessa empreitada, para obter acesso ao arquivo da Escola Normal da Capital (localizado no Centro de Memória Mário Covas), foi preciso rumar à Secretaria Estadual de Educação (na Praça da República, antigo prédio da Escola Caetano de Campos). Chegando lá, uma vez atendida, foi possível analisar o arquivo pertencente ao Centro de Memória Mário Covas (infelizmente, com poucos documentos). Nesse momento, informaram que, após exposição realizada sobre a Escola Caetano de Campos no Arquivo Municipal de São Paulo, muitas das peças do Centro de Memória Mário Covas ainda não tinham voltado ao acervo

quando da produção dessa pesquisa, dificultando, pois, o trabalho de investigação dos registros. A propósito, da mesma forma, comunicaram que os outros arquivos referentes à Escola Caetano de Campos da Aclimação também estavam com esse mesmo problema.

Portanto, o *corpus* desta pesquisa concentrou-se nas revistas pedagógicas paulistas, recorrendo a frequentes visitas ao Centro do Professorado Paulista e a seu substancial acervo bibliográfico, que, a partir de setembro de 2017, foi encaminhado à Universidade Federal de São Paulo. Nesse momento, foram analisadas as seguintes publicações: *A Eschola Publica* (1893-1897), *a Revista de Ensino* (1902-1919), *a Revista da Escola Normal de São Carlos* (1916-1923) e *a Revista Escolar* (1925-1927), todas com foco no Ensino de Desenho e em discussões acerca do tema em questão.

Além das revistas pedagógicas, foram também explorados os *Anuários do Ensino do Estado de São Paulo* e os vestígios sobre a carreira dos professores em jornais, dentre os quais: *Correio Paulistano* e *A Provincia de São Paulo*.

Aconteceram, igualmente, várias idas ao Arquivo do Estado de São Paulo, situado próximo ao metrô da Estação Tietê. No local, foram identificadas quatro latas, que possuíam documentos manuscritos da Escola Normal no período do Império. Em meio aos registros constavam: ofícios, Programa de Ensino de Desenho e a prova de Caligrafia do professor Dr. Thomaz Augusto Ribeiro de Lima.

A análise documental da Escola Normal da Capital, como o caso da Lei nº 81, de 02 de abril de 1887, conjuntamente ao Regulamento de 22 de agosto de 1887, ponto base desta pesquisa, revelam as transformações que emergiram na escola, permitindo analisar a institucionalização da cadeira de Caligrafia e Desenho. Isto posto, a referida legislação apresenta-se como fonte de estudos, guardando informações sobre o início da trajetória do Ensino de Desenho na história da formação de professores até então não estudadas.

A este trabalho reserva-se a finalidade de contribuir com os estudos e as pesquisas em torno da História da Formação Docente e quanto ao estudo do Ensino de Desenho, tanto na Escola Normal da Capital, como em todo o Estado de São Paulo. Para isso, a revisão de literatura se torna imprescindível, possibilitando situar a relevância desta dissertação no conjunto de pesquisas que versam sobre a temática. Vale ressaltar que há muitos estudos referentes à Escola Normal da Capital, porém, poucos deles direcionados ao conteúdo Desenho. Em vista disso, este trabalho visa ao aprofundamento dos estudos das medidas sobre as formas em que foi implantada a matéria Desenho na Escola Normal da Capital.

Inúmeros trabalhos conservam seu fulcro na formação de professores. Todavia, para a revisão bibliográfica que importa a esta pesquisa, estabeleceu-se alguns critérios. Assim, foram

escolhidos referenciais que estudam a criação da Escola Normal da Capital e apresentam dados sobre a cadeira de Caligrafia e Desenho como Dias (2013), Tanuri (1979), Monarcha (1999), Almeida (1995), (1998) e (2016) e Reis Filho (1981); além de outros para compreensão do modelo escolar, como Carvalho (2011). Já com o fito na estrutura do currículo na Escola Normal da Capital, abarcando a feminização do magistério, recorreu-se a Almeida (1998).

Sobre Carvalho (2011), importante assinalar que, em seu artigo “Pedagogia Moderna, Pedagogia da Escola Nova e Modelo Escolar Paulista”, o enfoque alarga-se ao modelo produzido por uma pedagogia e uma política, bem como uma estratégia da formação docente articuladas segundo uma lógica regida pelo que a autora qualifica de “primado da visibilidade”.

Detalhadamente ponderando, a obra de Maria Leonor Tanuri (1979), intitulada *O Ensino Normal em São Paulo: 1890-1930*, lançado em 1979, explicitou a estrutura didática da Escola Normal da Capital. Já o trabalho de Carlos Monarcha (1999), *A Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*, é um estudo que promove ideias republicanas, ligadas à propaganda de uma sociedade moderna com a chegada da República, tendo como delimitação os anos de 1840 e 1930, por fechamentos que indicam o descaso pela educação.

O trabalho de Dias (2013), *Professores da Escola Norma de São Paulo (1846-1890)*, contempla três fases da Escola Normal da Capital no período do Império, anunciando sua entrada na República e identificando os professores que por lá passaram com o “*Pequeno Dicionário dos Professores da Escola Normal de São Paulo (1846-1890)*”.

Almeida (1995), por seu turno, em seu artigo *Currículos da Escola Normal Paulista (1846-1920): Revendo uma trajetória*, aduz à organização curricular na qual a cultura geral se sobrepunha ao aspecto pedagógico do curso. Também de Almeida, foi utilizado como referência o livro *A formação de professores em São Paulo (1846-1996)*, de 2016, em que é conduzido um estudo sobre as Escolas Normais acerca da prática de ensino, idealizada por Caetano de Campos nas escolas-modelo em 1890. Foi, ainda, apresentada a estrutura curricular da Escola Normal da Capital durante os anos do recorte desta dissertação.

Finalmente, de Reis Filho (1981), a obra *A educação e a ilusão liberal* preconiza o estudo do ensino público paulista nos diversos níveis, inclusive na Escola Normal e durante a implantação da reforma republicana do ensino, anos de 1890 a 1896. Aqui é retratada a estrutura curricular da Escola Normal.

Quanto à estruturação do texto, esta dissertação é composta de três Capítulos.

O Capítulo 1 aborda a análise de artigos publicados nas revistas pedagógicas paulistas, cujo tema é o Ensino de Desenho. As revistas relacionadas neste capítulo são: *A Eschola Publica* (1893- 1897), *Revista de Ensino* (1902-1919), *Revista da Escola Normal de São Carlos*

(1916-123) e a *Revista Escolar* (1925-1927). As análises dos artigos objetivam identificar e compreender o que estava sendo discutido sobre o tópico Desenho, pois as revistas pedagógicas favoreciam a forma do professor ensinar, compreendendo um material de grande utilidade na formação de professores, inclusive por aqueles que passavam pela Escola Normal da Capital.

O Capítulo 2 versa sobre as fases da Escola Normal da Capital, destacando a estrutura curricular e a carga horária, enfatizando a matéria de Desenho, pois a Caligrafia teve um período menor. O capítulo em tela busca investigar a cadeira de Caligrafia e Desenho desde sua criação (1887) até 1927, com a Reforma de Amadeu Mendes, conduzindo medidas para expandir a Escola Normal para as demais cidades, além da entrada do inspetor-especialista em Desenho, que congrega, entre suas atribuições, a uniformização do Ensino de Desenho e a produção de artigos que demonstrem ações profícuas à prática dos professores de Desenho das Escolas Normais. Consequentemente, o papel da Escola Normal da Capital acaba por acompanhar as diretrizes dadas pelo inspetor-especial em Desenho.

Em derradeiro, no Capítulo 3, são apresentados os professores de Caligrafia e Desenho da Escola Normal da Capital, salientando a biografia dos dois primeiros professores da referida cadeira: Dr. Thomaz Augusto Ribeiro de Lima (seção masculina) e D. Felicidade Perpetua de Macedo (seção feminina). Também são evidenciados outros professores de Desenho que substituíram Dr. Thomaz de Lima e D. Felicidade de Macedo, consolidando a análise sobre o espaço das aulas do Ensino de Desenho na Escola Normal da Capital.

1 O DEBATE NA IMPRENSA PEDAGÓGICA EM SÃO PAULO: O QUE OS PROFESSORES PROPÕEM PARA O ENSINO DE DESENHO

Principiando o debate acerca do Ensino de Desenho na Escola Normal da Capital, o horizonte de análise se verterá à reportada escola, cuja saliência se caracteriza pela formação de professores, no período do Império e da República, porquanto a Escola Normal da Capital, segundo Dias (2013), transpôs três fases, a saber: a primeira entre 1846 e 1867; a segunda de 1875 a 1878; e a terceira entre 1880 e 1890, de tal forma que este último período foi marcado pela criação da cadeira de Desenho e Caligrafia, centro da presente pesquisa. Para tanto, o recorte inicial está no ano de 1887, pois, naquele momento, com a Lei nº 81, de 06 de abril, e, em seguida, com o Regulamento de 22 de agosto [do mesmo ano], ficou determinado que, para o ano de 1888, seria criada uma única cadeira, Desenho e Caligrafia, decomposta em duas seções (masculina e feminina).

Tange a uma Escola Normal de primordial importância para a educação paulista, dado que facultou profundas mudanças no Ensino Normal, sendo uma delas o que Carvalho (2011) denomina modelo escolar paulista, ou seja, um modelo cuja estratégia basilar está na produção e visibilidade de práticas exemplares. Em outras palavras: remete à “[...] implantação de *bons modelos* e de homogeneização das práticas docentes” (CARVALHO, 2011, p. 185), como será demonstrado no decorrer do Capítulo.

De todo modo e de em função desses aspectos, de antemão, é necessário esclarecer que a referência à Escola Normal será conduzida enquanto Escola Normal da Capital.

Portanto, neste Capítulo, refletir-se-á a respeito do Ensino de Desenho, tendo como *corpus* documental os periódicos que explanam o tema. Para isso, será traçada uma linha que corresponde aos métodos e às concepções pedagógicas envolvidas, pouco antes do recorte inicial desta pesquisa, que consiste no já mencionado ano de 1887. A contribuição peremptória deste ponto está em apresentar o entorno da Escola Normal, ou seja, desvelar as discussões sobre o Ensino de Desenho em revistas pedagógicas publicadas nas escolas oficiais – incluindo a Escola Normal da Capital – e pela Diretoria Geral da Instrução Pública. Atente-se para o fato de que tais discussões, teoricamente, balizavam a formação de professores na Escola Normal da Capital.

Cabe salientar, também, que os artigos de revistas pedagógicas a ser realçados neste Capítulo ensinará o Ensino de Desenho de variadas formas, como nas escolas primárias, não sendo apenas a Escola Normal da Capital, pois é considerado o valor didático desses periódicos para os professores. Serão trabalhados os conceitos em torno do Ensino de Desenho nas

reformas educacionais¹ estabelecidas no período (1887-1927), utilizando os impressos. Esses documentos espelham a perspectiva da educação em face das concepções pedagógicas vigentes, debatidas em cada época.

Nesse caso, serão consultadas como objetos de estudo a revista *A Eschola Publica*² (1893-1897), a *Revista de Ensino* (1902-1919), a *Revista da Escola Normal de São Carlos* (1916-1923) e a *Revista Escolar* (1925-1927). Oportuno destacar a notoriedade desse tipo de fonte, principalmente no que se refere ao Estado republicano: “[...] as revistas foram criadas por vanguarda de intelectuais, inseridas em conjunturas políticas e intelectuais, movimentadas sob os signos da transição, instabilidade e experimentação” (MONARCHA, 2015, p. 03).

Os impressos educacionais acabaram sendo a expressão dos grupos de intelectuais para promoção da intervenção e transformação da educação.

Para uma melhor compreensão da configuração desses impressos para a educação paulista, cabe um entendimento daquilo que Carvalho (2011) denomina *primado da visibilidade*; isto é, o funcionamento de dispositivos de constituição, consolidação e expansão de um modelo pedagógico, durante o período republicano, em São Paulo.

Ademais, ainda de acordo com Carvalho (2001, p. 185), “[...] para uma maior absorção das práticas exemplares, colocava-se em cena a propagação e implantação de *bons moldes*, de forma a dar a homogeneização das práticas docentes”. Para esta pesquisa, temos os artigos das revistas pedagógicas que, em primeiro momento, disponibilizam modelos a serem seguidos pelos professores.

Ainda no quesito modelos, há algo de grande projeção que são os trabalhos, ou melhor, as aulas práticas das escolas-modelo anexas às Escolas Normais, que, no caso, se enquadram à Escola Normal da Capital, conferindo aquilo que determina Carvalho (2011) de *modelo escolar*.

Assim, entendemos a importância da escola-modelo adjacente à Escola Normal da Capital para a educação paulista, quando da divulgação de modelos e tendo como ferramentas os impressos, visto que, para Carvalho “[...] a revista *A Eschola Publica* foi de iniciativa de professores da escola-modelo e que, em sua origem, teria tido, segundo José Lourenço Rodrigues, o intuito de divulgar os métodos de ensino empregados nessa escola” (CARVALHO, 2011, p. 186).

¹ Reforma Caetano de Campos (1890), Reforma Oscar Thompson (1911), Reforma Sampaio Dória (1920).

² O papel pioneiro desempenhado por esse periódico e seu lugar na conjuntura do campo educacional pode ser avaliado pelo exame da atuação de seus produtores e colaboradores. Benedito Tolosa, Oscar Thompson, Romão Pulggari e Pedro Voss são os professores que, desde aquele momento, militam, intensamente, pela melhoria da qualidade de ensino, explicitando seus discursos e articulando suas recomendações, fazendo-as circular mediante as revistas (CATANI, 1996, p. 125).

A ação de direcionar a revista pedagógica às práticas docentes realizadas na escola-modelo anexa à Escola Normal da Capital tinha origem, prosseguindo com Carvalho (2011, p. 186), na realização de um programa proposto por Caetano de Campos, segundo o qual os professores editores da revista teriam organizado a publicação de modo a colocar “[...] à disposição dos colegas de fora, com o mais nobre desprendimento, os resultados de sua prática metodológica, de suas observações, de suas experiências”.

Com isso, é cristalina e notória a importância da Escola Normal da Capital para a educação paulista, pois os modelos empregados às práticas escolares, à unificação e homogeneização eram fruto da referida escola.

A revista *A Eschola Publica* acaba, pois, sendo de grande valia para o Ensino de Desenho, afinal, como mostra Carvalho (2011), a publicação passa a ser molde para a organização do ensino, antes mesmo da oficialização dos programas de ensino da escola primária, em 1894, já que os Grupos Escolares tiveram a sua criação a partir do Decreto nº 248, de 26 de julho de 1894.

Segundo Catani (1996), a revista *A Eschola Publica* (1893-1897) “[...]é editada por iniciativa de um grupo de professores e sofre várias interrupções e em alguns momentos conta com o apoio do Estado. A revista pode ser apontada como a primeira publicação periódica mais regular na área de educação, em São Paulo” (CATANI, 1996, p. 125).

O Ensino de Desenho foi apresentado em um conjunto de artigos denominados “*Primeiras Lições de Desenho*”, de autoria de Benedito Maria Tolosa³, cujo intuito esteve em difundir o Ensino de Desenho baseado na pedagogia moderna.

Logo, na revista nº 1, de julho de 1893, Tolosa abre seu artigo referindo-se à importância do Ensino de Desenho nas escolas:

O caráter do ensino moderno exige que nenhuma noção, por mais rudimentar que seja, se dê a criança, sem primeiro falar-lhe aos sentidos.
O desenho é uma disciplina exigida pela lei nas escolas primárias, e para esse ensino, que não é fácil, chamamos a atenção dos professores.
É nesta matéria principalmente que o educador pode encontrar muitos motivos para bem exercer a sua missão, pela influência moral que a disciplina exerce no espírito de seus discípulos. (TOLOSA, 1893, p. 02)

³ Benedito Maria Tolosa foi professor da Escola do Carmo – Capital (1891); professor adjunto da Escola Modelo anexa à Escola Normal da Capital (1894); professor da 2ª escola da cidade de Botucatu (1895); diretor da seção masculina do Grupo Escolar de Botucatu (1896); professor da 3ª escola do sexo masculino de São Manuel; diretor do Grupo Escolar Dr. Augusto Reis – São Manoel do Paraíso (1900); professor da 3ª escola do Pari – Capital (1908); diretor das Escolas Reunidas do Bom Retiro – Capital (1908); diretor do Grupo Escolar do Bom Retiro – Capital (1909); inspetor escolar (1911).

Fica patente que a apresentação do Ensino de Desenho é afeto aos princípios da pedagogia moderna, lembrando que esse conjunto de artigos endossa a formação de professores, porque

[...] a crença da eficácia incontestável dos processos de *ensino intuitivo*; concepções acerca da natureza infantil, formadas nos marcos de uma psicologia das *faculdades mentais* a aposta em um *corpus* de saberes e de instrumentos metodológicos aptos a viabilizar a escola popular, organizando o ensaio simultâneo em classes numerosas. (CARVALHO, 2011, p. 188)

Cabe ressaltar que, ainda em Carvalho (2011), o método intuitivo é o grande norteador do processo de institucionalização do sistema da Instrução Pública paulista, com suas Lições de Coisas, com a reprodução de bons modelos, mediante a cópia ou a imitação.

Na série de artigos intitulada de “*Primeiras Lições*”, Tolosa faz menção ao desenho geométrico, com características do desenho a mão livre, ou seja, dispensando o auxílio de instrumentos para a execução dos desenhos.

Entretanto, observa que “[...] os elementos geométricos vistos como os saberes a ensinar deveriam estar intrinsicamente ligados ao desenho, o que atendia a proposta do programa paulista de 1894”. (GUIMARÃES, 2016, p. 114). A geometria é peça fundamental no Ensino de Desenho, disposto sobre o modelo de aula de desenho dado por Tolosa (1893) em sua série, que, a propósito, na continuidade, constam as séries de exercícios dadas pelo autor nos eventos de nº 1 e de nº 11 da referente revista.

[...] 1º exercício – A classe está de braços cruzados – O professor mostra-lhe as arestas das mesas, dos portaes, e doutros objetos para ilustrar a noção de linhas. Mostra-lhe o encontro das tabuas do forro, e vai no quadro negro, dizendo: – Vou representar tudo isso que nós vimos.

E traça linha rectas horizontaes, verticaes e obliquas, chamando atenção sempre para sua posição das arestas apresentadas por aquellas linhas. Depois ensinará a classe que aquelles riscos se chamam linhas. Em seguida mostrará objectos de arestas curvas, e traçará no quadro negro, linhas semelhantes, e ensinará à classe que também são linhas. Depois conversará com os meninos. — São iguaes as linhas que eu fiz no quadro negro? Que differença há entre elas?

— Umas linhas são direitas, e outras são tortas, responderá o Lopes, que attenciosamente seguiu todo o movimento.

— Muito bem. Quem é capaz de mostrar-me linhas direitas e linhas tortas na sala?

— Deixará que os meninos indiquem as linhas, exigindo delles sempre sentenças completas, em beneficio da linguagem: - A beira da mesa é uma linha direita.

— As pausas do meu papel são linhas direitas.

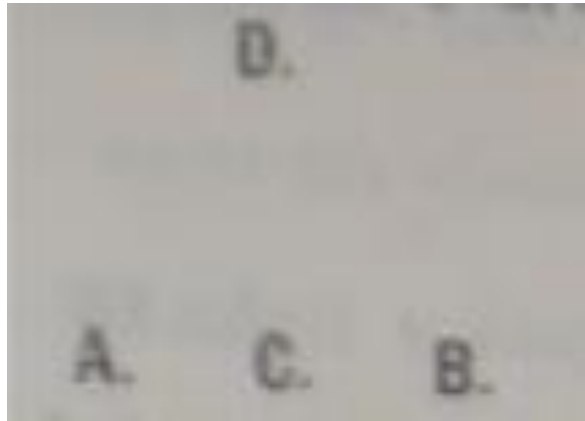
— Aquella argola é uma linha torta.
 — A beira do copo é uma linha torta.
 Então dirá:
 Uma linha direita chama-se linha recta.
 Uma linha torta chama-se linha curva.
 A classe viu as linhas, aprendeu a nomeal-as, resta agora fazel-as.
 O professor explicará o seguinte:
 — Quando eu contar – um! – todos colocam as pedras que estão com o lado maior no sentido da beira da mesa, de modo que fiquem com o lado menor junto à beira da mesa. Quando eu contar – dois! – todos tomam os lápis e esperam.
 Ensine os meninos o modo de pegar os lápis. É pouco mais ou menos o modo de ter a caneta, sendo que devem segurar mais acima em cima o lápis, e tanto mais quanto maior for a linha a traçar.
 Dirá em seguida:
 — Todos levantem os lápis.
 Isto feito, contará – m. dois, três! – fazendo as crianças moverem, o lápis no ar, e da esquerda para a direita, como si estivessem traçando linhas. Repetirá varias vezes este movimento e – um, dois, três! – a classe traça na pedra uma linha recta; um dois, três! – outra linha; um, dois, três! – outra linha.
 — Quantas linhas rectas vocês fizeram.
 — Três, responderão, talvez.
 Exija o professor que a classe diga sentenças completas:
 — Nós fizemos três linhas rectas.
 Depois explique: Quando eu disser um - todos largam o lápis, a um tempo e sem rumor. Quando eu disse dous! O segundo menino da esquerda ou da direita põe a pedra primeiro, e este passará ambas para o 2º. O 3º põe sua pedra sobre do 2º e este passará às três para o terceiro, assim por diante. Quando eu contar – três! – os lápis serão recolhidos da mesma forma. (TOLOSA, 1893, p. 02)

Como é possível constar, o passo a passo dado por Tolosa (1893), informando como o professor deve proceder em sua aula, desde os braços cruzados dos alunos para ouvirem a explicação do professor, à maneira que desenha no quadro negro as linhas; às perguntas realizadas pelo professor e às supostas respostas dos alunos. As orientações de Tolosa (1893) demonstram como a aula de desenho deveria ser encaminhada, seus exercícios e sua prática.

O texto de Tolosa (1893) é um nítido exemplo de dispositivo de enunciação de práticas, plasmado como “modelos de lições”, aplicando a imprensa para divulgação dessas práticas. Os “modelos de lições” que, no caso, são dirigidos por professores e para professores e são identificados por Carvalho (2011) como “*caixa de utensílios*”, passaram a ser reconhecidos como modelos para a unificação da institucionalização de um determinado modelo escolar.

Na sequência, será proposto o artigo da revista de nº 11, seguindo a série de artigos:

Figura 1: Exercício no Quadro Negro da criação de um triângulo equilátero



Fonte: Revista *A Escola Publica*, 1894, p. 85.

4. *exercício*: Trace o professor o quadro negro um triângulo *equilátero*. Mostre às crianças a igualdade de seus lados, o ensine-lhes a sua denominação explicando ao mesmo tempo a formação da palavra *equilátero*. A classe conservando-se de braços cruzados, verá o professor construir no quadro negro o triângulo *equilátero*. Em seguida mandará a classe marcar dous pontos **A** e **B** para uma linha horizontal e dividir a distancia **A** e **B** em duas partes eguaes pelo ponto **C**. Bem perpendicularmente a **C**, marque-se ponto **D** a uma altura tal que as distancias **A D** e **D B** sejam eguaes a **AB**; o que se consegue por tentativas. Para verificação do diagramma, a classe inverterá a posição do papel de modo que **DB** e **AD** fiquem sendo sucessivamente bases do triângulo. (TOLOSA, 1894, p. 85) (grifos do autor)

No exercício de Tolosa (1894), é cognoscível que os exercícios de desenhos passados no decorrer dos números da supracitada revista vêm-se aprofundando sobre o desenho geométrico. Logo, depreende-se que o desenho geométrico é tratado por Tolosa (1894) de forma ímpar, tendo o Ensino de Desenho como principal referência o desenho geométrico.

Do mesmo modo, no primeiro exemplo do exercício apresentado pela revista no ano de 1883, Tolosa aponta o início das lições de desenho com a preocupação do desenho geométrico, valorizando as linhas, arestas, etc., ou seja, os elementos próprios da compreensão da geometria, como já fora explicitado.

Quanto ao segundo exemplo citado pela revista publicada no ano de 1894, que é o X artigo da sequência da série “*Primeiras lições de desenho*”, nesse exercício, as lições se esquadriham no desenho da geometria, envolvendo o triângulo, os lados, dando atenção para, primeiro, marcar os pontos e, depois, traçar a linha horizontal, unindo os pontos, formando o triângulo, porém, com a concentração nas medidas.

É confirmada a preocupação com o desenho da geometria nos artigos publicados na mesma revista por Oscar Thompson⁴ que, a partir do ano de 1896, divulgou uma série de artigos da seção *O Uso dos Modelos – Guia do Professor Para o Estudo de Fórma e Desenho nas*

⁴Oscar Thompson, quando da publicação da referida revista, era diretor da Escola Normal da Capital.

Escolas Primárias, material esse que Oscar Thompson traduziu e adaptou do Manual de Mary Hicks e John S. Clark⁵. Os artigos referem-se, totalmente, à geometria.

A série de artigos se inicia com o prefácio dos autores, com uma introdução pedagógica sobre a importância do Manual para a prática escolar:

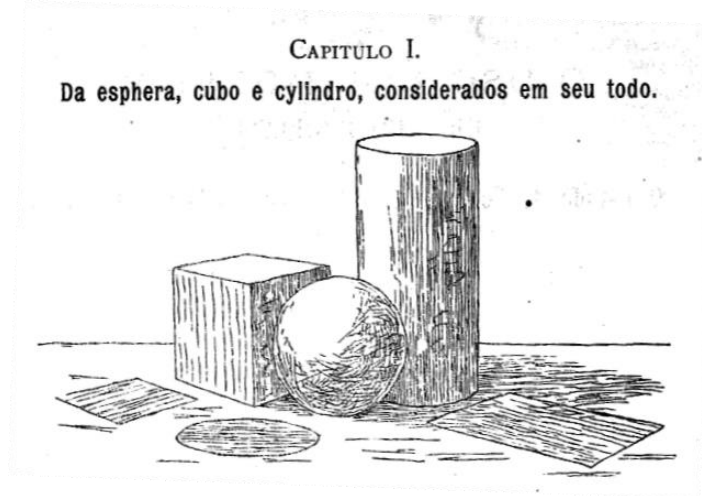
Este Manual é, segundo pensamos, o primeiro desta espécie. Não pretendemos, entretanto, que a ideia do desenvolvimento mental apresentado nestas páginas seja nova. Investigadores, psicologicos e physiologicos, têm claramente mostrado, que os exercícios harmônicos dos dois sentidos principaes, tacto e vista, devem ser considerados na educação das crianças como fundamentaes. Entretanto esta verdade está agora geralmente reconhecida, poucos porém a tem posto em prática, salvo nos jardins de infantis que exercitam esses dois sentidos como base do desenvolvimento mental. É verdade que muitos trabalhos têm sido publicados sobre – Estudo de Fôrma e Estudo de Objectos, e em algumas escolas muitas vezes, são feitos os de Modelagem, Dobramento de papel, Arranjo de pausinhos, Desenhos, etc. Não podemos, porém, ser taxados de negligentes nas nossas antigas publicações, nas quaes estas varias feições eram contempladas por uma série de exercícios de modelos, e combinados, de modo a segurar a instrução mental não só mediante a atividade do sentido do tacto, como do da vista. O fim dos autores deste trabalho foi dar semelhantes series de exercícios com apropriados Modelos. Considerando, portanto, como um curso de exercícios – o Estudo de Fôrma e Desenho – tem em vista o desenvolvimento mental, mediante o uso combinado da mão e da vista – o trabalho é inteiramente novo. (THOMPSON, 1896, p. 35)

Saliente-se para o fato de que a aprendizagem dava-se mediante os sentidos, destacando a importância do tato e da visão. Sentidos que são considerados de grande valor para o entendimento dos sólidos geométricos, constituindo o foco principal sobre o estudo de forma e desenho. O Manual tem como principal objetivo o “[...] desenvolvimento mental, mediante o uso combinado da mão e da vista” (THOMPSON, 1896, p. 35).

O Manual inicia com o Capítulo 1, mostrando o desenho dos sólidos, tais como a esfera, o cubo e o cilindro. O Desenho realizado para a ilustração utiliza-se de formas simples, como linhas horizontais e verticais, e mostra as retas verticais paralelas sobre a representação dos sólidos do cilindro e do cubo, buscando passar a ilusão de volume. A esfera é reproduzida com o desenho do círculo, porém lança-se mão de linhas oblíquas para a configuração do volume. A linha base desse desenho fica um pouco abaixo da metade da caracterização dos sólidos que, no caso, faz-se a representação da mesa cujos sólidos estão sobre ela e, em sua superfície, há uma espécie de sombra disposta pelas seguintes figuras geométricas: quadrado, círculo e retângulo, além das linhas das hachuras.

⁵ Até o desfecho desta pesquisa, não encontramos o referido Manual.

Figura 2: Ilustração do 1º Capítulo do Manual –
Guia do Professor Para o Estudo de Forma e Desenho nas Escolas Primarias



Fonte: Revista *A Eschola Publica*, 1896, p. 36.

A Figura 2 indica quais sólidos serão trabalhados no capítulo do artigo de autoria de Thompson. Conforme o original, abaixo da ilustração, há o significado do sólido e as informações referentes ao seu manuseio de forma concreta.

Manuseando a esfera – Tendo-se uma esfera em uma das mãos e um cubo na outra, obtenham-se socraticamente dos alunos, as expressões *bola* e *cepo*. Usando somente de taes expressões assim obtidas, que os alumnos exercitem-se manuseando, tacteando e rolando os moldelos, de modo a *fixar* a percepção das fórmis recebidas pela palma da mão e pela sensibilidade muscular. Mantendo a bóla fechada em uma das mãos e o mesmo fazendo ao *cepo* na outra, os alumnos recebem numa, a impressão que é redonda e agradável ao tacto, e noutra, uma impressão que o desagrada, mormente quando as mãos estão fechadas. Girando a bóla e o cepo nas mãos, as impressões são dadas de modo diferente. Achando-se a esfera em contraste com o cepo, a impressão de sua redondeza forma-se profundamente salientemente. (THOMPSON, 1896, p. 36) (grifos do autor)

Certifica-se que o manuseio, o sentir dos sólidos, é a primeira lição dada, expondo suas diferenças, tanto pela forma quanto pela sensação em tê-las nas mãos. O sentir é o principal modo de aprendizagem, resultando do ensino intuitivo, cuja característica essencial encontra-se, justamente, nos sentidos, enquanto peça central dos modelos a serem seguidos.

Além da manipulação do sólido, o Manual contempla a designação do sólido, sua ação, a modelagem do sólido (utilizando a argila como meio para a reprodução da forma), o arranjo do sólido (colocar o sólido sobre a mesa) e os novos termos para esse ensino (uma espécie de ficha técnica), sinalizando para o trabalho com a geometria espacial.

Depreende-se que, para cada artigo publicado, há a apresentação de um elemento da geometria. É dessa forma que se perpetua o Manual. Como se pode aferir pela ilustração do Capítulo V da revista *A Eschola Publica*, em dezembro de 1897, nº 8, em comparação ao Capítulo I antes analisado.

Ao se atentar para a ilustração que inicia o Capítulo V, notam-se outros elementos que foram sendo trabalhados em artigos anteriores à data da publicação do Manual da forma mencionada.

Figura 3: Ilustração do Capítulo V do Manual –
Guia do Professor Para o Estudo de Forma e Desenho nas Escolas Primarias



Fonte: Revista *A Eschola Publica*, 1897, p. 301.

Existe uma diferença notável entre os elementos do Capítulo I e os elementos do Capítulo V, pois, no primeiro, apenas estava sendo trabalhada a esfera, o cilindro e o cubo; enquanto no quinto, estão representados, além dos sólidos mencionados, o prisma de base retangular e o hemisfério.

Nesse capítulo há a seção III, intitulada "*Pelo Desenho*", que trata da questão de como desenhar os sólidos sem tê-los à vista, revisando-se tudo que foi aprendido nas lições anteriores.

Hemispherio. Este exercício e os se seguem são feitos sem a presença dos sólidos. As crianças que pensam no hemisfério, na impressão que experimentam ao tocar-lhe, na sua forma e com o que se parece a vista do cimo e a vista da frente.

Prisma quadrangular. Recapitule-se o que foi ensinado a respeito desse sólido, seguindo o processo já indicado. As crianças que pensam em objetos

feitos na aula de modelagem e que representem esses objetos, por meio dum grande desenho.

Arranjo. As crianças desenharão de memória, um arranjo, numa barra, ou um grupo de planchetas. (THOMPSON, 1897, p. 305)

O desenho em evidência acaba sendo a continuação de várias matérias como a aritmética, a modelagem, a cartolagem e os trabalhos manuais, uma vez que, no ensino intuitivo, uma de suas propriedades está em fazer as matérias serem próximas, sendo que o Manual constitui essa concepção de ensino.

Além de artigos referentes ao desenho geométrico, há o texto “*Um pouco de Cores*”, de autoria de Minervinia Payão⁶; trata-se de uma publicação sobre como ensinar cores para as crianças da escola primária, trabalhando a didática do ensino das cores, empregando o método intuitivo:

Para ensinar as crianças essa matéria, não deve a professora começar contando-lhes o nome das cores; pois podem elas reconhecerem-nas por si mesmas. Portanto não lhes dirá: Esta fita é vermelha, este lápis é preto, etc.

De a professora chamar a atenção da criança para tudo que está ao redor dela.

— Há na classe duas meninas, Irene e Maria. A primeira está com vestido azul e a segunda com vestido preto. Dirá a professora a menor da classe:

— Alice, do qual vestido você gosta mais, do de Irene, ou da Maria?

A resposta da criança será a cor mais alegre, dizendo:

— Do de Irene.

— Porque gosta do vestido da Irene?

— Porque é mais bonito, dirá ella.

— Diga-me que côr tem o vestido de Irene?

— Azul.

— E o de Maria?

— Preto.

Deve agora a professora mostrar a criança duas côres azues, porém uma clara e outra escura. Perguntará a ella se as duas côres são iguaes. Perguntará:

— Porque não são iguaes?

— Um é mais preto e o outro mais branco.

A professora dará outros termos dizendo, mais claro e mais escuro. Acontecendo que, a criança com quem a professora está falando não responda que é azul, a professora percorrerá toda a classe, e entre ellas uma dirá que é azul.

Mas não deve contar a côr, em tão pouco abandonar a pequena que não soube. A esta, assim como às outras, que não souberam, deve a professora mandal-as procurar na sala cousas que sejam azues, perguntar-lhes si são iguaes; porque são iguaes, e porque não são, e assim fará com todas as outras côres.

Desta maneira a criança não se aborrecerá, toda a classe ficará influída e aprenderá com facilidade as diversas côres que nos cercam. (PAYÃO, 1893, p. 12)

Do excerto em análise, conforme Payão (1893), infere-se que o ensino dos sentidos para as crianças está associado também à questão da cor.

⁶ Minervinia Payão era professora na classe feminina do 1º ano da Escola Modelo da Escola Normal do Carmo da Capital.

Cabe ressaltar, ainda, que alguns editores da revista *A Eschola Publica*, como Oscar Thompson e Benedito Maria Tolosa (ambos já inventariados como autores de conteúdos relacionados ao Ensino de Desenho), foram formados na Escola Normal da Capital, em 1891. Com isso, como discorre Pinto (2002, p. 07):

No que se diz respeito aos editores de *A Eschola Publica* estarem em busca da formação de uma “pedagogia paulista”, identificou-se que isso ocorre a partir do momento em que os textos da revista seguem um certo direcionamento quanto à sua seleção e publicação. Existe uma teoria pedagógica que embasa, no caso a “teoria pestalozziana”, manifestada pela adoção do método intuitivo para o ensino das crianças, fornecendo modelos de aulas transcritas nos textos publicados e tendo predominantemente os textos com a finalidade de dar exemplos de aulas das diversas matérias que integravam o ensino preliminar, demonstrando, na prática, a aplicação da metodologia inspirada no método intuitivo. (grifos do autor)

Há, portanto, uma seleção dos textos a serem publicados na revista *A Eschola Publica*, permitindo concluir que a formação de professores da Escola Normal da Capital não se baseava apenas na instrução proporcionada pela escola; em outras palavras: a formação de professores naquele momento permeava os impressos pedagógicos. Assim:

[...] A revista *A Eschola Publica* foi publicada entre 1893 a 1897, mas continuou sendo usada como uma espécie de manual de consulta dos alunos da escola normal da capital, até pelo menos 1903, como informa um caderno de aluno do curso de Pedagogia, então ministrado por Cyridião Buarque [...] (CARVALHO, 2011, p. 186)

Tal publicação, então, veio a se tornar um modelo a ser seguido também pela Escola Normal da Capital, sendo utilizada por seus professores.

Dado relevante para essa pesquisa é o fato de as revistas estarem presentes nas reformas educacionais do período, recebendo destaque especial igualmente no cenário das políticas educacionais que transcorriam nos anos de sua difusão, como já assinalado no decorrer deste capítulo.

Desse modo, outra revista de particular utilidade para a história da educação é a *Revista de Ensino*⁷, que passou em seu período pela Reforma de Oscar Thompson (1911). Segundo Catani (1996, p. 126) “[...] a *Revista de Ensino* (1902-1918) foi realizada pela Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, sendo que durante a maior parte do seu ciclo de vida foi subvencionada pelo Estado”.

A Revista de Ensino, sob o enfoque de Catani,

⁷ A *Revista de Ensino*, no período, propiciou, em grande medida, a reconstituição do movimento dos professores em São Paulo, permitindo estabelecer um elo inexplorável dessa história cuja sequência é dada pela criação de uma entidade de defesa da categoria profissional: o Centro do Professorado Paulista (CPP) (CATANI, 1996, p. 126).

[...] prestou-se desde 1889 a ser ponto de partida para múltiplas investigações, desde as que a utilizaram para análises temáticas sobre a disciplina dos alunos, a disciplina dos trabalhos dos professores, o ensino da língua portuguesa, a orientação do trabalho pedagógico, a configuração da psicologia educacional, o ensino de história, o ensino de didática, o de matemática e, também, o ensino da educação física. (CATANI, 1996, p. 126)

Logo, a *Revista de Ensino* encerrou, em sua gênese, o intuito

[...] de ser peça de engrenagem que é movida por uma lógica, a lógica que põe a funcionar o modelo e a reprodução de bons moldes, da cópia ou da simples imitação de modelos, as práticas de uniformizar e homogeneizar métodos e processos de ensino não funcionam apenas como dispositivos de controle, como muitos estudos sobre o tema permitem entender. (CARVALHO, 2011, p. 190)

O artigo “*Um pouco de desenho*”, de autoria de D. R. Angsburg⁸, e assinado por Ramon Rocca⁹, foi o primeiro conteúdo publicado sobre o Ensino do Desenho pela *Revista de Ensino*, em agosto de 1903, nº 3. Ao longo do texto, é contemplada uma versão do referencial impresso por uma revista de Buenos Aires, *El Monitor de la Educacion Commun*¹⁰, nº 261, em que se aborda a importância do Ensino de Desenho nas escolas primárias e o papel do Desenho como um dos maiores auxiliares no ensino.

Do mesmo modo, disserta a questão do saber do professor a respeito do Desenho, ou seja, considera o professor alguém que sabe desenhar, porém não é considerado um artista. O autor menciona, em seu artigo, que o ato de desenhar um pouco a cada dia acaba, no findar do ano, engendrando em avanços, a tal ponto que a prática do desenho pode mudar a percepção do professor na construção do seu próprio desenho.

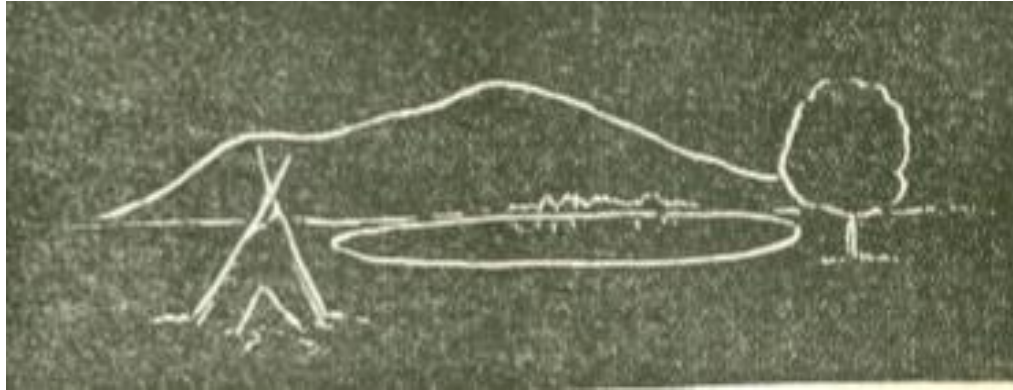
⁸ Até o fechamento desta pesquisa, não foram encontradas informações sobre D. R. Angsburg.

⁹ Ramon Roca Dordal nasceu em 1854, na Espanha, e chegou ao Brasil com 19 anos. Trabalhou como desenhista na estrada de ferro do Rio de Janeiro e como tipógrafo no Jornal do Commercio. Em 1886, matriculou-se na Escola Normal de São Paulo e, depois de diplomado, ocupou a 1ª cadeira de Itatiba e, posteriormente, tornou-se 1º diretor do Grupo Escolar Cel. “Júlio César”. Lecionou na 2ª escola modelo de São Paulo, chamada “Escola Modelo do Carmo”, como auxiliar de Alfredo Bresser, por 10 anos. Exerceu cargo de 1º Grupo Escolar do Braz e foi colaborador ativo das revistas *A Eschola Publica* e *Revista de Ensino*. Foi inspetor escolar na cidade de São Paulo até 1919 e faleceu em 1938, com 84 anos (PASQUIM, 2010). Publicou, em 1892, *Arithmetica Escolar*, conjunto de seis cadernos com teoria, exercícios e problemas para serem adotados na escola primária.

¹⁰ El primer número de *El Monitor de la Educación Común*, fundado por Domingo Faustino Sarmiento, en su cargo de Superintendente General de escuelas, apareció en 1881 y el último en 1976. Es una de las revistas argentinas de más larga vida. Su perdurabilidad estuvo unida a su carácter de publicación oficial, que el Consejo Nacional de Educación estaba obligado a editar por la ley 1420. A su vez, seguramente influyó el haber sido una revista dedicada a la educación, un área central de las políticas estatales y, también, un tema de importancia para distintos actores sociales y políticos y organizaciones de la sociedad civil (Disponível em: <http://www.bnm.me.gov.ar/proyectos/medar/publicaciones_educativas/fondos_historicos/monitor/revista_elmonitor.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2017).

Com isso, o autor disponibiliza exercícios que podem ser realizados para os professores obterem a prática do desenho, enfatizando a linha, como demonstrado no artigo de Rocca (1903, p. 281), exercício 2 da figura 2.

Figura 4: A representação de objetos através das linhas



Fonte: *Revista de Ensino*, 1903, p. 281.

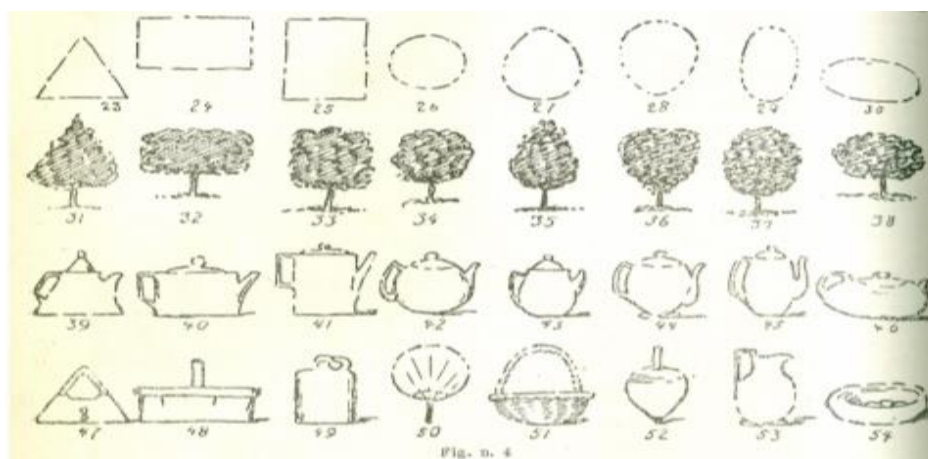
Na figura 2, há uma montanha e um *wigwam* (cabana de índios da América do Norte), um lago e uma árvore.

Sômente uma linha precisa para representar cada uma dessas cousas, mas si se desenhem no momento oportuno, para elucidar ou ilustrar algum assumpto, produzem um grande efeito.

Pôde-se, portanto, representar qualquer objecto, determinando suas linhas principaes ou características [...] (ROCCA, 1903, p. 281)

O exercício da Figura 5 ocupa-se, portanto, da observação sobre a importância da linha para a representação de objetos, ou seja, adicionando-se as linhas principais alcança-se a representação do objeto.

Figura 5: Representação de objetos através das formas geométricas



Fonte: *Revista de Ensino*, 1903, p. 282.

[...] essas figuras geométricas são a ‘clave da forma em geral.

Ellas nos dizem, si desejamos desenhar uma maçã, por exemplo, que podemos desenhá-la redonda, oval ou elíptica, ou si se trata de uma árvore, que podemos fazer a copa triangular, retangular, redondo, oval ou elíptica, figuras 31 a 38. Os traços distintivos de um bule, são: o bojo, a aza, o bico a tampa e a base. Empregando as formas geométricas das figuras 23 a 30 podemos transformá-las em bules, juntando-lhes a aza, a tampa, o bico, figuras 39 a 46.

Os traços distintivos de um cadeado são: o fecho e o buraco da fechadura. Converta-se cada uma das figuras geométricas em um cadeado semelhante á figura 47.

Os traços distintivos de uma botija, são a aza e a boca, figura 49. Converta-se cada uma das nossas figuras geométricas em uma botija.

Os traços característicos de uma cesta, são a aza e a boca figura 48 e 51. Faça-se uma cesta de cada uma das mesmas figuras geométricas.

Um jarro caracteriza-se pela aza, pelo bico e pela base, figura geométrica um jarro, um pião, uma ventarola, um ninho etc.

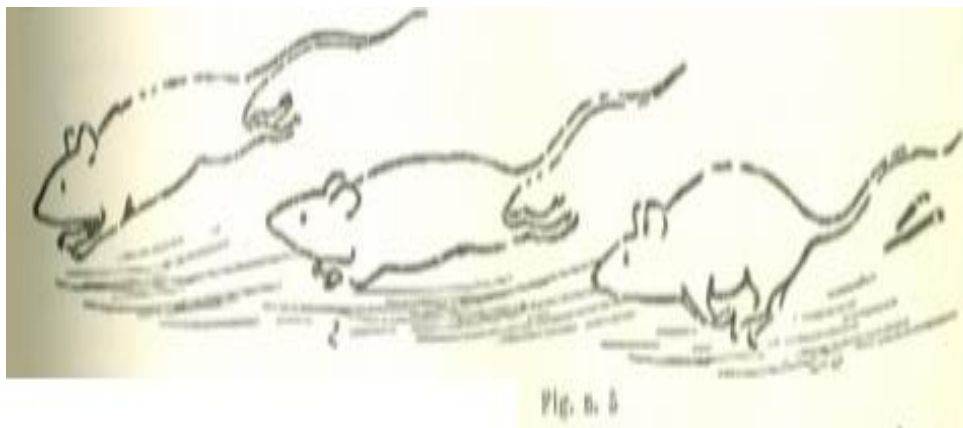
Ensaíem, e cada um se convencerá da facilidade desse trabalho. (ROCCA, 1903, p. 282-283)

Com o exercício da Figura 5, conclui-se que a construção do desenho tem sua origem no uso das linhas, que, por sua vez, encontra-se atrelado às figuras geométricas, isto é, o desenho a mão da linha alia-se ao desenho das formas geométricas. Tendo o conhecimento das formas, o professor poderá representar qualquer objeto se valendo da observação das linhas principais sobre a forma geométrica e, como cita o autor, da prática desses exercícios.

Rocca (1903) analisa, no artigo em pauta, o movimento de formas para desenhar, o movimento que um animal faz. Refere-se ao movimento como algo que a criança venera, porém, como se pode dar o movimento no desenho?

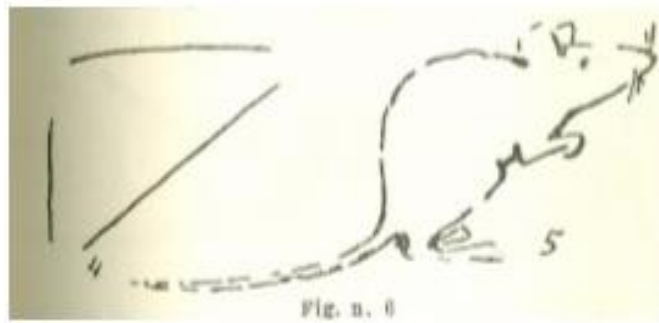
Como resposta a tal questionamento, Rocca (1903) declara que a observação do real faz toda a diferença, exemplificando com figuras (representação do rato em movimento).

Figura 6: Representação de ratos em movimento



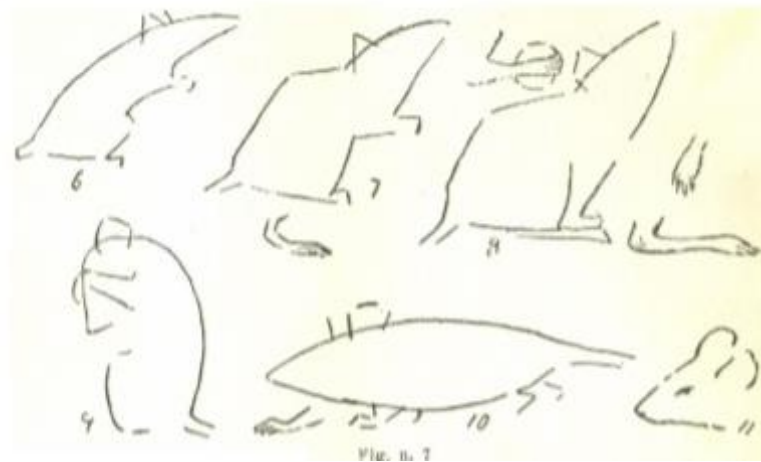
Fonte: *Revista de Ensino*, 1903, p. 283.

Figura 7: Desenho da forma do triângulo para a representação do rato



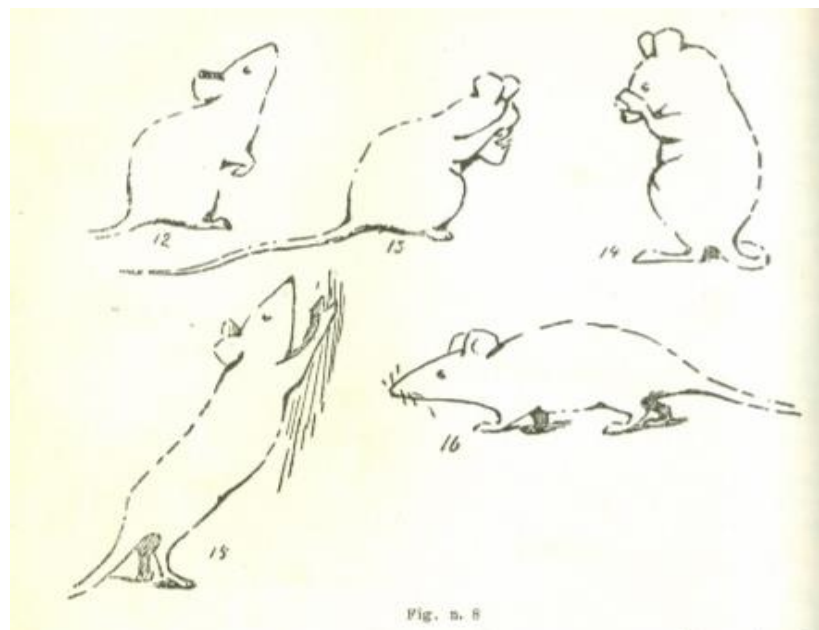
Fonte: *Revista de Ensino*, 1903, p. 283.

Figura 8: Passo a passo da representação do desenho do rato, usando linhas



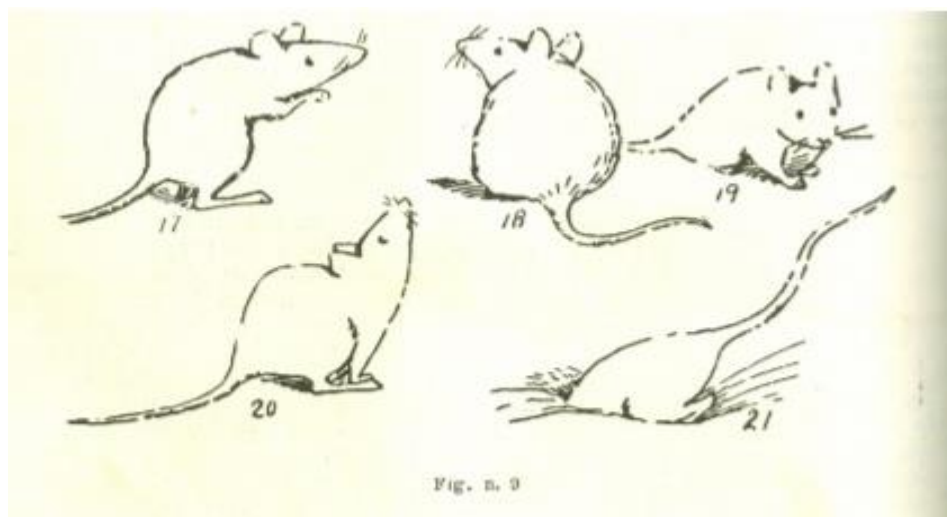
Fonte: *Revista de Ensino*, 1903, p. 283.

Figura 9: Passo a passo da representação do desenho do rato, usando linhas



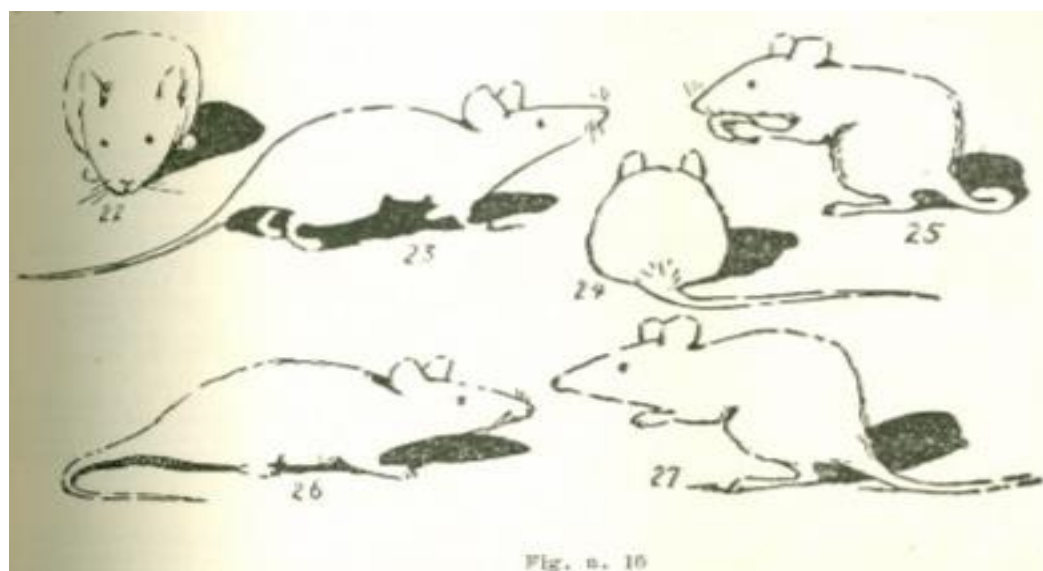
Fonte: *Revista de Ensino*, 1903, p. 284.

Figura 10: Passo a passo da representação do desenho do rato, usando linhas



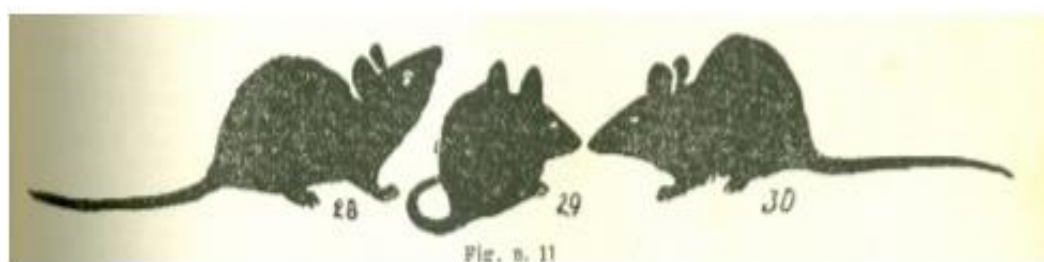
Fonte: *Revista de Ensino*, 1903, p. 284.

Figura 11: As sombras na representação do desenho dos ratos



Fonte: *Revista de Ensino*, 1903, p. 285.

Figura 12: A representação das silhuetas de ratos



Fonte: *Revista de Ensino*, 1903, p. 285.

Prosseguindo com Rocca (1903), o autor aprecia acerca dos desenhos realizados para dar o movimento de representação ao rato:

Dos quarenta e cinco desenhos feitos enquanto esse ratinho pulava, os representados pelas figuras 6 a 10 são os mais completos, e ainda assim têm muitos traços supridos pelos conhecimentos geraes anteriores.

Os pequenos desenhos ahi contidos são estudos de partes isoladas, conforme a permitiu a opprtunidade com que foi possível observal-as.

Só se poudo obter uma idéia das figuras 1, 2 e 3. Ainda caminhando, o animalzinho tinha movimentos tão rápidos que mal podiam ser apreciados.

Quaesquer das primeiras posições não duraram talvez mais se dois segundos, e por isso, tudo quanto foi possível obter limitou-se a um golpe de vista.

Apraz-me que os alumnos possam tirar pouco dos movimentos da vida do animal.

O conhecimento que adquirem de representar as acções, o aprendem elles melhor pelas pinturas e pelos desenhos, e pela observação de outros objectos que representam a acção.

Uma prova disto está em que antes da photographia instantânea, muitas acções que são agora comuns, eram então desconhecidas. Hoje, com o auxilio do photographo, estas acções podem ser apreciadas facilmente.

A ordem para poder aprender o movimento com o auxilio do desenho, em geral, poderia ser a seguinte:

1º *Por imitação ou por cópia.*

2º *Pela imaginação e pela memória.*

3º *Pela percepção do objecto.*

Desde que o olhar inexperiente não pôde vêr o movimento com sufficiente firmeza, para reproduzil-o no desenho, segue-se que o desenho mesmo deve ser o modelo – que deve ensinar o movimento com o desenho de outrem. (ROCCA, 1903, p. 285-284) (grifos do autor)

Considerando os estudos dos desenhos de representação de ratos em movimento, infere-se que a observação do real, do rato em movimento, deve-se ligar às formas para uma melhor reprodução. São verificadas as formas e as linhas para a representação do rato logo na Figura 8, pois as linhas e as formas tornam a representação de fácil compreensão para composição do desenho. Para melhor entendimento, a Figura 7 indica a forma de um triângulo para a construção do desenho, tornando as linhas os detalhes que compõem a representação do rato.

O movimento dado no desenho é, então, produzido por estudos proporcionados com a forma, porém é notória a representação da ação do animal para adquirir o movimento, como é possível constatar na Figura 6. Elaborados os estudos, aplicando a forma e as linhas principais, temos os movimentos na representação do rato, como se identifica nas Figuras 9 e 10. Nota-se o efeito de sombra dado sobre a forma da representação do rato, conforme a Figura 12, que representa a silhueta do animalzinho.

Já quanto à condução dessa técnica no Ensino de Desenho às crianças, Rocca (1903) pondera: “[...] Deve-se, primeiramente, ensinar as crianças o modo de representar o movimento,

antes que possam progredir muito em indica-lo” (ROCCA, 1903, p. 285 e 286). A criança, de certa maneira, ainda não possui facilidade para executar o exercício, apenas pela observação direta, dado que até os movimentos mais lentos costumam ser confusos para elas.

Assim, o exercício de observação cabe ao professor, pois a criança está imatura para o cumprimento dessa tarefa, no que corresponde ao movimento. Além disso, Rocca (1903) sugere que seja seguido o método por ele indicado:

O mais rápido, e talvez melhor methodo para aprender a representar o movimento, desenhando, é:

Primeiro – a prender como se representa o movimento por meio da cópia; isto é, aprender o processo mechanico e como se representa o movimento;

Segundo – empregar o movimento assim aprendido, por meio da memoria e da imaginação, até que aquelle possa ser representado com certa facilidade:

Terceiro – empregar a observação para verificar, corrigir e a aperfeiçoar o movimento até que possa ser representado com exactidão e facilidade. (ROCCA, 1903, p. 286) (grifos do autor)

Para Rocca (1903), a cópia constitui o processo mecânico a ser entendido como o primeiro passo para se aprender a desenhar. Logo, a memória e a imaginação fornecem elementos de força para a aprendizagem do movimento, enquanto a observação cabe na forma de correção do desenho sobre o real.

No artigo “*Desenho*”, publicado pela *Revista de Ensino*, em janeiro de 1906, Persio da Cunha Canto¹¹ examina o plano de uma lição de desenho, apresentado ao lente da Escola Normal da Capital da cadeira de Pedagogia Dr. Cyridião Buarque, que trabalhava com o Prof. Thomaz Augusto Ribeiro de Lima (professor de Desenho da Escola Normal da Capital).

O referido texto aborda o método de Ensino de Desenho: “Relativamente aos methods não podemos positivamente dizer, *actualmente*, qual é o bom” (CANTO, 1906, p. 768) (grifos do autor), fazendo menção ao método de Ensino de Desenho já exposto no artigo de 1903, de Ramon Rocca, ou seja, o método de ensino de desenho geométrico.

Canto (1906), portanto, trata da metodologia do ensino de desenho moderno, descartando o ensino do desenho geométrico e disponibiliza desenhos do cotidiano da criança, que, no caso, correspondem a desenhos de objetos fáceis, simples, como a representação de plantas e animais, e descarta, por completo, a lista de conteúdos geométricos. E afirma:

Precisamos de um methodo por meio do qual se possa desenhar qualquer objecto, que se nos apresente – é o desenho natural. Elle deve obedecer á mão e vivamente o pensamento.

¹¹Persio da Cunha Canto, professor de Desenho, tornou-se director da Escola Reunidas de Monte Alto, em 1908.

Em poucas palavras, o que caracteriza o methodo natural é pôr em jogo quotidianamente as faculdades do menino e dirigir sua atividade para os objetos e seres que o cercam e fazer-se-lhe notar mais especialmente que convem observar. (CANTO, 1906, p. 768)

É indiscutível a crítica acerca do método de ensino do desenho trabalhando a memória, pois, como mencionado, o importante é a criança desenvolver suas faculdades no dia a dia.

Canto (1906), ainda, descreve sobre a metodologia do desenho natural e mostra que há três meios para se conseguir que a ordem, a harmonia e a regularidade do ensino não sofram alteração, exemplificando com a aula do 3º ano complementar. E destaca:

1º. Afeição – O mais poderoso, e porventura mais eficaz dos meios para obter um bôa disciplina escolar, é a reciproca afeição do professor e dos alumnos;
2º. Apello á razão – Devemos mostrar ao alumno o seu erro e isso com habilidade; é preciso convencer-o que o professor é justo e não engana;
3º Emulação – Devemos empregal-a com a máxima cautela. O principio da emulação pôde ser empregado vantajosamente, tendo em vista não os resultados absolutos do saber adquirido, mas a somma de aplicação empregada. (CANTO, 1906, p. 769)

Assim, ao professor compete ser afetuoso com seus alunos, descortinando o que é justo para com os seus discípulos; explicando-lhes para que entendam, de tal modo que, ao fim da tarefa, aos alunos sejam estimulados com a aferição de notas.

Outro conteúdo que diz a respeito ao Ensino de Desenho consta da *Revista de Ensino*; de autoria de Jorge Moreau¹², “*A natureza mestre de desenho. Bancarrota do ensino oficial*” foi publicado em julho de 1906 e retorna o discurso sobre o método do ensino de desenho, ressaltando uma posição contrária ao ensino do desenho geométrico e favorável ao ensino do desenho natural.

Este artigo abre suas discussões enfatizando a importância do Ensino de Desenho enquanto aprendizado que a ser difundido de forma análoga à escrita, visto que a escrita é concebida pelo autor como um tipo de desenho. Consequentemente, o desenho pode ser considerado uma escrita concreta, cabendo uma discussão acerca do método a ser realizado.

Ademais, o artigo apresenta o que o autor identifica como método geométrico, sendo esse o método oficial, porém como algo nulo, de acordo com Canto (1906).

Entende Moreau que,

[...] em lugar de algumas curtas lições de desenho, ministradas de longe em longe, a creança se exercita constantemente, quotidianamente, porque, em

¹² Não foram encontrados dados precisos sobre o autor.

qualquer momento da aula, ella tem ocasião de copiar um objecto ou de exprimir uma ideia graphica. A repetição destes exercícios, segundo as mesmas fórmulas observadas debaixo de aspectos diferentes, tem como consequência no alumno o desenvolvimento da memória do gesto e da memória visual, tão preciosos quanto se tracta de desenhar seres em movimento. (MOREAU, 1906, p. 20-21)

Moreau (1906) relaciona o desenho ao cotidiano da criança, que, por sua vez, agrega a observação do mesmo por meio tanto da memória gestual, quanto da memória visual admitidas como preciosas para ele.

Para tanto, um estudo mediante a observação dos seres vivos proporciona à criança um avanço, pois torna a visão o maior meio de condução do aprender, além da mão livre que não precisaria de modelos embutidos em estudos, com linhas marcando o passo que deveria ser dado; a mão livre seria a linha condutora para o aprendizado.

Com a mesma prerrogativa sobre a importância do método do desenho natural, encontra-se o artigo de Renée Pingrenon¹³, “*A natureza, mestre de Desenho*”, publicado em setembro de 1906, estampando a tradução do professor de francês da Escola Normal, Ruy de P. Souza, e versando sobre o Segundo Congresso Internacional realizado em Berna, 26 de agosto de 1904.

Em meio ao conjunto das ideias hasteadas no Congresso de Berna (1904), encontra-se a defesa do ensino do desenho natural.

[...] a visão será nítida, absolutamente positiva quando a criança tiver aprendido a “olhar” isto é, quando o ensino do desenho – segundo o voto mais instantâneo do Congresso – figurar em todos os programmes de estudo como disciplina obrigatória. (PINGREGON, 1906, p. 58)

Assim, o ensino de desenho no Congresso de Berna (1904) expressou a importância do método de ensino, bem como a importância deste para o próprio ensino.

Destarte, os dois artigos publicados na *Revista de Ensino* no ano de 1906 focalizam a mudança do método de desenho, passando do desenho geométrico para o desenho natural, e tornam essa posição um tema de grande importância para o Ensino de Desenho.

Já o artigo publicado na *Revista de Ensino* em junho de 1907, intitulado “*O Desenho na Escola*” e assinado por A. R.¹⁴, o relevo desloca-se ao insucesso do ensino do desenho, ou melhor, ao motivo pelo qual nem todos os professores professam o Ensino de Desenho, à possível falta de aptidão artística dos professores:

¹³ Escritor francês.

¹⁴ Não foram encontrados dados referentes ao autor.

De nada vale ao professor o saber que o Desenho se ensina assim; de nada lhe serve lêr os autores que apregoam o ensino do natural; de nada lhe valerá também recorrer aos especialistas que lhe não poderão incluir o que lhe tolheu o berço; nullas lhe serão as judiciosas conclusões do *Congresso de Berne*, de 1904. (A. R., 1907, p. 26) (grifos do autor)

Ao professor de desenho importa ter aptidão artística, pois a falta de tal predicado torna a educação estética supérflua, acarretando com que o professor deixe de trabalhar o belo em suas aulas. O autor trata o desenho como apenas um complemento, fato que desconstrói todas as discussões acerca da importância do ensino de desenho nas escolas até então promovidas no cenário da educação. Sobre a educação estética, aliás:

O primeiro passo que, na escola, se deve dar em prol da educação esthetica do alumno – e principalmente a bem dos créditos de uma casa de instrução será contra esses desenhos mal feitos a giz de côr pelos quadros negros, que circundam o recinto das aulas: convém collocar a creança num meio que sempre apresente a seus olhos o espectáculo do Bello. (A. R., 1907, p. 27)

São criticados os desenhos configurados em quadros negros, advertindo-se que a educação estética deve estar presente sobre as formas belas; ou seja, para o autor, são os objetos do mundo exterior que provocam as sensações e as emoções na criança. Além disso, trata a contemplação do perfeito e refere-se aos desenhos produzidos com giz de cor medíocres. Logo, para o autor, o belo e o perfeito caminham juntos com o fito na educação estética; do contrário, o desenho que não possui essas características são apenas medíocres. Para ensinar a educação estética, portanto, cabe ao professor ter recebido essa mesma educação.

O ensino do desenho voltou a ser revisto na *Revista de Ensino*, em sua edição de dezembro de 1911, no artigo “*Desenho do natural*”, de autoria de Cymbelino Freitas¹⁵. No texto, o autor lança críticas ao ensino do desenho geométrico, além da valorização do ensino do desenho natural, assim como nos artigos anteriores da publicação [*Revista de Ensino*].

Todavia, o artigo Freitas (1911) anuncia que “[...] o desenho disciplina o espírito da criança, assim como os olhos e a mão; desperta-lhe o gosto pela ordem, pela precisão; é um valioso auxiliar de vários outros ramos do ensino” (FREITAS, 1911, p. 126). O autor toma o desenho de forma auxiliar para as outras áreas do ensino, compreendendo o desenho como algo que, para “as camadas populares”, seria um momento de lazer.

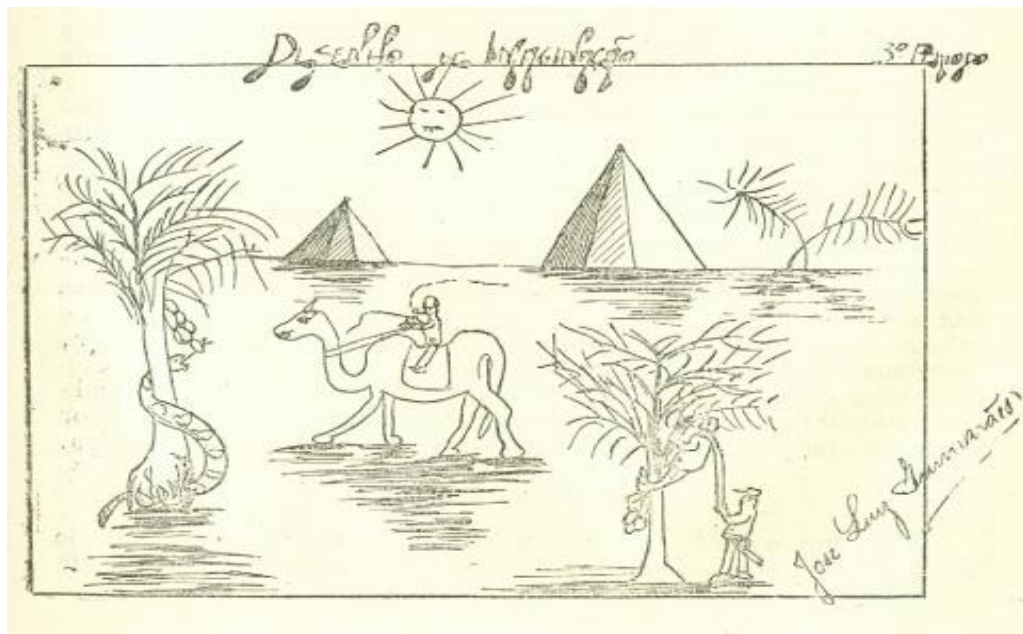
¹⁵ Lente da cadeira de Pedagogia da Escola Normal da Capital. Pintor, desenhista, professor. Forma-se pela Escola Normal de São Paulo, em 1903. Professor na Escola de Belas Artes, em 1925, exerce o cargo de Inspetor Especial de Desenho. Em 1943, funda a Associação Paulista de Belas Artes, APBA, pela qual é homenageado, em 1951, com um busto em bronze executado por Laszlo Zinner, como reconhecimento do seu trabalho na presidência da instituição, que se estende até 1970.

Também no mesmo artigo, além da defesa do método do desenho natural, o autor defende a cópia do real, a observação para a criação. Exemplificando com a prática de como passar uma aula de desenho, Freitas (1911) lança a didática do ensino do desenho:

Distribuídos os cadernos apropriados, ou melhor ainda, folhas avulsas de papel, e colocando o modelo em lugar commodamente visível a toda a classe, tomamos o giz e no *quadro negro* daremos todas as explicações necessárias á execução do desenho, como sejam: por onde se deve começa-lo, como se traçam as linhas auxiliares, qual é a direção e o tamanho relativo das rectas que formam o contorno, como as executam certas partes, como se faz o sombreado, etc., etc. Sem essa lição prévia no quadro, não podemos esperar bons desenhos de nossa classe. Os alumnos precisam aprender a ver, isto é, a ler, a interpretar o modelo, e a não executa-lo senão depois de o conhecerem perfeitamente. (FREITAS, 1911, p. 133) (grifos do autor).

A prática da cópia é apontada para que os alunos produzam o desenho; sendo a leitura do desenho pelo aluno um quesito capaz de fazer a diferença ao seu entendimento.

Figura 13: Desenho do aluno, realizado a partir do modelo dado pelo aluno



Fonte: Desenho de imaginação, *Revista de Ensino*, 1911, p. 135.

Ao observar a Figura 13, o desenho do aluno, percebe-se a construção do desenho, como já mencionado, partindo do modelo dado pelo professor. O desenho em questão é realizado após a explicação dada pelo professor com o modelo do desenho passado no quadro negro. Terminada a explicação, apaga-se o desenho e os alunos começam a desenhar, não imitando o modelo, mas, sim, executando a partir da explicação.

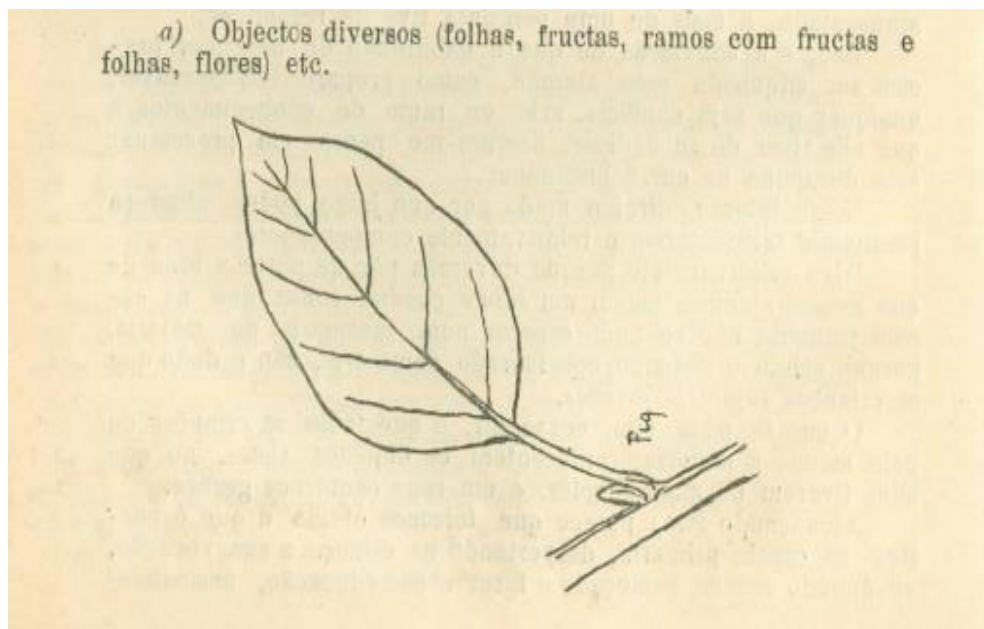
Portanto, denota-se que o desenho natural tem grande valor para o ensino, priorizando a observação e a cópia do real, além de aguçar a memória do aluno, acentuando sua importância para o aprendizado.

Quanto ao artigo de Ramon Rocca, publicado em março de 1912 pela *Revista de Ensino*, intitulado “O ensino de desenho – Observações geraes. Methodo e processos”, este aborda a publicação do folheto “A Natureza é a verdadeira mestra do desenho”¹⁶, de 1908, pela Escola Normal da Capital, com os novos métodos do Ensino de Desenho.

Ressalte-se que tal material alberga uma franca aproximação aos temas que, efetivamente, estão circulando na Escola Normal da Capital em torno do Ensino de Desenho. Assim, Rocca (1912) recomenda que, ao aluno, é imprescindível adquirir a habilidade de desenhar, pois esse preparo faz-se necessário para qualquer ofício. E acrescenta que a tarefa do ensino de desenho é fazer com que as crianças consigam representar os objetos vistos, de forma simples, apenas os seus contornos (ROCCA, 1912). Por conseguinte, para um maior entendimento dos professores, sugere escolher modelos que são usuais ao cotidiano dos alunos.

E propõe alguns referenciais:

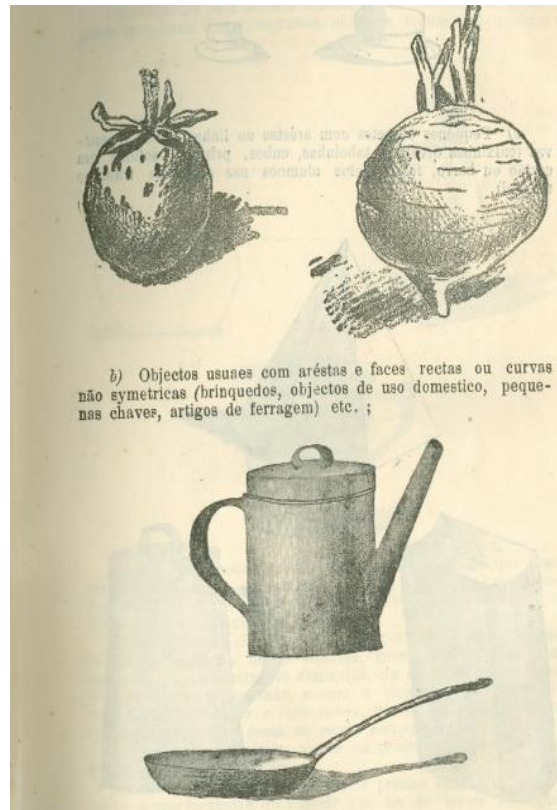
Figura 14: Modelo de figuras simples



Fonte: *Revista de Ensino*, 1912, p. 64.

Figura 15: Representação de objetos de uso doméstico, não simétricos, com o uso de retas ou curvas

¹⁶ Até o desfecho desta pesquisa, não foi encontrado o folheto.



Fonte: *Revista de Ensino*, 1912, p. 65.

Figura 16: Representação de pequenos objetos com arestas e linhas retas



Fonte: *Revista de Ensino*, 1912, p. 66.

Figura 17: Representação de objetos com faces e arestas retas ou curvas de formas simétricas



Fonte: *Revista de Ensino*, 1912, p. 67.

Os modelos apresentados pelas Figuras 14, 15, 16 e 17 autorizam reprodução no tamanho natural. Saliente-se que os modelos mudam conforme o progresso do aluno; contudo, cabe ao professor, previamente à indicação da tarefa, treinar os modelos (representação dos objetos) para, depois, passar a lição aos alunos no quadro negro.

A analyse do objecto a representar, isto é, a sua cuidadosa observação por parte dos alumnos é sempre necessária, mesmo que o objecto tenha de ser representado em tamanho natural.

Para ser representado em tamanho reduzido ou ampliado essa analyse augmenta ainda de importância, convindo encaminhar o alumno até a apreciação das diversas partes do objecto, fazendo ideia clara de suas proporções. (ROCCA, 1912, p. 68)

É, pois, de primordial importância a observação dos alumnos sobre os objetos, para a posterior representação em tamanho natural. Entretanto, a lição apenas pode ser mudada se o aluno tiver vencido os exercícios anteriores; do contrário, o aluno permanece na mesma lição, pois, dessa forma, poderá fazer o desenho de memória e, após, vir a utilizar o exercício de redução ou ampliação como mencionado.

Rocca (1912) faz prescrições para os professores quanto a seu papel em sala de aula:

O professor não deve enfeitar ou retocar o desenho do aluno. Vai nisto como um principio de sinceridade e justiça:
Sinceridade, porque o alumno deve só aparecer com o trabalho que realmente elle puder executar:
Justiça, porque o professor não poderá sempre retocar o desenho dos seus alumnos. (ROCCA, 1912, p. 71)

Esses princípios são valorosos para, inclusive, fundear o comportamento do aluno, mostrando o real; aliás, o objetivo da escola não é formar artista e, sim, “[...] aperfeiçoar os sentidos das crianças” (ROCCA, 1912, p. 71).

O artigo de Rocca (1912) preconiza contribuições a respeito das observações feitas sobre o texto do folhetim, já que o intuito do método no Ensino de Desenho está em o aluno terminar seus estudos com competência para desenhar. Com isso, assim como acontece nos artigos anteriores da *Revista de Ensino*, Rocca (1912) concentra suas ideias e ideais no conhecimento do desenho voltado a uma profissão.

A discussão sobre o método de ensino de desenho permanece em outro artigo da *Revista de Ensino*, de 1913, “*Teoria e pratica do desenho*”, assinado por N. M. E. N. S.¹⁷. Neste texto, porém, o método de ensino abalizado é o analítico, ou seja, são propostas mudanças sobre o método de ensino, com o desenho visto do todo para as partes.

Porém, temos observado que os chamados métodos naturaes, ou analyticos, são os que vão seguindo na sua marcha triumphal e têm demolido todos os velhos processos rotineiros que espíritos obstinados não vêm, ou não querem ver, quanto são atrasados e contrário á verdadeira educação. (N. M. E. N. S., 1913, p. 23)

Apesar dos grupos contrários a esse direcionamento, é defendido o método de ensino analítico no Ensino de Desenho. No caso, o autor recorda que os métodos do Ensino de Desenho estão atrelados aos métodos gerais de ensino, como se dá com o ensino da leitura.

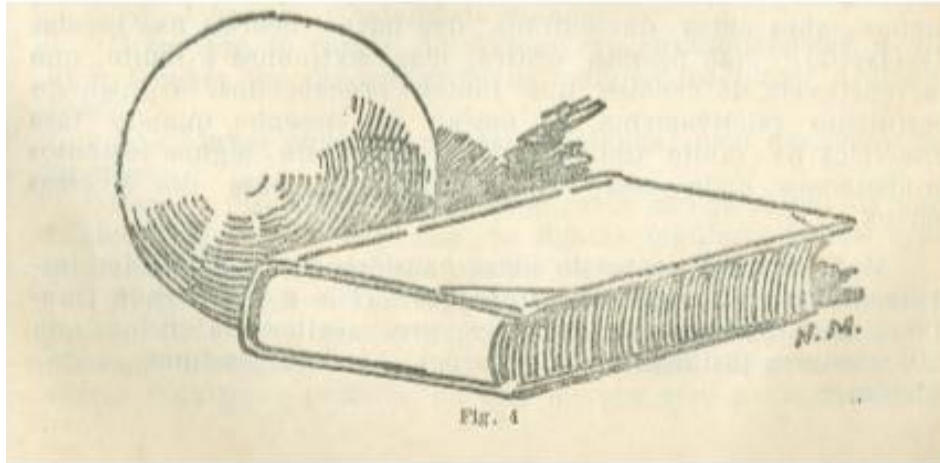
O artigo discorre sobre a geometria enquanto uma ciência abstrata, envolvendo os elementos que configuram esses objetos, tais como formas, linhas, pontos, etc.

Nada há que justifique esse mau systema de fazer a criança traçar linhas rectas e curvas, ângulos, ovaes, ou elipses para só depois apresentar-lhe os objetos. Tudo isto se faz a pretexto de lhe dar alguma habilidade manual, mas são falsas apreciações e nada mais. As linhas rectas, as curvas regulares se fazem com instrumentos apropriados, e nenhuma vantagem há em taes habilidades. (N. M. E. N. S., 1913, p. 24).

¹⁷ Não foram encontradas informações referentes ao autor.

O desenho é um auxiliador da geometria, porém a forma como era conduzido o antigo método de desenhar – as partes e depois o todo –, na ótica do autor, não haveria finalidade significativa para a aprendizagem do desenho pelo aluno.

Figura 18: Representação do livro e da bola, seguindo o desenho geométrico



Fonte: *Revista de Ensino*, 1913, p. 27.

Não valem duvidas nem longas discussões; abordaremos logo a questão pelos seus dois pontos de vista e digamos prontamente o que há de melhor a notar; 1º - quanto ao valor educativo.

Um exemplo elucidará o facto e basta.

Um alumno tem diante de si uma bola e um livro que vae projectar sobre o papel (n. 4). A projecção da abola, qualquer que seja a distancia ou a posição em que está, é sempre uma curva regular, perfeita. O alumno pega o compasso e traça um circumferencia. A projecção do livro, por sua vez, qualquer que seja a distancia ou a posição, é sempre uma figura limitada por linhas rectas; apenas os ângulos e comprimento das linhas pe que variam por causa da perspectiva, assim como da circumferencia. O alumno pega da régua e traça as linhas.

Note-se bem: o alumno observou e reproduziu a fôrma dos objetos, suas posições relativas, sua physionomia aparente e as illusões de perspectiva. Em que o emprego daquelles instrumentos prejudica ao educando ou ao seu trabalho?

2º. – quanto á habilidade manual.

O traçado de rectas, de elipses, de circumferencias, á mão livre, tem por fim desembraçar os movimentos, tornar o alumno hábil.

Não vemos onde paira essa habilidade, nem que vantagem há nisso.

Para o traçado de linhas irregulares não há mister da habilidade alguma; e as linhas, as figuras regulares jamais o são si deixamos de recorrer no auxilio daqueles instrumentos.

Pegue o giz e trace dez, vinte, cem circumferencia na pedra; riscae dez, cem triângulos ou exagonos regulares; difficilmente conseguireis desenhar uma ou duas figuras de apparencia regular, e perfeita, ou que mereça esse nome, nenhuma.

Agora, deixe que a criança tome do compasso e da régua, trace círculos, trace rectas, combine uns e outros; deixe que livremente componha a planta de um jardim, a frontaria de uma casa, sólidos geométricos que tem diante dos olhos, e verão se de outro modo poderiam obter coisa igual ou bem parecida. (N. M. E. N. S., 1913, p. 29-30)

Atenta-se, aqui, para o desenho geométrico sendo trabalhado da mesma forma que o desenho natural, no sentido de observação do real e cópia; ou seja, não são descartados, totalmente, nenhum dos dois.

Apesar disso, o aluno se utiliza de instrumentos para a composição do desenho, tais como régua e compasso. Há críticas ao desenho a mão livre de círculos e retas, ao se considerar inútil a tentativa de circunferências regulares sem o uso do compasso, de forma mais direta; há quem afirme que isso é apenas perda de tempo na realização da lição.

Os artigos sobre o Ensino de Desenho na *Revista de Ensino* demonstram o andamento dos processos metodológicos. O embate começa com o desenho geométrico e a discussão sobre o método de ensino do desenho natural e terminam com o ingresso do método analítico no Ensino de Desenho, estudando o todo do objeto.

As discussões sobre a metodologia do Ensino de Desenho na Revista precedem as discussões sobre as metodologias em geral (método intuitivo e método analítico). Portanto, o Ensino de Desenho e sua metodologia não são secundários; pelo contrário, caminham ao lado dos debates e das demais discussões em torno das metodologias de ensino.

Outro periódico que contempla elementos sobre o Ensino de Desenho é a *Revista da Escola Normal de São Carlos*¹⁸, periódico dedicado, essencialmente, à publicação de artigos inéditos, como aqueles de autoria de Raphael Falco. O advento desse veículo acontece em momento posterior à criação de novas Escolas Normais, além da Escola Normal da Capital, a partir das reformas empreendidas por Oscar Thompson.

Raphael Falco foi professor da 3ª e 4ª aulas – Caligrafia e Desenho da Escola Normal Secundária de São Carlos. Para Ozelin (2010), o mestre veio a ser conhecido em todo o Brasil após a emissão das cédulas de cinco mil cruzeiros, que apresentam estampado em verso um quadro histórico de autoria do professor, representando o sacrifício de Tiradentes (1911).

Figura 19: Desenho realizado pelo professor Raphael Falco, na nota de 5.000 cruzeiros

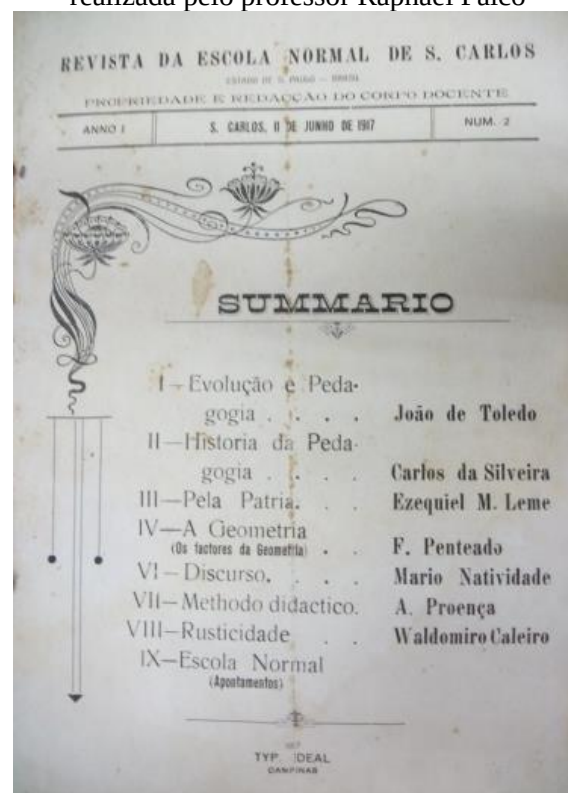
¹⁸ Publicada por docentes da Escola Normal Secundária de São Carlos, entre 1916 e 1923. (NERY, 2009).



Fonte: Coleção Particular, 2018.

As ilustrações das capas dos primeiros números da *Revista da Escola Normal de São Carlos* também foram de autoria do professor Falco.

Figura 20: Ilustração da capa da *Revista da Escola Normal de São Carlos*, realizada pelo professor Raphael Falco



Fonte: Capa da Revista da Escola Normal de São Carlos, 1916

O professor Raphael Falco atuava em sua profissão com maestria, pois era ilustrador e teve sua participação em publicações de artigos sobre o Ensino de Desenho na *Revista da Escola Normal de São Carlos*.

O primeiro de seus artigos a ser analisado foi publicado em dezembro de 1916, com o título “*Como deve ser a sala de desenho*”, abarcando a importância da sala de desenho, promovendo discussões sob a seguinte interrogativa: “O professor não precisa ser artista, dizem. Para que, pois, uma sala especial de desenho?” (FALCO, 1916, p. 15).

Para responder a essa pergunta, Falco conduziu várias outras interrogações, chegando à conclusão de que é confuso o fato de ser artista e ter o sentimento artístico, do bom gosto. Nesse caso, a sala de desenho cabe para todo o aluno que está preparado para o Ensino de Desenho. Dado os seus argumentos sobre a importância da sala, o autor passa a sua ideia de sala de desenho que, no Capítulo 3 desta dissertação, será abordada com maior profundidade.

Outro artigo do autor da referida revista data de junho de 1918, “*Arte e o seu objecto*”. Nele, o autor disserta sobre o significado da palavra “arte”, referindo-se ao conceito do belo. Com isso, propicia a ideia de que o objeto da arte não é exclusivamente a imitação da natureza e complementa a sua ideia: “As obras de arte devem proceder da lógica e da inteligência; não são o producto da mão da somente” (FALCO, 1918, p. 37).

Em junho de 1920, o professor de desenho apresentou outro artigo, “*Fim do Desenho nas Escolas Primárias e Normais*”. Aqui, expôs a necessidade de conhecer a finalidade do ensino do desenho nas escolas: o professor que ministra uma matéria somente dará sentido ao objeto quando estiver consciente da importância do conteúdo para o futuro do seu aluno. “Se não há serventia para o aluno, o que professa será “inútil”” (FALCO, 1920, p. 86). Em outras palavras, o professor Falco exemplifica:

Imaginemos que numa escola normal, em que é necessário accidentalmente ministrar conhecimento da perspectiva, de plantas ou secções etc., sob a dose homeopathica necessária á clareza completa de um trabalho, os elementos indispensáveis, embora theoricos, para o traçado inteligente e expressivo de uma sombra, uma noção summaria sobre imagens reflectidas, si o ensino chegar a tanto, eu me detivesse na útil mas fastidiosa teoria da perspectiva linear e na perspectiva das sombras, nos birros, roscas, fachadas, arcos, projeções de molduras e volutas, escadas em caracol; a estudar planos e rebatimentos, pontos brilhantes, distribuição de sombra e luz, épuras e mais complicações. Eu teria evidentemente perdido o meu tempo e o teria feito perder aos alumnos pelas razões seguintes:

- a) Porque o tempo é escassíssimo para desenvolvimento dessa natureza;
- b) Porque os alumnos, salvo raríssima excepções, não ligam a menor importância a esse gênero de trabalho, alheio ás suas vocações;
- c) Porque os alumnos não se vão utilizar desses conhecimentos na pratica do magistério;

d) Porque os alumnos perdem o ensejo de adquirir o que lhes é mais essencial para as lições ás classes preliminares, isto é, a pratica de desenhar livremente, o desembaraço de traçar as fórmulas da natureza com maior ou menor perfeição. (FALCO, 1920, p. 87)

Note-se que Falco (1920) evidencia um ensino de desenho para a formação de professores, com conhecimento preciso de um professor de desenho; ou seja, mostra ao aluno quem é o professor e quem sabe sobre o seu conhecimento, enquanto conhecedor profundo da matéria. Ainda segundo Falco (1920), o conhecimento profundo da matéria acaba por prejudicar o aluno em seus interesses, pois ele tem um objetivo diverso em sua carreira. Portanto, o fim do ensino prático para o ensino teórico nas Escolas Normais é um erro que Falco (1920) denomina de “funesto”, afinal qual seria objetivo da escola para esses alunos?

O fim principal da escola primaria é sem duvida alguma educar, isto é, aperfeiçoar os sentidos e o corpo pelo exercício, fortalecer e desenvolver a inteligência pela instrução, formar a alma através dos exemplos dos grandes vultos de nossa história, isto é, desenvolver a criança sob o duplo ponto do corpo e do espírito. (FALCO, 1920, p. 88)

Como já apontado, o aperfeiçoamento dos sentidos do corpo é o objetivo do educar, adaptando o ensino às condições dadas pela natureza.

Sendo a escola creada para este fim, isto é, para educar e não para instruir tão somente, posta a criança no trabalho da auto-educação, sob as excitações sabias do professor, vejamos qual é o papel do desenho.
O seu papel cooperador na educação infantil é indiscutível. As maiores sumidades em matéria pedagógica já lhe tem feito os elogios que merece e que aliás se impõem.
De todas as matérias preliminares é o desenho que pode seguir a par e passo o desenvolvimento de outras[...]. (FALCO, 1920, p. 89)

Para o autor, o fato é que o desenho acaba sendo orientado no que se lê, de tal modo que se identificam as vozes narrativas como algo vivo, uma vez que, por meio do desenho, são produzidas as imagens, processando o visual.

Ademais, o mesmo autor em lume também reflete sobre o fim do desenho nas Escolas Normais:

O fim do desenho, portanto, nas escolas normaes é preparar professores que tenham, além de certa technica especial e boa compreensão das coisas no espaço, capacidade de traçar propriamente as figuras necessárias á sua lição. (FALCO, 1920, p. 94)

A forma exclusiva de mudar tal concepção traçada nas Escolas Normais indica para um preparo de professores para além da técnica e da compreensão das coisas, tomando-os como indivíduos com aptidão de desenhar as figuras de sua lição.

Contudo, as defesas de Falco (1920) direcionam-se à importância da prática pelas faculdades da observação, além da memória, do cultivo da atenção, do adestramento da mão e do sentimento pelo belo.

Os artigos do professor Raphael Falco na *Revista da Escola Normal de São Carlos* têm em sua linguagem as críticas referentes ao Ensino do Desenho. Seus artigos não aduzem métodos de ensino do desenho, mas ressaltam elementos para que seus leitores possam refletir sobre o desenho e a arte. São textos voltados para a formação pedagógica do professor, apreciando a forma como estão sendo realizadas e processadas as aulas de desenho em todos os níveis de escolarização. O último artigo de Raphael Falco analisa os elementos que os normalistas necessitam para que haja uma maior compreensão dos ramos que envolvem sua carreira.

No fechamento deste capítulo, bordejando os debates acerca do Ensino de Desenho na imprensa pedagógica, serão contempladas publicações da *Revista Escolar*¹⁹.

Contudo, antes de outros detalhamentos, importante ressaltar o momento em que a *Revista Escolar* encontra-se a inserida: “[...] A Reforma de Sampaio Dória²⁰, realizada em São Paulo, no início da década de 1920, que começaram a aparecer os primeiros sinais da exaustão dos modelos pedagógicos” (CARVALHO, 2011, p. 194).

Para iniciar, o objeto de estudos será o artigo “*O Ensino do Desenho nas Escolas Públicas de S. Paulo*”, de janeiro de 1926, com autoria de Theodoro Braga²¹.

O texto em questão permeia a exposição de trabalhos escolares realizada pela Escola Normal do Brás, um acervo das alunas da professora de desenho Noemi Pires, uma professora, segundo Braga (1926), competente no que se refere ao seu ofício. O destaque está na preocupação do governo quanto à garantia do aprendizado das matérias, exigindo aplicação de exames, deixando de lado a importância do desenho para a aprendizagem.

¹⁹ A Revista foi publicada entre os anos de 1925-1927, conforme Nery (2009, p. 66). Sua responsabilidade estava a cargo da Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo. Lançou 33 números. Seu principal objetivo, declarado no primeiro editorial, era o de “contribuir para o aperfeiçoamento do ensino paulista”.

²⁰ O intento de expandir a escola, “nacionalizando” as populações operárias rebeldes à ordem republicana instaurada trará a tona seus limites políticos, evidenciando seu caráter restritivo à uniformização da escola popular (CARVALHO, 2011, p. 194).

²¹ Theodoro José da Silva Braga (Belém, Pará, 1872 - São Paulo, São Paulo, 1953). Pintor, decorador, professor, caricaturista, historiador, crítico de arte. Forma-se pela Faculdade de Direito do Recife, em 1893. Ao mesmo tempo, inicia estudos em arte com o pintor paisagista Jerônimo José Telles Jr. (1851-1914). Produz caricaturas para a imprensa da região (Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10853/theodoro-braga>>. Acesso em: 07 mar. 2017).

Com isso, Braga (1926) tece uma crítica à ação de alguns professores por ele considerados como sem qualidades para tal ofício, uma vez que utilizam modelos de estampas a serem copiados pelos alunos, perdendo o tempo dos educandos e não ensinando a verdadeira matéria, com a desculpa de que a escola não é destinada à produção de artistas. E Braga (1926) faz um apelo ao Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo:

[...] no sentido de dar uma orientação única e definitiva ao ensino de desenho nas escolas sob o raio dessa acção; para isso basta pôr, energicamente com execução o programma actual desse ensino. Mas, e é aqui sobretudo que se faz sentir o meu apello, para isto conseguir faz-se preciso impor a proibição formal e categórica do uso da estampa ainda criminosamente espalhada por vários departamentos da instrução pública. (BRAGA, 1926, p. 48)

Assim, o autor julga o ensino da cópia das estampas prejudicial para o Ensino de Desenho, argumentando como criminosa essa ação que está presente em várias escolas; aliás, a criança tem o direito de ver, refletir e executar, como enfatiza Braga (1926, p. 49), “opprobrio desse captiveiro intellectual”.

Além disso, o autor defende a organização de exposições, pois considera importante, no fim de cada ano letivo, em alguns dias, em um só lugar, uma exposição geral, com a participação dos alunos de todas as escolas da Capital, com o propósito da contemplação do público sobre os esforços cometidos pelos professores e alunos:

A exposição dos trabalhos será, pois, um premio para os que mais se applicarem, como será uma punição moral aos descuidados, porque é preciso saber que todos deverão concorrer com um pequeno numero de trabalho produzido durante o anno. (BRAGA, 1926, p. 50)

A exposição para os alunos sem aptidão acaba acarretando um problema, dado que aquele que não faz o trabalho seguindo as normas, o chamado “descuidado”, é punido, sob uma “punição moral”. Dessa forma, vislumbra-se uma possível incoerência, já que o princípio de se deixar livre para criar não é considerado como padrão para o encaminhamento dos trabalhos para a exposição.

O autor conclui seu artigo parabenizando, uma vez mais, a professora Noemi Peres pelo trabalho realizado na Escola Normal do Brás.

Vale ressaltar que a *Revista Escolar* teve, na introdução do nº 21 de setembro de 1926, considerações acerca do Desenho, a respeito da admissão de inspetores especializados em algumas matérias, inclusive, no Desenho.

No caso, os editores da *Revista Escolar* analisam o valor educativo da respectiva matéria, de forma que o Desenho é tomado por eles como “[...] um dos maiores fatores de desenvolvimento intelectual” (REVISTA ESCOLAR, 1926, p. 01). É o Desenho recepcionado enquanto ação educadora, não apenas da mão e da visão, mas também da inteligência (REVISTA ESCOLAR, 1926, p. 02). Logo, ainda sobre o Desenho:

E, como confirmação, attentemos um momento extraordinário influxo dessa disciplina sobre a actividade e o aperfeiçoamento das forças intellectivas: cultiva a ATENÇÃO e a PERCEPÇÃO, pelo cuidado na imitação dos modelos; a MEMORIA e a REFLEXÃO, pela recordação do objecto que deva sêr executado mediante apenas uma observação prévia; a COMPARAÇÃO, pela expressão da perspectiva; a IMAGINAÇÃO e a INVENTIVA, pelas modificações espontâneas num determinado assumpto [...] (REVISTA ESCOLAR, 1926, p. 02)

Eis a franca relação do Desenho e com a Educação, uma vez que as atividades associadas ao Desenho estão, diretamente, vinculadas às forças intelectivas; ou seja, o ato de imitar modelos, por exemplo, dá-se pelo cultivo da atenção e da percepção, restando que, para cada atividade do Desenho, tem-se, inevitavelmente, uma força intelectual.

O ato de prestar atenção ao objeto e não à forma geométrica que o representa leva a criança ao entendimento dos traços do objeto. Há a espontaneidade da criança sobre aquele objeto, sem pensar em regras para produzir a imitação, apenas se valendo da atenção e da percepção.

A propósito, é justamente sobre esse discurso que a *Revista Escolar* encerra a introdução de seu número acerca do Ensino de Desenho.

Já quanto à importância da introdução de inspetores especializados no cenário do Ensino de Desenho, em novembro de 1926, é publicado o nº 23 da *Revista Escolar*, com um artigo de autoria do inspetor-especial em Desenho Cymbelino de Freitas (já mencionado) na seção “*Nos Arraiaes do Ensino*”, intitulado “*O Ensino de Desenho nas Escolas Normaes*”.

O artigo de Cymbelino disserta sobre o objetivo do Ensino de Desenho nas Escolas Normais e destaca que o desenho é um grande auxiliar na ação do professor, pois, partindo da pedagogia moderna em que o ensino elementar é essencialmente o intuitivo, a habilidade em desenhar permite ao professor a vantagem de propor para o aluno a representação das formas que compõem seu objeto de estudo (mapas, personagens, etc.). Para isso:

O normalista precisa exercitar-se mais no esboço rápido, na “*arte dos croquis*”, que o torne apto a traduzir de memória, destramente, a mão livre, perante a classe, o objecto ou instrumento, a scena ou a idéia com que deseje ilustrar a sua illustração. (FREITAS, 1926, p. 70-71)

A rapidez exigida para essa prática se deve ao fato do professor ter que trabalhar esses desenhos, ou melhor, essas representações no quadro negro, de forma que seus alunos entendam e despertem para suas aulas.

Para os exercícios de croquis, o autor adverte como o professor das Escolas Normais deve proceder para ensinar: pedindo que chamem os alunos ao quadro negro, em grupos de oito ou dez, favorecendo que desenhem o assunto dado em tempo marcado (cinco a seis minutos). Sobre o desenho, que seja feito de memória, no caso, o professor deve ter passado o assunto em aula anterior para que os alunos estudassem em casa a execução do desenho.

Após a realização dos desenhos no quadro negro, o professor, por sua vez, deve orientar e avaliar, prudentemente, as correções dos próprios desenhos aos alunos. Em seguida, propõe-se reunir outra turma e repetir o mesmo procedimento.

Para Freitas (1926), o exercício primordial para os alunos das Escolas Normais deve ser a cópia do natural, servindo de modelos vasos, flores, animais, entre outros objetos. Para tanto, o autor aboliu a cópia de estampas ou de desenhos executados pelo professor no quadro negro: “Deante do natural, livre da influencia do “technismo”, procurará o alumno reproduzir o modelo, segundo seu modo de sentir, sem preocupar-se com os meios a empregar” (FREITAS, 1926, p. 71). Logo, não há o tecnicismo vigente nesse procedimento; pelo contrário, a educação está na relação da visão do aluno para com o mundo.

O artigo informa, também, os materiais a serem utilizados, tais como: carvão, lápis e aquarela, principalmente para dar o efeito de sombra e luz. Além dos materiais, o texto abarca os conteúdos, como, por exemplo, a perspectiva linear (que determina as direções das linhas e dimensões das linhas), assim como a perspectiva aérea e, finalmente, um programa para as Escolas Normais, a ser mais bem circunstanciado no Capítulo 2.

Cabe ressaltar, ainda, que Cymbelino, o inspetor-especialista em Desenho, foi aluno da Escola Normal da Capital, além de professor na Escola de Belas Artes, sendo notória sua experiência como aluno da Escola Normal da Capital, vivência essa que agregou em sua formação algo que o difere, tendo um olhar mais aguçado para o Ensino de Desenho nas Escolas Normais. Reforce-se, como já registrado alhures, que a referida escola, com a escola anexa a escola-modelo, acaba sendo o paradigma para os demais estabelecimentos.

Assim, este Capítulo sublinhou a notoriedade da Escola Normal da Capital, modelo de uniformização e homogeneidade, além da formação de alguns professores que tiveram discursos sobre o Ensino de Desenho e do próprio ensino em geral, profissionais que formalizaram a história da educação paulista.

2 O ENSINO DE DESENHO NA ESCOLA NORMAL DA CAPITAL

Neste Capítulo, o panorama se abrirá ao estudo do Ensino de Desenho na Escola Normal da Capital, buscando-se perquirir os vínculos e diálogos deste com as discussões nacionais – evidenciadas outrora, na Introdução desta pesquisa – e regionais – também já ponderadas ao largo do Capítulo 1. Nesse diapasão, doravante, propor-se-á uma breve leitura da Escola Normal no momento anterior ao recorte desta dissertação, a fim de compreender a emergência do Ensino de Desenho na instituição.

2.1 Os primeiros momentos da Escola Normal da Capital

A princípio, serão ponderadas as três fases da Escola Normal da Capital:

Criada em 1846, teve o seu primeiro fechamento decretado em 1867; reaberta em 1875, foi fechada novamente em 1878; após a sua reinauguração, em 1880, não interrompeu mais suas atividades, continuando República adentro. (DIAS, 2013, p. 49)

Desses três momentos, a ênfase estará na identificação e análise dos programas de ensino em cada situação, atentando para a dimensão política que constitui a Escola Normal da Capital, uma vez que o ponto de partida deste estudo é descrito a partir de 1887.

A primeira fase da Escola Normal remonta ao período compreendido entre 1846 e 1867. Seu início coincide com a criação de uma Escola Normal para a Capital, cujo objetivo é formar professores do ensino elementar, mediante projeto lei apresentado na seção da Assembleia Provincial de 20 de janeiro de 1843. Foi instalada três anos mais tarde e seus trabalhos irromperam-se, oficialmente, em 09 de setembro de 1846. Segundo Monarcha (1999), tal escola abrigava a seguinte estrutura curricular:

[...] Lógica, Gramática Geral e da Língua Nacional, Teoria e Prática da Aritmética – proporções inclusive – Noções Gerais de Geometria Prática e suas aplicações usuais, Caligrafia, Princípios da Doutrina e Religião do Estado, os Métodos e Processos de Ensino, sua aplicação e vantagens comparativas. Os alunos formados por essa instituição são providos nas cadeiras de primeiras letras, independentemente de concurso, tornando-se vitalícios nos respectivos cargos. (MONARCHA, 1999, p. 44 e 45)

Os alunos, depois de formados, tinham o direito às cadeiras de primeiras letras, com cargos vitalícios, ou seja, sem concursos.

Sobre a questão do programa, “[...] constavam as disciplinas que o professor deveria ensinar no curso primário, sendo apenas uma, denominada Métodos e Processos de Ensino, de

caráter pedagógico. As demais referiam-se àquelas que deveriam ser ensinadas no curso primário” (ALMEIDA, 1995, p. 667).

Importante ressaltar que a matéria Caligrafia²² era de cunho pedagógico, dado que estava associada às práticas de ensino, ou seja, a Caligrafia estava na estrutura curricular para atender ao desenvolvimento do professor, auxiliando-o no seu ofício de manusear o quadro negro, mantendo relação com a didática, enfatizando a prática escrita e dando suporte para o manuseio da escrita.

Todavia, para Tanuri (1979), o programa de ensino da Escola Normal era semelhante aos programas das escolas primárias elementares e inferior ao das primárias superiores estabelecidas pela mesma lei, pois os alunos não teriam tais conhecimentos (Noções Gerais de História e Geografia do Brasil) para ingressarem na Escola Normal; isso se deve às exigências para o ingresso que se baseiam, apenas, em: idade superior a 16 anos, sexo masculino, livre e capacidade de leitura aprovada mediante exames.

A Escola Normal da Capital teve como diretor e único professor o Dr. Manuel José Chaves²³ no período de 1846-1867. Uma das incumbências do Dr. Manuel Chaves era a escrita de ofícios e relatórios para descrever a rotina e as acomodações da Escola Normal. A esse respeito:

Os ofícios e relatórios elaborados pelo dr. Manuel Chaves descrevem a rotina das acomodações da Escola Normal: a escola abre às quatro horas da tarde, “durante seu exercício, por espaço de hora e meia ou duas horas da tarde, todos os dias úteis”. Possui um parco mobiliário e utensílios de aula: um banco, uma pedra de geometria, uma mesa; inexistem dicionários, modelos de caligrafia e instrumentos para trabalhos de geometria prática. As matérias lecionadas no primeiro ano são distribuídas pelas cadeiras de: Lógica, Gramática Filosófica e de Língua Nacional; e, no segundo ano: Aritmética e Geometria, Caligrafia, Religião e Aplicação dos Métodos de Ensino Primários. (MONARCHA, 1999, p. 46-47)

Documentos da época indicam a precariedade existente na Escola Normal da Capital, como demonstram os relatórios do inspetor geral da Instrução Pública de São Paulo, Dr. Diogo de Mendonça Pinto²⁴. Ademais, os relatos evidenciavam a possibilidade de observar as matérias da Escola Normal, bem como sua forma de ensino.

²² A presente pesquisa não incide sobre o ensino de Caligrafia, embora a cadeira de Desenho e Caligrafia tenha sido criada em 1887.

²³ Referido professor era bacharel em Ciências (1835), inaugurando a tradição de “bacharéis-mestres” (MONARCHA, 1999), além de professor substituto da Faculdade de Direito ainda quando estudante; catedrático de Filosofia e Moral do curso anexo da Academia de Direito (1836); juiz de paz do distrito da Sé e deputado provincial entre 1842-1844. Dr. Manuel Chaves nasceu em São Paulo, no dia 03 de novembro de 1812, sendo nomeado, em 24 de outubro de 1846, primeiro professor e diretor da referida escola, pelo presidente, marechal Manuel da Fonseca Lima e Silva (1793-1869), o barão de Suruí.

²⁴ Diogo de Mendonça Pinto matricula-se na Academia de Direito de São Paulo, em 1835, formando-se em bacharel em ciências jurídicas e sociais nos “primórdios do ensino jurídico no Brasil”. Segundo esboço biográfico

Esta (a Escola Normal) será tudo quanto se quiser, mas de escola normal só tem o nome [...] Mas organizar um estabelecimento dessa natureza, em que é a um só professor que incube lecionar Lógica, Gramática geral, Gramática da língua nacional, Aritmética prática, noções de Geometria prática, Geometria em suas aplicações usuais, leitura, Declamação, Caligrafia, doutrina da Religião do Estado, os seus princípios; Metódica, os processos de ensino, e sua aplicação e vantagens comparativas. Enfim, todas as matérias que devem os alunos Mestres aprender e isto num curso de dois anos. (PINTO, 1853, p. 13-14)

Como se constata pelos apontamentos do inspetor geral Dr. Diogo de Mendonça, é inegável a precariedade do ensino. Logo, também nas palavras de Monarcha (1999), a precariedade está centrada no fato de não conhecerem o *corpus* de uma ciência rígida por princípios invariáveis, ou seja, por não se estudar as experiências anteriores; com isso, há falta de tudo seja de documentos, a uniformização de métodos didáticos, corpo de inspeção, prédios escolares dignos, material didático, compêndios, entre outras necessidades. Assim, como especificado anteriormente, a Escola Normal como um todo é a principal falha: “[...] falha a Escola Normal, pois é incapaz de responder às urgências sociais, culturais e políticas de sua época” (MONARCHA, 1999, p. 44).

A matéria de Caligrafia utilizava modelos de caligrafia vertical e sua debilidade pode ser justificada porque a Escola Normal possuía apenas um professor, além de pouquíssimos materiais. Então, o andamento das aulas, inclusive a de Caligrafia, tornava-se defasado, a ponto do Dr. Manuel Chaves defender-se com pedidos, à inspetoria, tanto de materiais e utensílios, quanto de um segundo professor, informado ser isso necessário e imprescindível (MONARCHA, 1999).

Apesar de ter havido uma reforma que propunha mudanças na estrutura curricular da Escola Normal – com dois professores e duas cadeiras: uma de Gramática, Lógica, Teoria e Prática da Aritmética, Sistema Métrico de Pesos e Medidas, Noções Elementares de Geometria, de Agrimensura e Nivelamento, Caligrafia, Princípios da Doutrina e Religião do Estado; e a outra cadeira destinada a matérias de Elementos da História e Geografia Universais, especialmente do Brasil e da província de São Paulo, e de noções de Ciências Físicas – ela foi fechada em 1867.

traçado pela biografia disponível, exerce, sucessivamente, diferentes cargos públicos após a conclusão do curso jurídico: delegado de polícia, juiz municipal do termo de Areias, Provincial pelo Partido /conservador, durante cinco legislaturas, entre 1844 e 1852; inspetor geral da instrução pública da província de São Paulo entre 1851 e 1872; professor substituto de História e Geografia do curso anexo, em 1854, e, dois anos mais tarde, catedrático de História e Geografia da Academia de Direito de São Paulo; e integrante da comissão redatora do Código de Instrução Pública de 1851 da província de São Paulo (MONARCHA, 1999, p. 21).

A segunda fase da Escola Normal é, assim, recriada. Tanuri (1979) define esse momento:

A nova escola, destinada ainda apenas aos elementos do sexo masculino, apresenta uma organização um tanto mais elaborada que sua antecessora. Ainda com um curso de dois anos de duração e com as mesmas exigências para o ingresso, o currículo encontra-se enriquecido de algumas matérias, dividido em duas cadeiras, cada uma das quais entregue a um professor. Como alterações curriculares, relativamente à escola de 1846, assinalam-se: a) acréscimo de Língua Francesa, Elementos de Cosmografia e Geografia, noções de História Sagrada e Universal, Exercícios Práticos nas Escolas Públicas da Capital; b) exclusão de Lógica; c) mudança de nomenclatura de “Métodos e Processos de Ensino” para “Metódica e Pedagogia”. (TANURI, 1979, p. 29)

São, então, excluídas as matérias de Lógica e de Caligrafia. E a Escola Normal foi instalada, provisoriamente, nas dependências da Faculdade de Direito, enquanto aguardava a construção do próprio prédio: “A partir de 1876, sanciona-se a Lei nº 55, que altera os aspectos administrativos e os didático-pedagógicos da Escola Normal de São Paulo, objetivando melhor definição e maior abrangência do instituto” (MONARCHA, 1999, p. 100).

Salienta-se que, nessa fase, foi implantada a seção feminina, funcionando no pavimento do Seminário de Nossa Senhora da Glória (antigo Seminário das Educandas): “[...] O mesmo corpo docente estava encarregado de ministrar as aulas da seção feminina que ocorria em horário diverso da masculina” (DIAS, 2013, p. 52).

As cadeiras eram distribuídas sob a seguinte configuração:

Quadro 1: Estrutura Curricular de 1876

1ª Cadeira	Professor Doutor Mequíades da Boa Morte Trincheiro	Língua Nacional e Aritmética
2ª Cadeira	Professor Doutor João Bernardes da Silva	Francês, Metódica e Pedagogia
3ª Cadeira	Professor Doutor Américo Ferreira de Abreu	Cosmografia e Geografia especialmente do Brasil
4ª Cadeira	Professor Doutor Augusto Bulhões Jardim	História Sagrada e Universal e Noções Gerais da Lógica

Fonte: REIS FILHO, 1981, p. 130.

Sobre a Caligrafia, ela continua excluída do currículo, pois se entende que, para ingressar no curso da Escola Normal, o aluno deve saber Caligrafia desde sua base, algo essencial para a construção do professor.

Por falta de recursos financeiros, as atividades foram, novamente, encerradas em 30 de junho de 1878.

Dois anos depois, segundo Dias (2013), inicia-se a terceira fase da Escola Normal (1880-1890), com sua instalação na Rua do Tesouro, no Edifício do Tesouro Provincial, onde permaneceu até 1881, quando foi transferida para a Rua da Boa Morte, n.º 39 (REIS FILHO, 1981, p. 131). Nesta fase, as atividades da Escola Normal iniciam-se em 02 de agosto, com um curso ampliado, tendo cinco cadeiras e duração de três anos (DIAS, 2008).

Quadro 2: Estrutura Curricular de 1881

1ª Cadeira	Professor Doutor Vicente Mamede de Freitas	Gramática e Língua Nacional
2ª Cadeira	Professor Doutor Godofredo José Furtado	Aritmética e Geometria
3ª Cadeira	Professor Doutor José Estácio Correia de Sá e Benevides	História e Geografia
4ª Cadeira	Professor Doutor Inácio Soares Bulhões Jardim	Cosmografia e Geografia, especialmente do Brasil
5ª Cadeira	Professor Doutor Paulo Bourroul	Francês, Física e Química

Fonte: REIS FILHO, 1981, p. 131.

Para Reis Filho (1981), nesse momento da Escola Normal:

[...] a ampliação de seu plano de ensino, enriquecido com três anos de duração possibilitava uma melhor formação geral ou propedêutica do futuro professor primário. Por outro lado, a atuação de alguns professores renovava em suas disciplinas os métodos de ensino. (REIS FILHO, 1981, p. 131)

Mas tal condição não permaneceu por muito tempo, pois, em “[...] 25 de abril de 1884, a Lei nº 59 desmembrou a disciplina de Francês da 5ª cadeira e o curso passou a contar com seis professores” (DIAS, 2013, p. 57).

Quadro 3: Estrutura Curricular de 1884

1ª Cadeira	Professor Antonio da Silva Jardim	Gramática e Língua Nacional
2ª Cadeira	Professor Godofredo José Furtado	Aritmética e Geometria
3ª Cadeira	Professor Doutor José Estácio Correia de Sá e Benevides	Elementos de Cosmografia, Geografia e História
4ª Cadeira	Professor Doutor Ignácio Soares Bulhões Jardim, a partir de 17 de março de 1885, Professor Camillo Passalacqua	Pedagogia, Metodologia e Instrução Religiosa
5ª Cadeira	Professor Cypriano José de Carvalho	Noções de Física e Química

6ª Cadeira	Professor Carlos Marcondes de Toledo Lessa	Gramática e Língua Francesa
-------------------	--	-----------------------------

Fonte: DIAS, 2013, p. 58.

Em 1887, verificou-se uma nova reforma (a última mudança presente no período do Império), com a institucionalização da cadeira que é de fundamental importância para esta pesquisa e o ponto de partida para as reflexões ora entabuladas, isto é, a Cadeira de Caligrafia e Desenho, “[...] uma cadeira única, separada em duas seções: masculina e feminina” (DIAS, 2013, p. 58).

Entretanto, cabe para um maior entendimento sobre a história dessa cadeira e, sobretudo, para a inclusão do Desenho no Ensino Normal, uma análise das fontes primárias – os jornais *Correio Paulista* e *A Província de São Paulo*, que conservam vestígios de dados enfocados pela presente dissertação.

2.2 A criação da Cadeira de Ensino de Desenho e Caligrafia na Escola Normal da Capital

O *Correio Paulistano*, em 28 de agosto de 1887, apresentou o Regulamento de 22 de agosto de 1887, fonte essa que traçou o princípio da legislação sobre o Desenho e a Caligrafia. No Expediente da Presidência de 24 de agosto de 1887, na 2ª Seção, consta:

Art.1º O curso da Escola Normal se comporá, além dos materias mencionadas no artigo 2º do referido regulamento, de calligrafia e desenho.

Art. 2º O ensino de calligrafia e desenho será accrescentado, com relação á cada um dos anos do curso normal, ás matérias referidas no artigo 3º do citado regulamento.

Art. 3º O pessoal da Escola Normal constará de:

[...]

Dous professores das aulas de calligrafia e desenho (CORREIO PAULISTANO, 1887, p. 01).

O art. 1º estabelecido o surgimento dos termos “calligrafia e desenho” na composição do curso Normal. Nota-se que não se trata de cadeira de Desenho e Caligrafia, mas, sim, de aulas. Somente no art. 7º do referido documento é que aparece a informação “cadeira”.

Art. 7º As cadeiras do desenho e caligrafia e o lugar de preparador de physica e chimica serão definitivamente providas mediante concurso nos termos do Cap. IX do referido regulamento. (CORREIO PAULISTANO, 1887, p. 01)

Logo, é neste instante que se funda o concurso para o provimento das Cadeiras de Desenho e Caligrafia, pois, antes disso, o que havia eram aulas.

Tanuri (1973, p. 107) explica a diferença entre cadeiras e aulas: “[...] parecia basear-se no fato de serem as cadeiras preenchidas por concurso e as aulas atribuídas a professores contratados sob proposta do diretor da escola”.

Ainda no *Correio Paulistano*, em 02 de setembro de 1887, na 2ª Seção referente ao dia 30 de agosto, encontra-se a entrada do professor Dr. Thomaz Augusto Ribeiro de Lima na Escola Normal da Capital, “[...] para exercer provisoriamente o cargo de professor da aula de Caligrafia e Desenho do sexo masculino da Escola Normal” (CORREIO PAULISTANO, 1887, p. 01).

Além disso, no mesmo ano, aconteceu a divulgação do referido concurso, conforme noticiado pelo *Correio Paulistano* (1887, p. 01), sendo o Regimento Interno da Escola Normal da Capital, publicado no mesmo jornal, de 10 de novembro de 1887, que determinava o formato da banca de examinadores.

Art. 18 Os exames de desenho e calligrafia serão feitos em banca especial constituída pelos professores dessas matérias, presidida pelo director da escola, ou por um delegado seu, professor da mesma escola. (CORREIO PAULISTANO, 1887, p. 01)

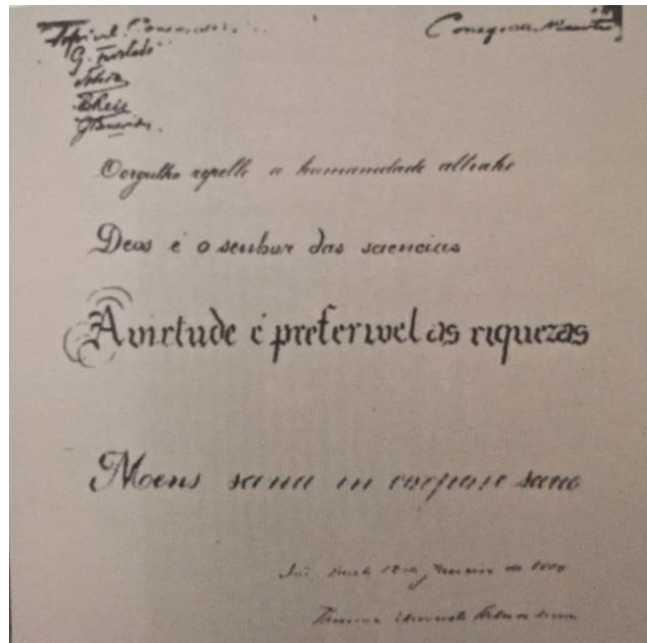
Nota-se uma agilidade ao andamento do concurso de Caligrafia e Desenho, que, em menos de três meses, predispôs a contratação para o efetivo exercício, evidenciando a necessidade de uma banca especial, pois se tratavam de exames para desenho e caligrafia.

Por outro lado, não foram encontrados documentos sobre a realização do concurso para o provimento do cargo da cadeira de Caligrafia e Desenho da seção masculina. Apesar disso, consoante anotação de Santos e Monarcha (1999), há um ofício²⁵, de 05 de janeiro de 1888, do diretor da Escola Normal da Capital ao presidente da Província, informando o encerramento das inscrições do referido concurso, tendo como opositores o Dr. Thomaz de Lima, Nicolau Molina de Queiroz e Wilhem Reichardt.

Sobre a prova em si, no Arquivo do Estado de São Paulo, foi identificada a prova de Caligrafia do Dr. Thomaz de Lima, para o provimento da Cadeira de Caligrafia e Desenho, demonstrando a sua habilidade para tal item da Cadeira:

²⁵ Até o fechamento desta pesquisa, não foi localizado o documento relatado por Rocha e Monarcha (1999).

Figura 21: Prova de Caligrafia do professor Dr. Thomaz Augusto Ribeiro de Lima



Fonte: AESP, Prova de Caligrafia do Dr. Thomaz de Lima, 1888.

Quanto aos inscritos do concurso para provimento da cadeira de Desenho e Caligrafia, o Sr. Nicolau Molina de Queiroz era engenheiro e tinha inclinação para a arte de ensinar, pois, como publicado no *Correio Paulistano*, em 16 de março de 1888, ele abre, no Bairro de Água Branca, uma aula noturna:

O sr. engenheiro Nicolau de Queiroz, reconhecendo a necessidade e boa vontade que existe na classe operaria do bairro d'Água Branca, em ter conhecimentos theoricos e práticos sobre aritmética, e desenho geométrico e figurado, abriu naquele florescente bairro uma aula noturna onde leciona aquelas matérias, ensinando a sua aplicação ás artes.

É digna de louvor a iniciativa do sr. Molina, a quem felicitamos pela realização de uma ideia tão útil e simpática. (CORREIO PAULISTANO, 1888, p. 02)

Observa-se que o Sr. Nicolau tinha o desejo de lecionar. Já sobre o Sr. Wilhem Reichardt, um artista alemão conhecido por seus trabalhos de pontigrafia, é publicado, em 19 de março de 1889, que:

Puntigraphia²⁶. O sr. W. Reichardt ofereceu-nos uma reprodução fotográfica de um bello trabalho de puntigraphia. É uma alegoria da província de S. Paulo.

²⁶ Pontilhismo, do original puntigrafia, foi identificada como correspondente ao pontilhismo. Em 1884, os pintores franceses Paul Signac (1863-1935) e Georges Seurat (1859-1891) começaram a trabalhar juntos em sua teoria do “divisionismo”, cuja pesquisa os levou a realizar estudos científicos sobre a transmissão e percepção da luz e da cor. Aquilo que os primeiros impressionistas haviam descoberto intuitivamente – que maior luminosidade e brilho da cor podem ser obtidos ao se aplicar diretamente na tela pigmentos não misturados –, os divisionistas (teoria) desenvolveram cientificamente com a técnica do pontilhismo (VEZZANI, 2018, p. 124).

No primeiro plano do bonito quadro, vê-se reclinada a figura de um selvagem simbolizando a província.

Em torno desta figura destacam-se outras que representam as artes: a pintura, a musica, etc.

Há, no segundo plano, um vapor e uma estação de caminho de ferro, simbolizando a navegação fluvial e a viagem férrea. Cercam estas figuras alguns produtos da fauna e da flora paulista.

O conjunto do lindo trabalho, o dá prova do apurado gosto artístico do seu autor. Agradecimentos pelo mimo. (A PROVINCIA DE SÃO PAULO, 1889, p. 02)

Reichardt era um artista de grande porte, como apreciou o artista Antonio Parreiras²⁷, crítico, autor de inúmeros artigos publicados em jornais sobre as obras de W. Reichardt, expostas e rapidamente vendidas.

Na sequência, ilustra-se com um dos quadros de W. Reichardt, que terá influência sobre a vida artística da professora da Cadeira de Desenho e Caligrafia da seção feminina da Escola Normal da Capital, como se verificará no Capítulo 3 desta pesquisa.

Figura 22: Pintura de W. Reichardt, acerca de 1880



Fonte: Museu Antonio Parreras, W. Reichardt, Paisagem, acerca de 1880.

A obra denota a beleza da técnica criada pelo artista alemão, seu trabalho marcado pela profundidade, destacando, em primeiro plano, a representação das rochas ligadas à terra e, em segundo plano, a composição das árvores, passando a ilusão de fundura, mantida por meio da pintura.

²⁷ Nos anos 1886 e 1888, quando se inicia o recorte temporal desta pesquisa, havia uma grande efervescência cultural no Brasil, resultante dos incentivos diversos concedidos pelo Imperador D. Pedro II: “[...] A crítica considerava Antônio Parreiras um jovem artista promissor. Tinha o desenho e a perspectiva corretos e, como um bom discípulo de Grimm, uma “apurada observação da natureza” (MOTTA, 2006, p. 43).

Dr. Thomaz de Lima foi nomeado em 17 de janeiro de 1888.

Teve ontem lugar o julgamento do concurso para a cadeira de desenho e caligrafia, sendo o candidato bacharel Thomaz Augusto Ribeiro de Lima, julgado habilitado por unanimidade de votos. (CORREIO PAULISTANO, 1888, p. 02)

Tal provimento foi seguido de ato em espaço público, a convite do nomeado, tendo como acompanhamento uma banda musical para comemorar a admissão vitalícia do Dr. Thomaz de Lima para professor de Desenho e Caligrafia.

Logo, o primeiro professor concursado da Escola Normal da Capital, da cadeira de Desenho e Caligrafia da seção masculina, ou seja, Dr. Thomaz de Lima, continua sendo o professor de Desenho e Caligrafia.

Quanto ao concurso para a seção feminina, como confere o *Correio Paulistano* do dia 9 de maio de 1888, divulgou-se edital de abertura para inscrição do concurso da cadeira de Desenho e Caligrafia do sexo feminino da Escola Normal da Capital, pelo prazo de 90 dias, a contar da data de publicação. Note-se que tal edital não foi o primeiro, pois é consignado que “[...] acha-se de novo aberta”:

Só podem concorrer, segundo o art. 40, senhoras brasileiras, natas ou naturalizadas.

Art. 41 A inscrição será feita exibindo a candidata os seguintes documentos:

1º) Certidão de batismo ou documento equivalente.

2º) Folha corrida tirada no lugar de sua residência.

3º) Prova de capacidade profissional, Secretaria da Escola Normal, 25 de Abril de 1888. (CORREIO PAULISTANO, 1888, p. 02).

No edital de abertura do concurso, observa-se, por fim, que o secretário é o Dr. Thomaz de Lima.

O referido edital de abertura de inscrição para o provimento do cargo para a cadeira de Caligrafia e Desenho na seção feminina foi republicado, pelo mesmo jornal, em 13, 15, 18 e 27 de maio e, também, em 19 de junho, 18, 19, 22 de julho de 1888. Já em 31 de julho de 1888, o *Correio Paulistano* informou a data das provas (03 de agosto), às 10 da manhã, sendo essa publicação republicada, pelo mesmo jornal, em 01 e 03 de agosto do mesmo ano.

Para tal concurso, foi nomeado delegado do governo na comissão julgadora Dr. Aquilino Leite do Amaral Coutinho²⁸ (1845-1911), assim como prescreve o art. 18 do Regulamento Interno da Escola Normal da Capital. Da mesma forma, Dr. Thomaz de Lima

²⁸ Aquilino Leite do Amaral Coutinho nasceu em Cuiabá, em 1845, filho de Manuel Leite do Amaral Coutinho e de Francisca da Silva Prado. Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo e membro do Partido Conservador, foi deputado provincial em São Paulo em 1886-1887. Foi também diretor da Casa de Correção em São Paulo de 1888 a 1889 (Disponível em: <<http://cpdoc.fgv/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/AMARAL%20Aquilino%20do.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2017).

também fez parte da banca examinadora como membro da Escola Normal da Capital e professor da matéria.

Em 18 de agosto, o *Correio Paulistano* publicou o resultado das provas do concurso para a cadeira de Caligrafia e Desenho, do sexo feminino, da Escola Normal da Capital, tendo a seguinte classificação:

Em primeiro lugar: D. Eulalia Amelia da Silva Cruz e D. Felicidade Perpetua de Macedo. Em segundo lugar: D. Augusta Petit Westheimer. (CORREIO PAULISTANO, 1888, p. 03)

Assim, reportado concurso nomeou para a função de professora da cadeira de Desenho e Caligrafia da Escola Normal da Capital D. Felicidade Perpetua de Macedo, conforme *Correio Paulistano*, edição de 13 de setembro de 1888.

Nesse momento é constituída uma nova estrutura curricular que obedece a já especificada Lei nº 81, de 06 de abril de 1887, seguida do Regulamento de 22 de agosto de 1887, que, de acordo com Dias (2013), enseja a estrutura curricular da Escola Normal da Capital sob uma configuração que irá atravessar a República.

Quadro 4: Estrutura Curricular de 1887

1ª Cadeira	Professor Carlos Reis	Português
2ª Cadeira	Professor Joaquim José de Azevedo Soares	Aritmética e Geometria
3ª Cadeira	Professor Doutor José Estácio Correia de Sá e Benevides	História e Geografia
4ª Cadeira	Professor Pe. Camillo Passalacqua	Pedagogia, Metodologia e Religião
5ª Cadeira	Professor José Eduardo de Macedo Soares	Física e Química
6ª Cadeira	Professor Tiburtino Mondim Pestana; vaga desde fins de 1888	Francês
7ª Cadeira	Seção masculina: Professor Thomaz Augusto Ribeiro de Lima	Caligrafia e Desenho
8ª Cadeira	Seção Feminina: Professora Felicidade Perpetua de Macedo	Caligrafia e Desenho

Fonte: DIAS, 2013, p. 58.

Cabe salientar, ainda, que, ao se atentar para a estrutura curricular assinalada, depreende-se a primeira mulher concursada da Escola Normal da Capital formando o grupo docente da escola.

Quanto ao método empregado nas aulas de Caligrafia e Desenho, consiste no Programa da aula de Desenho Caligrafia em manuscrito, datado em 23 de abril de 1888, que se encontra no Arquivo do Estado de São Paulo, bem como do método de Francoeur, cuja utilização é assinada pelo Dr. Thomaz de Lima; trata-se do método do francês Louis-Benjamin de Francoeur (1773-1849), tendo como compêndio *Le Dessin Linéaire d'après la méthode de l'enseignement mutuel*, lançado em 1819. Sobre isso:

Do matemático e militar francês, que viveu no período da revolução francesa, Louis-Benjamin Francoeur, a primeira versão organizada dos fundamentos básicos do Desenho em forma de manual direcionado, especificamente, para as escolas públicas de ensino mútuo, criadas a partir de 1815. O livro de Desenho Linear de Francoeur foi visto como uma nova forma de ensino de Desenho na França no início do século XIX, e foi adotado para o ensino primário e secundário em Portugal, depois de passar pela Mesa Censória, assim como no Brasil. (TRINCHÃO, 2008, p. 02)

Apesar de constar como um método direcionado para o ensino mútuo, Dr. Thomaz de Lima adota o método em sua entrada como professor da cadeira de Caligrafia e Desenho.

A considerar que a adoção do método de Francoeur deveu-se ao fato de que, na França, seu principal objetivo era a formação da mão de obra técnica capacitada para indústria, também existia no Brasil um pensamento sobre a formação da mão de obra brasileira, reputando que o ensino do desenho seria repassado nas escolas primárias pelos normalistas. Assim, os professores estariam formando futuros trabalhadores. Nesse método, o Desenho Linear²⁹ era “[...] considerado como o quarto ramo dos conhecimentos primários”, chegando a equivaler “à leitura, à escrita e à aritmética” (TRINCHÃO, 2008, p. 06).

Portanto, o Desenho Linear, pelo método de Francoeur, estaria associado ao uso de instrumentos específicos do desenho, como, por exemplo, a execução do desenho na representação de plantas, empregando a régua e o compasso, ou seja, algo técnico, para auxílio na formação desse aluno para a indústria.

Pela data do programa de ensino, a professora D. Felicidade de Macedo ainda não havia sido nomeada como professora, desse modo, não chegou a participar da organização do mencionado programa.

Sobre a questão da estrutura curricular, segundo Almeida (1995), apesar da ampliação, os exercícios práticos continuavam sendo feitos nas escolas primárias, porém, “[...] não

²⁹ Ver Capítulo 1.

apareciam como uma matéria ou atividade no currículo, algo que mudará pela reforma da Escola Normal da Capital pelo Decreto de 27 de março de 1890” (REIS FILHO, 1981, p. 134).

2.3 Do lugar do Ensino de Desenho na estrutura curricular da Escola Normal da Capital: as Reformas

A reforma efetuada por Caetano de Campos:

Pode ser considerada a única reforma que alterou significativamente o ideal da formação prática do professor e que alicerçou a escola no sistema escolar, a qual, com o crescimento do seu prestígio entre a população, passou a atrair cada vez mais o contingente feminino, que viu nela a oportunidade de educar-se e instruir-se. (ALMEIDA, 1995, p. 670)

Nesse momento, a entrada da mulher no cenário educacional se intensificou, ampliando, conseqüentemente, o número de alunas na seção feminina da Escola Normal. Além disso, a Reforma de Caetano de Campos conduziu à criação da escola-modelo. Assim, há uma mudança na Escola Normal da Capital efetuada por Caetano de Campos, tendo como influência o pensamento pedagógico de Rangel Pestana, baseando-se em uma estrutura do ensino norte-americano. Ressalta-se, também, a introdução do método intuitivo:

O método intuitivo, que segundo o qual a vida mental começa pela atividade sensorial e, portanto, o processo da educação é a observação direta, fonte de todo o conhecimento, ilustrou o pensamento de Caetano de Campos e orientou seus passos no processo da reforma da instrução. (ALMEIDA, 2016, p. 71)

No currículo de 1890, as disciplinas demonstravam um caráter de natureza prática, com uma formação humanista, tal qual acontecia nos currículos anteriores (ALMEIDA, 2016). O curso era de três anos e os exercícios práticos diários, com frequência obrigatória de duas horas na escola-modelo³⁰. Segundo Reis Filho (1981, p. 44): “O Curso Normal passa a ter 10 e distribuídas segundo o Plano de Estudo com Caligrafia e Desenho no 1o ano e Desenho no 2o ano. Sobre esse cenário o Desenho assim como a Caligrafia processavam o método intuitivo, tendo como exercícios práticos o “Desenho a mão livre””.

Em 1892, com a Lei nº 88, de 08 de setembro do mesmo ano, introduziram-se as séries semestrais com ampliação curricular, com um currículo amplamente enciclopédico, que, de acordo com Almeida (1995), tinha o objetivo de valorizar o aproveitamento do curso durante

³⁰ Trata-se da escola-modelo anexa à Escola Normal da Capital.

os estudos; com isso, os alunos foram classificados pela nota final do diploma, para escolherem cadeira para lecionar, independentemente de concurso. Dessa forma, para Reis Filho (1981), o currículo mantém a seguinte estrutura:

Quadro 5: Estrutura Curricular de 1892

1º Ano		2º Ano		3º Ano	
Primeira Série	Segunda Série	Primeira Série	Segunda Série	Primeira Série	Segunda Série
Português, Francês, Aritmética, Compreendem do sistema métrico decimal, Caligrafia , Desenho , Geografia do Brasil, especialmente de São Paulo; Psicologia, Moral e Educação Cívica; Música, Exercícios Militares, Ginásticos e Manuais	Continuação de Português, Francês e Aritmética. Álgebra e História do Brasil, Pedagogia e Direção de Escolas. Continuação de Caligrafia , Desenho , Música, Exercícios Militares, Ginásticos e Manuais	Continuação de Português, Inglês ou Alemão, Geografia Geral, Ciências Físicas, Químicas e Naturais. Continuação de Desenho e Exercícios Militares, Ginásticos e Manuais	Continuação de Português, Inglês ou Alemão e Ciências Físicas, Químicas e Naturais. Cosmografia, Trigonometria. Continuação de Desenho e Exercícios Militares, Ginásticos e Manuais	Continuação das Ciências Físicas, Químicas e Naturais, inclusive generalidades sobre a Anatomia e Psicologia. Continuação de História universal, Agrimensura e Escrituração Mercantil	Continuação das Ciências Físicas, Químicas e Naturais, inclusive generalidades sobre a Anatomia e Psicologia. Continuação de História universal. Economia Política e Doméstica

Fonte: REIS FILHO, 1981, p. 191-192.

Nota-se que a matéria Caligrafia e Desenho está na primeira e segunda série do 1º ano, tendo a continuação do Desenho na primeira e segunda séries do 2º ano.

Em 1894, houve mudanças no cenário educacional, pois, em decorrência da divisão das escolas primárias em preliminares e complementares, aplicou-se, também, o mesmo procedimento na Escola Normal da Capital: “Os alunos aprovados no 2º ano teriam direito a lecionar nas escolas preliminares e os aprovados no 3º ano, nas escolas complementares” (ALMEIDA, 2016, p. 76).

Afora essas mudanças, o Regulamento da Escola Normal da Capital, aprovado em 27 de novembro de 1893, promoveu novas modificações na referida escola, como a distribuição, por ano e série, das disciplinas e cargas horárias, que, em anuência com Almeida (1995 e 2016),

acrescenta mais um ano de estudos ao curso, aprovado pelo Decreto nº 247, de 23 de julho de 1894. Com isso, Desenho e Caligrafia, para Reis Filho (1981), passam a ser constituídos da seguinte forma:

Quadro 6: Estrutura Curricular de 1893

1º Ano			2º Ano	
Carga Horária	Primeira Série	Segunda Série	Carga Horária	Primeira Série
3 aulas	Caligrafia e Desenho (ambas as seções)	Desenho (ambas as seções)	3 aulas	Desenho (na seção masculina)

Fonte: REIS FILHO, 1981, p. 193-194³¹.

A distribuição das aulas de Caligrafia e Desenho evidencia que a seção feminina não tem aulas de Desenho na primeira série do segundo ano, essas foram substituídas por Economia Doméstica, restando óbvia a falta de avanços sobre o papel da mulher na escola:

[...] na educação feminina de um modo geral, continuava atrelada aos princípios veiculados de ela ser necessária não para seu aperfeiçoamento ou satisfação, mas para ser a esposa agradável e a mãe dedicada. Isso também legitimava sua exclusão de outros níveis de ensino e justificava currículos que privilegiavam prendas domésticas em detrimento de outras disciplinas. (ALMEIDA, 1998, p. 62)

Ainda assim, a mulher começava a se inserir nas escolas, embora fosse “[...] mantida dentro de certos limites que não representavam riscos às normatizações sociais vigentes” (ALMEIDA, 1998, p. 63). As mulheres não ocupavam cargos de chefia, mas podiam ser professoras, como era o caso da D. Felicidade de Macedo, a primeira mulher concursada na Escola Normal da Capital.

Um novo Regulamento da Escola Normal da Capital, aprovado pelo Decreto nº 397, de 09 de outubro de 1896, que eliminou as séries semestrais e alterou as distribuições da carga horária, colocou a matéria Desenho também na seção feminina.

Quadro 7: Estrutura Curricular de 1896

1º Ano		2º Ano	
Carga Horária	Primeira Série	Carga Horária	Primeira Série
3 aulas	Caligrafia e Desenho (ambas as seções)	3 aulas	Desenho (ambas as seções)

³¹ Constituição da carga horária realizada pelas citações de Reis Filho (1981).

Fonte: ALMEIDA, 2016, p. 81 – 82³².

Desse mofo, no que se refere às aulas de Caligrafia e Desenho, passou-se a ter uma igualdade quanto à carga horária.

Em 1904, o Decreto nº 1252, de 17 de novembro, produziu mudanças sobre a carga horária das aulas de Caligrafia e Desenho:

Quadro 8: Estrutura Curricular de 1904

Primeiro Ano		Segundo Ano		Terceiro Ano	
Carga Horária	Seções: Masculino e Feminino	Carga Horária	Seções: Masculino e Feminino	Carga Horária	Seções: Masculino e Feminino
3 aulas	Caligrafia e Desenho	2 aulas	Caligrafia e Desenho (ambas as seções)	2 aulas	Caligrafia e Desenho (ambas as seções)

Fonte: ALMEIDA, 2016, p. 84-85³³.

Tal aumento da carga horária em Caligrafia e Desenho prosseguiu sem alterações até 1913.

Entretanto, no decorrer desse processo de mudanças (1904 a 1913), houve as Exposições Escolares, que foram registradas no *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo* de 1907-1908 e relatadas por João Lourenço Rodrigues.

O objetivo das exposições era reunir, ordenar e selecionar materiais para apresentar no pavilhão de São Paulo. Contudo, no Salão Nobre da Escola Normal da Capital, houve a exposição de todos os trabalhos remitidos.

A exposição na Escola Normal da Capital ocorreu em 15 de março e foi realizada conforme o plano idealizado por João Lourenço Rodrigues, que dividiu a mostra em três grupos, de modo que o visitante ficaria “desejoso em conhecer” os trabalhos dos alunos. Então, os desenhos dos alunos da Escola Normal da Capital ficariam no terceiro grupo, na segunda seção, remontando à Caligrafia os trabalhos caligráficos e ao Desenho os desenhos de objetos, simples, animais, plantas, ditado e original.

Consoante Rodrigues (1907-1908), os trabalhos dessa exposição ficaram distribuídos por anos sucessivos do curso. Porém, sobre os conteúdos da Escola Normal da Capital, havia

³² Constituição da carga horária realizada pelas citações de Almeida (2016).

³³ Constituição da Carga Horária realizada pelas citações de Almeida (2016).

poucos desenhos impressos e quadros expostos, prenunciando uma possível falta de empenho dos alunos e, até, dos professores quanto à exposição.

O *Correio Paulistano*, em publicação de 21 de novembro de 1905, noticiou uma exposição no Salão Nobre da Escola Normal da Capital. No texto, foram mencionados os professores de Desenho, professora Felicidade de Macedo e o professor Dr. Thomaz de Lima:

[...] Dignos de elogios a professora de desenho da secção feminina da tarde, d. Felicidade Perpetua de Macedo, o professor da mesma aula, na secção masculina o na primeira do período da manhã, Thomaz A. Ribeiro de Lima. (CORREIO PAULISTANO, 1909, p. 03)

É notória a importância das exposições e da relação dos trabalhos realizados pelos professores D. Felicidade de Macedo e do Dr. Thomaz de Lima para a Escola Normal da Capital.

Quanto ao ensino do Desenho, é mencionado, na *Revista de Ensino* de julho de 1904, a coleção dos cadernos de desenho dos professores Dr. Oscar Thompson e Dr. Thomaz de Lima, porém, até o fechamento desta pesquisa, tais materiais não foram localizados.

Como consta no Capítulo 1 desta dissertação, Porém, Dr. Oscar Thompson trabalhava a questão do desenho sobre o panorama da geometria; já o Dr. Thomaz de Lima, desde o início de sua vida de professor, trabalhava o Desenho Natural, como ponderado alhures. Assim, ambos representam dois profissionais que tratam o desenho de forma exata, usando os instrumentos para o ato de desenhar corretamente.

A partir de 1911, houve a mudança de nomenclatura, ou seja, “[...] as Escolas Normais passaram a se denominar Escolas Normais Secundárias, e as Escolas Complementares se passaram a ser nomeadas como Escolas Primárias, com o curso de quatro anos, pelo Decreto nº 2.025, de 29 de março de 1911” (ALMEIDA, 2016, p. 86).

No *Anuário do Ensino no Estado de São Paulo* de 1911-1912, organizado pelo Diretor Geral de Instrução Pública Sr. João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior, há a preocupação quanto ao método de trabalho realizado nos grupos escolares. É relevante a ciência desse cuidado, pois se parte do pressuposto que existe a mesma atenção na Escola Normal da Capital. Com isso, faz necessária a compreensão da uniformidade de orientação, como registrado por Reis Junior (1911-1912), que, em linhas gerais, toma a matéria de Caligrafia trabalhada na forma vertical, o Desenho tendo como método o Desenho Natural, com o principal objetivo de educar a vista e adestrar as mãos, sendo o desenho efetivado por meio de cópias de objetos e não de modelos; o aluno, nessa matéria, terá o professor como guia, informando pelos traços

passados no quadro negro, indicando a forma de fazer e apagando, rapidamente, o quadro negro, como estudado no Capítulo 1.

Entende-se que, com esse método, depois de muito desenhar a cópia do natural, realizar desenhos de memória ou de imaginação, Reis Junior (1911-1912) acreditava que teria o modelo perfeito de desenho, não se esquecendo de que o desenho era outra forma de linguagem escrita, ou seja, era uma forma de expressão.

Em 1913, as Escolas Normais Secundárias, conforme o Decreto nº 2.367, de 14 de abril, continuaram com o curso de quatro anos e com separação das turmas por sexo. Assim:

Quadro 9: Estrutura Curricular de 1913

Primeiro Ano	
Carga Horária	Caligrafia e Desenho
2 aulas	
Segundo Ano	
Carga Horária	Caligrafia e Desenho
2 aulas	
Terceiro Ano	
Carga Horária	Caligrafia e Desenho
2 aulas	

Fonte: ALMEIDA, 2016, p. 88-90³⁴.

Afere-se que a carga horária da matéria Caligrafia e Desenho está distribuída nos três primeiros anos do curso, sendo duas aulas por semana, atestando uma diminuição em relação ao currículo anterior.

Vale ressaltar que, de acordo com o art. 371 do Decreto nº 2.225, de 16 de abril de 1916, que trata dos exames de suficiência, no caso de matrícula no 1º ano das Escolas Normais Secundárias, é imprescindível a aprovação no referido exame, que avaliará a matéria de Desenho, mais precisamente o Desenho a Mão Livre, entre outros tópicos.

Nesse momento, já não se fala de cadeira de Caligrafia e Desenho, mas, sim, de aulas. De acordo com o Decreto nº 2.225, de 16 de abril de 1912, portanto:

Artigo 351 O ensino das escolas normaes de curso secundário será distribuído pelas seguintes cadeiras e aulas:
Cadeiras 1ª e 2ª – Português, História da língua e Latim;
3ª – Fracez;
4ª – Inglez;
5ª e 6ª – Arithmetica, Algebra, Geometria e Trigonometria;
7ª – Mecanica. Physica e Chimica;

³⁴ Constituição da Carga Horária realizada pelas citações de Almeida (2016).

8ª - História natural, Anatomia, Physiologia e noções de Hygiene;

9ª – Geographia e Astronomia;

10ª – História;

11ª Pedagogia e Educação cívica.

Aulas

1ª – Musica;

2ª - Escripuração mercantil;

3ª e 4ª – **Calligraphia e Desenho;**

5ª e 6ª - Gymnastica;

7ª – Trabalhos manuais. (DECRETO nº 2.225, de 16 abril de 1912)

Entretanto, no parágrafo único do mesmo artigo, os professores de Caligrafia e Desenho da Escola Normal da Capital do Curso Secundário, Dr. Thomaz de Lima e da D. Felicidade de Macedo, continuaram a gozar das prerrogativas de catedráticos.

No caso, tanto Dr. Thomaz de Lima quanto D. Felicidade de Macedo são catedráticos além de serem lentes, pois “[...] os lentes tinham que ter uma formação mínima (isso também era exigência do Decreto de 1912) que era: ser formado no Curso Superior da Escola Normal da Capital” (MANIERI, 2008, p. 04).

No que se refere à formação, Dr. Thomaz de Lima se graduou, em 1886, pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, enquanto D. Felicidade de Macedo, em 1885, passou em exame de Filosofia na Faculdade de Direito.

Quanto ao conhecimento dos alunos formados pela Escola Normal da Capital, “[...] eram específicos procedidos de uma formação geral, ou seja, os conhecimentos básicos teóricos, atrelados com o treinamento metodológico realizado nas escolas-modelo” (ALMEIDA, 2016, p. 90). Ademais:

[...] esse formato se prolongou até que os educadores progressistas da década de 1920 e adeptos de uma renovação do ensino, criticavam duramente o perfil retrógrado e tradicionalista das Escolas Normais, e as consideraram instituições extremamente conservadoras [...] (ALMEIDA, 2016, p. 97)

Aqui, entra em voga as concepções da Escola Nova pelos já mencionados educadores progressistas, que buscam um modelo ideal de ensino nos moldes técnicos-pedagógicos.

No mesmo ano, o inspetor escolar Sr. Ramon Rocca (1913) promove, no *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*, considerações acerca do método do ensino de Desenho, que existe o seu insucesso, pois obriga a criança a fazer cópias de desenhos de figuras geométricas, o que desagrada as crianças; logo, a melhor forma do professor deixar a criança entusiasmada é entregar a ela lápis de cores, permitindo-lhe colorir seus próprios desenhos, transformando seus desenhos mais completos.

Para Rocca (1913), as crianças teriam duas predileções ao fazerem o desenho: uma seria fazer o desenho de memória e a outra seria empregar as cores nos desenhos realizados por

elas. O desenho colorido auxiliaria na vista, pela observação das cores, entendendo a profundidade dos objetos e tendo a noção de grandezas.

Rocca (1913) apresenta o trabalho de Queniou e de Rameu, dois franceses que praticaram o método do ensino do Desenho Natural (novamente os franceses fazem parte das discussões acerca do ensino de desenho); quanto ao desenho colorido, sua opção é justificada pelo fato de a criança, ao debruçar-se sobre ele, acabar despertando o prazer de fazer.

O uso do desenho colorido é capaz de entusiasmar a criança, proporcionado a ela o gosto por desenhar, pois tal arte torna seu desenho mais completo. Cabe, pois, ao professor orquestrar essa ação, pois é, de acordo com suas solicitações, que a criança irá progredir em seus desenhos.

O Decreto nº 3.356, de 31 de maio de 1921, que regulamentou na Lei nº 1.750, de 08 de dezembro de 1920, estruturou o currículo a partir de 1921, de forma a não mais haver separação das turmas por sexo. Com isso, para Almeida (2016), a matéria de Desenho passou a ter a seguinte carga horária:

Quadro 10: Estrutura Curricular de 1921

Primeiro Ano	
Carga Horária	Desenho
2 aulas semanais	
Segundo Ano	
Carga Horária	Desenho
2 aulas semanais	
Terceiro Ano	
Carga Horária	Desenho
2 aulas semanais	
Quarto Ano	
Carga Horária	Desenho
2 aulas semanais	

Fonte: ALMEIDA, 2016, p. 98-99³⁵.

Distingue-se a ausência da Caligrafia na estrutura curricular de 1920. Sobre isso, importante esclarecer a unificação profissional como Escola Normal, eliminando, assim, a divisão das Escolas Normais Primárias e Secundárias. Com essa fusão, a partir de 1911, a estrutura curricular extrai a Caligrafia; em outros termos: a exclusão da Caligrafia na estrutura curricular se deve ao fato da unificação das Escolas Normais Primárias e Secundárias.

³⁵ Constituição da Carga Horária realizada pelas citações de Almeida (2016).

A matéria de Caligrafia não é o foco deste estudo, pois se optou por dar ênfase ao Ensino de Desenho, entendendo, que, para o ensino da Caligrafia, a pesquisa teve um período menor.

A Reforma de 1927, para Inoue (2015), estribou-se numa:

[...] tentativa de ampliar a Escola Primária a um maior número de crianças em idade escolar, com a alegação de que a Escola Normal da Capital e as outras nove Escolas Normais não formavam professores em número suficiente para atender à demanda, a Reforma de 1927, Lei nº 2.269, de 31 de dezembro de 1927, implantada por Amadeu Mendes, propôs medidas que expandissem a Escola Normal para as demais cidades do estado, formando professores no (e para) o interior, ou seja, para regiões afastadas dos grandes centros urbanos. (INOUE, 2015, p. 52)

Entretanto, a Escola Normal da Capital aumentou a sua organização para “[...] cinco anos e as demais Escolas Normais Oficiais e Escolas Normais Livres equiparadas ficaram organizadas em três anos” (INOUE, 2015, p. 52). Portanto, a estrutura curricular da Escola Normal da Capital teve a seguinte carga horária:

Quadro 11: Estrutura Curricular de 1927

Primeiro Ano	
Carga Horária	Desenho
2 aulas semanais	
Segundo Ano	
Carga Horária	Desenho
1 aula semanal	
Terceiro Ano	
Carga Horária	Desenho
2 aulas semanais	
Quarto Ano	
Carga Horária	Desenho
2 aulas semanais	
Quinto Ano	
Carga Horária	Desenho
2 aulas semanais	

Fonte: ALMEIDA, 2016, p. 102³⁶.

O Desenho continua fazendo parte da estrutura curricular da Escola Normal da Capital no findar da década de 1920, porém a Reforma de Amadeu Mendes (1927) acaba sendo o recorte para a referida pesquisa, pois, na estrutura curricular, o Ensino de Desenho está elencado

³⁶ Constituição da Carga Horária realizada pelas citações de Almeida (2016).

e, em sua metodologia, esse ensino é ajustado conforme sua importância para a construção do concreto, como se constatará na análise do *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo* de 1926, escrito pelo inspetor-especialista em Desenho Cymbelino de Freitas.

Além disso, necessário esclarecer que o artigo de Freitas (1926) consta, também, em um texto publicado na *Revista Escolar*, em 1926, como já explanado no Capítulo 1 desta pesquisa.

Portanto, Freitas (2016) informa, em seu artigo escrito para o *Anuário do Estado de São Paulo*, que uma das tarefas do professor de desenho das Escolas Normais é trabalhar o exercício do ofício do desenho no quadro negro; ou seja, a prática de se desenhar no quadro negro proporciona aos alunos o entendimento dos assuntos abordados durante as aulas, mostrando-lhes algo concreto à cognição. Dessa forma, Freitas (1926) exemplifica com a forma a ser adotada pelo professor de Desenho das Escolas Normais:

Para as aulas de desenho ilustrativo, serão os alunos chamados ao quadro, por turmas de oito ou dez, afim de, em tempo marcado (cinco ou seis minutos) desenharem de memória o assumpto, determinado em aula anterior, pelo professor, e sobre o qual já se exercitaram em casa, observando e copiando, sempre que possível, d'après nature. (FREITAS, 1926, p. 342)

Na Escola Normal, vale utilizar essa prática diária para que os alunos detenham esse conhecimento, partindo da cópia do natural, abolindo a cópia de estampas³⁷, sendo a reprodução realizada pelo sentir, não se preocupando com os meios a empregar.

Efeitos de luz e sombra podem ser produzidos recorrendo ao carvão, lápis, à pena ou, até mesmo, à aquarela. Outro material de bastante fecundo para o entendimento do claro e do escuro é a utilização de papeis coloridos. Deve ser trabalhada a perspectiva linear, além da perspectiva aérea para a compreensão das linhas, dos espaços, e da graduação de cores e tonalidades. Com base nesse segmento, harmoniza-se a prática do desenho geométrico, com o emprego dos instrumentos próprios do desenho (régua e compasso).

O Programa de Ensino de Desenho recorre às considerações anteriores, objetivando, no primeiro ano, o trabalho do Desenho Natural, mediante a cópia de objetos, de forma simples; o Desenho de Memória, desenvolvido, a mão livre, no quadro negro, valendo-se de figuras geométricas; as Noções Sobre Cores, com as combinações de matizes; o Desenho de Imaginação e as composições decorativas; e o Desenho Livre, com a realização de desenhos fora da sala de aula. No segundo ano: o Desenho Natural abarcando as formas naturais dos

³⁷ Verificar Capítulo 1.

objetos, além do estudo da perspectiva; o Desenho de Memória e o trabalho com esboços rápidos; o Desenho de Composição Decorativa envolvendo as formas das plantas, de modo estilizado; o Desenho Geométrico trabalhado utilizando os instrumentos; e o Desenho Livre, com atividades de desenho fora da sala de aula. No terceiro ano: no Desenho Natural devem ser trabalhados os desenhos coloridos, com sombras realçadas, além da perspectiva prática; no Desenho Geométrico, as projeções verticais e horizontais de um móvel; no Desenho de Memória, o trabalho deve ser realizado no quadro negro, com esboços rápidos; e o Desenho Livre proporcionando atividades de desenho fora da sala de aula. No quarto ano: o Desenho Natural deve desenvolver desenhos de aves e outros animais; o Desenho de Memória inclui desenhos no quadro negro de animais; e o Desenho de Imaginação requer intervenções com desenhos de aquarelas de letras decoradas, com flores, animais, etc. No quinto ano: o Desenho Natural caracteriza-se por desenhos rápidos de conjuntos; o Desenho de Memória, no quadro negro, visa ao desenho de pessoas, paisagens, cenas, etc., além de estudo crítico de obras de arte, visitas a museus e composições.

Depreende-se, assim, a partir da análise do Programa de Ensino de Desenho, o escopo das aulas. Uma vez centralizado na formação do aluno para a prática em sala de aula, no que se refere ao Desenho de Memória, nota-se o cuidado em ensinar a desenhar no quadro negro, para que o futuro professor possa utilizar esses recursos (o desenho) para outras matérias que, também, irá lecionar.

Como observado no Capítulo 1 sobre as análises referentes aos artigos publicados nas revistas pedagógicas, a atenção está na formação do conteúdo de desenho a ser empregado nas escolas primárias. No entanto, na análise a respeito do artigo do Anuário, verifica-se a utilização do Ensino do Desenho para a prática pedagógica como professor, ou seja, o desenho como ferramenta pedagógica para o aluno aprender e compreender diversas matérias.

Além disso, atém-se para a mudança sobre o ensino de Desenho na Escola Normal da Capital, estando o compromisso do Ensino do Desenho em seu emprego como auxiliar da didática, para compreensão de conteúdos acerca das aulas ministradas pelo professor da escola primária. Assim, no bojo do recorte temporal desta pesquisa (1927), seguindo a Reforma de 1927, há a justificativa pela tentativa de ampliar o número de crianças em idade escolar e, com isso, aumentar o número de professores para atender à demanda. Nesse sentido, a Reforma de Amadeu Mendes equiparou as Escolas Normais a períodos de três anos, bem como as Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais. Apesar da Escola Normal da Capital continuar com sua estrutura de cinco anos, ressalta-se que a Reforma em pauta conduziu o ensino de

Desenho para as demais cidades, de tal forma que não se teve mais a unificação da Metodologia de Ensino de Desenho sobre a Escola Normal da Capital.

Com isso, o Ensino de Desenho pôde ser aclamado por vários outros contextos, pois, com a entrada do inspetor-especialista em Desenho, no caso, o professor Cymbelino de Freitas, a forma de se ensinar o desenho ficou descentralizada, ou seja, as práticas e exercícios empregados passaram a ser não apenas os modelos oferecidos pela Escola Normal da Capital.

A análise da história da Escola Normal da Capital permite observar as mudanças nas aulas de Caligrafia e Desenho, seu processamento, sua chegada na Escola Normal da Capital, desde o Império e a sua transição com a República, avançando às outras duas décadas; também os avanços e retrocessos da carga horária juntamente com os discursos sobre o ensino de Desenho e a saída das aulas de Caligrafia.

É nesse cenário que emergem as duas figuras ilustres da Escola Normal da Capital: Dr. Thomaz de Lima e D. Felicidade de Macedo, que, na continuidade, serão estudados mais detidamente, em sua trajetória de vida e também acadêmica, que acabam por entrelaçar a própria história da Escola Normal da Capital.

3 O ENSINO DE DESENHO NA ESCOLA NORMAL: OS DOCENTES

Este Capítulo será dedicado à análise dos dados biográficos dos docentes que se destacaram no Ensino de Desenho na Escola Normal da Capital. A ênfase aqui recairá, pois, na figura dos dois primeiros docentes: Thomaz de Lima e Felicidade de Macedo. Ao longo do roteiro estabelecido, recebe destaque o fato de que ambos os professores (lentes em alguns momentos) dispunham de uma formação para ensinar Desenho. No fechamento do Capítulo, serão também assinaladas as condições físicas – o prédio e os materiais didáticos – encontradas por tais professores quando do ofício de ensinar Desenho na Escola Normal da Capital.

3.1 Professor de Desenho e Caligrafia da seção masculina da Escola Normal da Capital Dr. Thomaz Augusto Ribeiro de Lima

Figura 23: Thomaz Augusto Ribeiro de Lima s/d



Fonte: Golombeck, 2016, p. 301.

Thomaz Augusto Ribeiro de Lima nasceu em 20 de agosto de 1860. Seu pai era o Sr. Thomaz Augusto Ribeiro de Lima, ou seja, o professor de Desenho e Caligrafia tinha o mesmo nome que o pai. De origem portuguesa, dono de estabelecimentos comerciais em São Paulo, como declara anúncio do jornal *Correio Paulistano*, de 08 de fevereiro de 1855, sobre uma loja de ferragens, localizada na Rua Direita, Estrella do Ouro.

Além dessa loja, o pai do Dr. Thomaz de Lima possuía outra casa comercial em sociedade, a Loja de Ferragens Thomaz Augusto Ribeiro de Lima & Irmão, informação essa, também, atestada pelo jornal *Correio Paulistano*, em 06 de novembro de 1855.

Ainda, o pai do Dr. Thomaz de Lima era proprietário de um escravo, de acordo com nota do *Correio Paulistano*, publicada em 12 de maio de 1855:

Dia 4 Do Rio de Janeiro, o vapor nacional Itambé, com 60 horas de viagem, commandante Carlos da Silva Araujo, eq. 24, carga vários gêneros, consignado á José Maria, passageiros Thomaz Augusto Ribeiro de Lima, sua Sra. D. Joanna Augusta, e seu escravo Marcellino crioulo [...] (CORREIO PAULISTANO, 1855, p. 04)

As viagens realizadas pelo Sr. Thomaz [pai] ao Rio de Janeiro aconteciam na buscar mercadorias para o abastecimento de suas lojas em São Paulo.

Em 1869, porém, o pai do Dr. Thomaz de Souza falece, conforme notifica o *Correio Paulistano*, em 19 de março de 1869: “[...] o sr. Thomaz Augusto Ribeiro de Lima: cidadão portuguez, há muitos annos residente nesta capital, onde teve vários estabelecimentos commerciaes” (CORREIO PAULISTANO, 1869, p. 01). Essa perda mudou a vida do Dr. Thomaz de Lima, pois, à época, ele tinha 09 anos, restando apenas a sua mãe, a senhora brasileira D. Joanna Augusta de Souza.

Sua vida, desde então, se tornou difícil, pois, apesar do seu pai ser um negociante, dono de loja, ele deixa para o seu único filho e sua esposa apenas a quantia de 13\$000.

Seguindo sua caminhada, de acordo com Dias (2013), em 1882, o Dr. Thomaz de Lima foi aprovado nos exames preparatórios de Filosofia, matriculando-se, no mesmo ano, na Academia de Direito de São Paulo, onde, consoante históricos da Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, veio a ser aluno da Turma LV, bacharelando-se em Ciências Jurídicas e colando grau em 23 de novembro de 1886.

Tornou-se professor da cadeira de Caligrafia e Desenho da Escola Normal da Capital, em 1887. Elogiado por muitos, inclusive pelo jornal *Correio Paulistano*:

Esta nomeação feita por s. ex. o sr, presidente da província veio mais uma vez confirmar o brilhante talento de que dispõe aquelle distincto moço, cujo concurso prestado perante a respeitável congregação da Escola Normal foi esplendido inicio da nova carreira que vai encetar. Cumprimentamo-lo. (CORREIO PAULISTANO, 1888, p. 02)

Dr. Thomaz era visto como um “rapazito alegre e cortez”, como consta a coluna escrita por Wenceslau de Queiroz, no *Correio Paulistano*, em 06 de março de 1888. Wencesláu, nessa mesma seção do periódico, conta sobre as obras artísticas do Dr. Thomaz, identificando algumas dessas obras.

Milagres de Santo Antonio, A beneficência, Um costume da Idade Média em França, Uma carta de frade, O beijo de judas, O cahir da tarde, Judas arrependido, Uma parada de caravana na Syrya, Um poente sobre o lago, etc, etc. (CORREIO PAULISTANO, 1888, p. 02)

As obras de Dr. Thomaz de Lima são elogiadas por Wenceslau Queiroz, comunicando a escola artística que o professor seguia, no caso, a florentina³⁸ e a flamenga³⁹. Dr. Thomaz, como evidencia o texto de Wenceslau no *Correio Paulistano*, era uma figura influente no campo da arte e da política brasileira.

E como esses quadros, outros ainda têm sido pintados por Thomaz de Lima, os quaes, si deixam muito a desejar na execução, revelam todavia uma bonita vocação para a pintura, como reconheceu Pedro Americo, quando lhe foi apresentado o sr. dr. Thomaz Ribeiro de Lima. Quando Sua Magestade o Imperador aqui esteve, o jovem pintor também lhe foi apresentado. Sua Magestade o Imperador, a quem o sr. dr. Thomaz de Lima tinha offerecido um quadro, offereceu-se então fazel-o ir estudar á Europa, mas o jovem recusou tal oferecimento, porque a isso se opunha sua família, que era pobre e necessitava de seu auxilio. (CORREIO PAULISTANO, 1888, p. 02)

Sinônimo de reconhecimento em sua “vocação”, o professor de Caligrafia e Desenho da Escola Normal da Capital demonstra para seus companheiros que trata a arte como algo de importância ímpar, facultando atestar sua posição como artista; logo, Dr. Thomaz não era apenas um professor sem provimento de técnicas para professar o desenho.

Além da carreira docente, o eminente professor também se torna secretário da Escola Normal da Capital, como foi publicado no *Correio Paulistano*, em 06 de março de 1888: “Servirá interinamente de secretario o bacharel Thomaz Augusto Ribeiro de Lima” (1888, p. 02), sendo também nomeado ao cargo de bibliotecário da Escola Normal da Capital, segundo outro registro do *Correio Paulistano*, este de 21 de julho de 1888: “Foi exonerado, a pedido, o bacharel Carlos Reis do cargo de bibliothecario da Escola Normal, e nomeado para substituil-o o professor de desenho e calligraphia, bacharel Thomaz Augusto Ribeiro de Lima” (CORREIO PAULISTANO, 1888, p. 01).

Como bibliotecário, permaneceu na função até o ano de 1895, quando foi substituído pelo professor José Feliciano de Oliveira⁴⁰ (1868-1962).

Outra nota do *Correio Paulistano*, de 20 de julho de 1888, destaca Dr. Thomaz de Lima como um artista inovador:

³⁸ Chamada escola florentina compreende um grupo de pintores italianos influenciados pelo estilo naturalista desenvolvido na cidade de Florença, na época da arte italiana denominada Trecento.

³⁹ A pintura flamenga refere-se à produção artística realizada do começo do século XV até o século XVII, na região de Flandres.

⁴⁰ José Feliciano de Oliveira formou-se, em 1887, pela Escola Normal da Capital e foi nomeado professor primário em 1888. A partir de 1893, atuou como professor de Astronomia e Mecânica da Escola Normal da Capital. Foi colaborador como jornalista do jornal *Correio Paulistano*, sob a direção de Rangel Pestana, além de escrever no jornal *A Provincia de São Paulo*. Montou seus telescópios, no que seria o primeiro observatório de astronomia de São Paulo, em sua chácara da Ponte Grande, na margem do Tietê (GOLOMBEK, 2016, p. 75).

Consiste esse mimo de arte na imitação de uma gravura em lamina de metal, mas feito em vidro, representando uma linda paisagem em que se vê no primeiro plano um lago, ladeado de arvores frondosas, e no segundo, um castelo em ruínas. Este trabalho artístico mais uma vez veio patentear ao publico as valentes aptidões desse moço para a pintura. (CORREIO PAULISTANO, 1888, p. 02)

Portanto, mais uma vez, é notada a capacidade artística do Dr. Thomaz de Lima. Um quadro que o artista dedica ao Sr. I. J. O. Arruda, ornamento da magistratura brasileira. Um dos trabalhos expostos pelo Dr. Thomaz de Lima foi o retrato de Wenceslau de Queiroz, um dos autores que publicou a respeito da sua vida artística como já descrito. O retrato ficou exposto na vitrine da alfaiataria dos Srs. Bernardino, Abreu e Filhos, na Rua 15 de Novembro. A publicação consta do *Correio Paulistano* datada em 01 de agosto de 1890.

Figura 24: Retrato de Wenceslau Queiroz realizado pelo Dr. Thomaz de Lima, 1890



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileiro – Retrato de Wenceslau de Queiroz, 1890.

Outra exposição realizada pelo Dr. Thomaz de Lima está memorizada pelo *Correio Paulistano* de 27 de agosto de 1892:

Exposição

Esteve hontem durante o dia exposta na vitrine da alfaiataria dos srs. Bernadino, Abreu & C^a, á rua 15 de novembro n. 7 uma bella reprodução à crayon de uma photographia, feita por dr. Thomaz Augusto Ribeiro de Lima, distincto professor de desenho da Escola Normal desta capital. (CORREIO PAULISTANO, 1892, p. 01)

Entre outras atribuições do Dr. Thomaz de Lima estava o exercício da advocacia; foi, ainda, juiz de paz em diversas legislaturas, no distrito da Liberdade e, também, suplente de vereador municipal.

Figura 25: Fotografia que consta o Dr. Thomaz de Lima na Escola Normal da Capital, acerca de 1900



Fonte: Golombeck, 2016, p. 234.

Na Figura 25, vemos que o professor de Caligrafia e Desenho ocupava um lugar de prestígio ao lado dos demais docentes da Escola Normal. Na primeira fileira da esquerda para a direita: Ruy de Paula Souza, José Estácio Correia de Sá e Benevides, Oscar Thompson e Carlos Lentz; fileira de trás – da esquerda para a direita: Carlos Alberto Gosmes Cardim, João Gomes Júnior, Antônio Carlos Junior, Canuto do Val, Joaquim José de Azevedo Soares, Joana Grassi Fagundes, Rosina Soares, Manuel Ciridião Buarque, José Feliciano, desconhecido, Thomaz Augusto Ribeiro de Lima, Oscar de Sá Campelo, Bruno Swarg e João Vieira de Almeida.

Sobre os registros do *Correio Paulistano*, em 27 de outubro de 1914, é comunicada a concessão adicional da quarta parte do ordenado para o professor, pois ele acabara de completar trinta anos de efetivo exercício na Escola Normal da Capital:

Instrução Publica

Decretos assignados

No despacho de hontem, o sr. secretario do Interior como sr. presidente do Estado, com exercício, foi assignado o decreto concedendo mais a quarta parte do respectiva ordenado, ao professor de desenho e calligraphia da Escola Normal da capital, sr. dr. Thomaz Augusto Ribeiro de Lima, a contar da data que completou trinta annos de effectivo exercício. (CORREIO PAULISTANO, 1914, p. 01)

Permanecendo na Escola Normal da Capital como professor por mais dois anos, Dr. Thomaz aposentou-se em 1916, porém, de acordo com registros da imprensa, ele permaneceu trabalhando no mesmo estabelecimento, totalizando quarenta anos de serviços prestados.

Durante sua existência, Dr. Thomaz de Lima distinguiu-se como profissional dedicado, tanto na sua vida como professor, como na carreira de advogado. Sua influência política apenas aumentou o peso que detinha enquanto profissional respeitado, além de ser um esposo e pai de família zeloso.

3.2 Professora de Desenho e Caligrafia seção feminina da Escola Normal da Capital D. Felicidade Perpetua de Macedo

Figura 26: D. Felicidade Perpetua de Macedo s/d



Fonte: Golombeck, 2016, p. 303.

D. Felicidade de Macedo nasceu em São Paulo, em 1864; filha de Urbano Augusto da Silva de Macedo⁴¹ e da Eugenia Lisboa e Macedo, sua família era influente na sociedade paulista. Era irmã de Antonio Vitor de Macedo, que, segundo Dias (2013), era auxiliar de ensino de Antonio Silva Jardim na seção masculina do curso anexo à Escola Normal da Capital. Ainda sobre seu irmão, foi nomeado professor adjunto do curso anexo da Escola Normal, em 07 de dezembro de 1882 (DIAS, 2013).

Ela foi aluna da Escola Normal da Capital em 1880, recebendo sua carta de normalista em dezembro de 1882; porém, houve denúncias sobre a validade desses exames, assim como aponta Dias (2013):

⁴¹O venerando extinto que era realmente estimado no seio da sociedade paulista, pelas suas qualidades, fallece aos 76 anos de idade. [...] deixa os seguintes filhos: dr. Nelson Alberto de Macedo, advogado deste fóro; d. Felicidade Perpetua de Macedo, professora da Escola Normal; Elisa de Macedo e Sousa, esposa, do dr. Valeriano de Sousa; Adelaide de Macedo Rodrigues, esposa do dr. Oscar Rodrigues; Mario e Eurico de Macedo. Era cunhado do sr. dr. José Maria de Lisboa, director do “Diário Popular” (CORREIO PAULISTANO, 10 de maio de 1916).

Por ocasião dos exames finais de ano de 1882, ano em que Felicidade Perpetua de Macedo terminou o seu curso no jornal *Correio Paulistano* de 14 de dezembro daquele ano sobre a validade desses exames, os quais levantaram suspeitas quanto à postura dos professores examinadores, pois alguns desses eram amigos da família de Felicidade. Portanto, no entender do denunciante, esses professores poderiam estar tomando decisões favoráveis à moça protegendo-a e facilitando sua aprovação, uma vez que só poderia receber a carta de normalista quem fosse aprovado plenamente em todas as matérias durante o curso. (DIAS, 2013, p. 181)

A manifestação consistia na concessão de privilégios em torno da aprovação de D. Felicidade de Macedo nos exames finais. Seu pai, então, a defendeu, utilizando a própria imprensa para responder à acusação. O jornal escolhido para tanto foi *A Província de São Paulo*:

ESCOLA NORMAL

Em dias da semana próxima passada, foram publicadas no *Correio Paulistano* alguns artigos com relação aos exames que estão fazendo na Escola Normal. A paternidade destes escritos foi-nos atribuída por alguns indivíduos canalhas, alunas da Escola Normal!!! O procedimento destes miseráveis, inculcando-me a autoria dos artigos, e propalando na praça publica e por cartas anônimas dirigidas aos muito digníssimos professores, entre os quais eu conto alguns amigos, e que compõem a mesa examinadora, que o seu fim era desconceituá-los na opinião pública e na do governo é por certo vil. O articulista do *Correio Paulistano* esqueceu-se destas nobres qualidades de alguns normalistas. Não julgaram estes homens, que mais fácil e lealmente alcançariam distinções pela frequência e estudo, mas sim pela intriga e mexericos, despertando indisposições. O intuito dos digníssimos anônimos não era senão prevenir os examinadores contra uma filha minha, para, para apanhar distinção que por mérito próprio jamais conseguiriam. Fácil era desmascará-los por uma declaração da redação daquele jornal, porém, fiados na honradez e critério da comissão julgadora, não o fizemos por julgarmos desnecessário. Porém, hoje os fatos se vão aclarando e que os exames de ontem provaram que não era a nós que havia aproveitar elogios do articulista do *Correio*; e também que esta nossa declaração não pode ser tida como um pedido de proteção; diremos terminantemente que não só não somos autor dos artigos sobre a Escola Normal, como também não costumamos tratar questões anonimamente. São Paulo, 20 de dezembro de 1882. Urbano de Macedo. (*A PROVINCIA DE SÃO PAULO*, 1882, p. 01)

E D. Felicidade de Macedo, uma vez normalista, foi nomeada para reger a cadeira de São Caetano, tornando-se a primeira professora da colônia de São Caetano, que se tratava de uma escola feminina: “A primeira professora da colônia foi Felicidade Perpetua de Macedo, trabalhou na escola de meados de abril até maio, quando foi removida. Em documento assinado por ela, datado de 14 de abril, pede ao inspetor geral da Instrução Pública que “se digne a mandar prover a dita eschola dos moveis e utensílios necessarios”” (LIEBANA, 2001, p. 329).

Portanto, a professora Felicidade foi fundamental para essa colônia, tanto pelo fato de ter sido a primeira professora, como pela preocupação que tinha com a falta de materiais, fator que prejudicava demais o ensino. De acordo com Liebana (2001), os colonos fizeram um abaixo-assinado um mês antes da remoção da professora, elogiando-a, pois, mesmo após ter se removida, ela continuou a lecionar durante o mês seguinte naquela escola:

Para a professora, por ser ainda normalista, foi interessante assumir a cadeira recém-criada, e em local próximo da Capital. Com sua remoção teve maiores possibilidade de acabar o seu curso. No segundo semestre a professora Felicidade deixou de ir definitivamente até a colônia, para assumir a escola do primeiro distrito da capital, chamado Sul da Sé.” (LIEBANA, 2001, p. 330)

E a saída da professora, como assinalado pelo *Correio Paulistano*, aconteceu em 14 de maio de 1883, sendo “nomeada para a 1ª cadeira do 1º districto da capital” (CORREIO PAULISTANO, 1883, p. 02), onde veio a ocupar o lugar da professora D. Amélia de Oliveira Carvalho (CORREIO PAULISTANO, 15 de maio de 1883, p. 01).

No entanto, a dificuldade que a professora enfrentou com o mobiliário da escola de São Caetano, ela também se deparou na escola do 1º distrito da capital; e recorreu ao apoio da imprensa para pleitear donativos à melhoria das instalações:

Com o apoio oferecido da imprensa republicana e positivista, Felicidade Perpetua de Macedo, recebeu inúmeras contribuições para essa escola: um tinteiro, trabalho artístico, e uma pena de ouro, oferecidos pelo sr. Dolivaes Nunes; uma urna de metal com tímpano, pelo sr. Joaquim dos Santos Azevedo; um relógio de parede, pela sra. D. Escolástica Eboli; um mapa dos pesos e medidas do sistema métrico, tamanho natural, pelos srs. Teixeira & Irmão, livreiros; um mapa grande, carta da província de São Paulo, pelo sr. Ignácio de Moraes [...]” (DIAS, 2013, p. 184)

Na escola de primeiras letras do 1º distrito da capital, D. Felicidade de Macedo realizou um belo trabalho, sendo estimada por todos que visitavam a escola, inclusive o Imperador S. M., que, junto com os Srs. Ministro da Agricultura, presidente da província, Visconde de Paranaguá e Barão de Saboia, visitou a Escola Normal da Capital, sendo recebido na porta pelo diretor, além de visitar também a escola pública da D. Felicidade de Macedo, como consta no *Correio Paulistano* de 22 outubro de 1886:

S. M. visitou a escola publica da professora D. Felicidade Perpetua de Macedo, escola em que existem matriculadas 43 meninas, sendo a frequência de 35 a 40.

Examinou as alumnas mais adiantadas das classes de grammatica portuguesa, geographia, cosmographia, arithmetica.

Quanto ao ensino religioso, que as alumnas mostraram conhecer muito pouco, o Imperador observou que elle deve ser dado nos templos e no lar domestico, mas que alli (sic) faltando, compete ás escolas publicas minstral-o; e que o professor não deve limitar-se a fazer os alumnos decorar apenas a doutrina, mas explical-a. (CORREIO PAULISTANO, 1886, p. 02)

Entretanto, o Imperador teceu um comentário sobre o ensino religioso, identificando que houve um prejuízo nesse aspecto, uma vez que se tornou uma prática decorativa da doutrina e não ações de ensinamentos religiosos.

Quanto aos exames escolares, o *Correio Paulistano* de 07 de dezembro de 1886 relata a presença do presidente da província de São Paulo para verificação e acompanhamento, além da professora D. Felicidade de Macedo e do professor Thomaz Paulo de Bom-Sucesso Gargalho. Os exames escolares tiveram a seguinte configuração:

Exames escolares

Realizaram-se, sábado ultimo, honrado com a presença de s. exc. O sr. presidente da província, os exames anuaes da primeira escola publica de meninas, regido pela distincta e talentosa professora normalista d. Felicidade Perpetua de Macedo. Existem matriculadas nesta escola 40 alumnas, sendo a frequência media de 35 e compareceram para serem examinadas 36. (CORREIO PAULISTANO, 1886, p. 01)

Tendo sido avaliadas as seguintes matérias:

[...] Os exames escolares versaram sobre gramatica portuguesa, exercícios de composição, francez, noções de historia, arithmetica, systema métrico, noções de geometria linear, desenho linear, exercícios de declamação e trabalhos domésticos. (CORREIO PAULISTANO, 1886, p. 01)

Nota-se, aqui, a presença do Desenho Linear; portanto, nesse momento, D. Felicidade de Macedo já difundia seus conhecimentos sobre o tema. Importante evocar que, no ano em que a professora se formou na Escola Normal da Capital, tal componente não fazia parte da estrutura curricular da Escola Normal, por isso ela fazia aulas de pintura com um artista em São Paulo.

No dia do exame escolar, D. Felicidade de Macedo foi agraciada com as palavras do presidente da província de São Paulo:

[...] À uma hora e meia, após a distribuição dos prêmios, s. exc. o sr. presidente da província dirigio a professora uma honrosa allocução, louvando-a pelo excellent resultado dos exames, em que as alumnas denotaram bastante aproveitamento em grande parte ao bom methodo de ensino seguido pela escola.

O menino Carlos de Abreu, discipulo particular de d. Felicidade, recitou uma breve oração, em agradecendo em nome das alumnas o comparecimento de s. exc. o sr. presidente da província e de todos os presentes. (CORREIO PAULISTANO, 1886, p. 01)

Com relação ao concurso da cadeira de Desenho e Caligrafia da seção feminina da Escola Normal de São Paulo da Capital⁴², tem-se a publicação do *Correio Paulistano*, de 18 de agosto de 1888, com a divulgação do resultado:

Escola Normal de S. Paulo

Concurso

Effectuou-se hoje o julgamento das provas do concurso à cadeira vaga de desenho e calligraphia da seção feminina da Escola, sendo classificadas as candidatas do seguinte modo:

EM PRIMEIRO LUGAR D. Eulalia Amelia da Silva Cruz e d. Felicidade Perpetua de Macedo.

SEGUNDO LUGAR D. Augusta Petit Wertheimer

Secretaria da Escola Normal, 17 de agosto de 1888.

O Secretario interino, Thomaz Augusto Ribeiro Lima (CORREIO PAULISTANO, 1888, p. 03)

A nomeação de D. Felicidade de Macedo deu-se em 14 de setembro de 1888, tendo sido publicada pelo *Correio Paulistano*, em 18 do mesmo mês e ano, como segue:

PARTE OFFICIAL

Expediente da presidência

1ª SECÇÃO

Dia 14 de setembro.

Foram nomeados:

[...]Da cadeira de desenho e calligraphia da Escola Normal, d. Felicidade Perpetua de Macedo.

Palacio do governo da província de S. Paulo, 14 de setembro de 1888. (CORREIO PAULISTANO, 1888, p. 01)

E a posse foi em 24 de setembro de 1888 (CORREIO PAULISTANO, 25 de setembro de 1888, p. 01).

Sobre o emprego que tinha como professora pública da cadeira do 1º distrito da Capital, D. Felicidade Perpetua pede a sua exoneração; ela também trabalhou no Liceu feminino noturno, situado no Largo do Arouche, como professora de desenho.

⁴² Como mencionado no início deste Capítulo.

Já quanto à sua vida artística, D. Felicidade de Macedo era discípula do artista W. Reichardt, o mesmo professor que concorreu à vaga de professor de Desenho e Caligrafia da Escola Normal da Capital, como explanado anteriormente.

Reiterando momentaneamente o artista e seu elo com D. Felicidade, o *Correio Paulistano* de 09 de junho de 1895 anunciou uma exposição de quadros de W. Reichardt, no armazém de papéis pintados do Sr. Soares & Canovas, na Rua São Bento, nº 77. Observe-se: “[...] diversos quadros, a óleo, crayon, bico de pena, etc., devidos ao trabalho do conhecido pintor W. Reichardt e dos seus discípulos as excmas. sras. Dd. Felicidade Perpetua de Macedo e Alice Sydand e o sr. Anesio Nobrega” (CORREIO PAULISTANO, 1895, p. 01). Como se vê, a professora tinha como referência o paisagista W. Reichardt que integra o rol de artistas aclamados nos anos de 1890, em São Paulo.

Em 1891, o secretário do governo Américo Brasiliense de Melo atendeu ao pedido de D. Felicidade de Macedo sobre a equiparação do seu salário, de acordo com o Decreto nº 201, de 06 de junho de 1891, quando ela passou a receber três contos e seiscentos mil réis (3:600\$000) anuais, semelhante aos demais professores da Escola Normal da Capital.

Isso enquanto o Dr. Thomaz de Lima teve a equiparação em 05 de junho de 1891, de acordo com o Decreto nº 191, ou seja, existia uma outra renumeração para a cadeira de Desenho e Caligrafia da Escola Normal da Capital.

No ano de 1906, foi realizada uma exposição na Escola Normal da Capital, com trabalhos de vários alunos, inclusive das alunas da professora D. Felicidade, conforme o *Correio Paulistano* de 24 de novembro de 1906:

AS ESCOLAS

ESCOLA NORMAL

[...] Finalmente, as alumnas da conhecida professora d. Felicidade Perpetua de Macedo expuseram uns lindos quadros asquarella e bico de pena, estudos de muita paciência e gosto, além de outros trabalhos.

Foram essas, pois as nossas expressões da presente exposição, que nos revelou que os processos e methods são os mais adeantados e modernos, e (sic) de accódo com a natureza da creança.

A exposição encerra-se hoje às 3 da tarde. (CORREIO PAULISTANO, 1906, p. 01)

No caso, o método mencionado pelo jornal tratava-se do intuitivo, que seria no ensino de desenho ou desenho natural.

Além de exposições de suas alunas da Escola Normal da Capital, D. Felicidade de Macedo também participava de mostras como artista, segundo o *Correio Paulistano* de 07 de março de 1908:

EXPOSIÇÃO PREPARATORIA

Inscreveram-se mais, concorrendo ao próximo (sic) nacional, os seguintes expositores: Emilio Mario de Arantes, S. Paulo, com um livro; Alice B. de Oliveira Santos, com quadros a óleo; Felicidade de Macedo, com quadros; José Paulino Pinto Nazario, Batataes, com marinhas. (CORREIO PAULISTANO, 1908, p. 03)

Houve, ainda, outra exposição dos trabalhos das alunas da professora na Escola Normal da Capital, como se verifica no *Correio Paulistano* de 29 de novembro de 1911:

Dentre os trabalhos de desenho, pintura e calligraphia, executados sob a direção da professora da Escola Normal Secundária, d. Felicidade de Macedo, destacaremos os seguintes trabalhos:

Algumas pastas contendo colleções de desenhos, tirados do natural, pelas alumnas do 1º ano, Olinda Bonilha e Venina Mugnani da secção D. Manoclita Salles e Synira Passos, da secção B. (CORREIO PAULISTANO, 1911, p. 03)

Sempre celebrados pela imprensa os trabalhos das alunas da professora D. Felicidade de Macedo, faziam com que a sociedade paulistana identificasse na professora uma profissional impecável e talentosa.

E assim continua seu reconhecimento na década de 1920. Nota-se, na Figura 27, D. Felicidade de Macedo acompanhada das normalistas de 1921, do Maestro João Gomes Junior (na primeira fileira), Leo Vaz, Antonio Hypolito [D. Felicidade de Macedo], Ezequiel Leme, Américo de Moura, José Ribeiro Escobar (na segunda fileira) e Sampaio Dória (ao fundo).

Figura 27: Turma de normalista de 1921 – D. Felicidade de Macedo



Fonte: Golombeck, 2016, p. 326.

Dessa forma, é recorrente a presença de D. Felicidade de Macedo nas reuniões e em fotografias; a professora estava presente em movimentos sociais, inclusive em exposições de arte, como consta na relação seguinte, com coletas do *Correio Paulistano*, em que são catalogados os eventos que D. Felicidade de Macedo visitou:

A Exposição de Escultura do sr. Julio Starace, no salão Mascarini, á rua de S. Bento n. 85 (CORREIO PAULISTANO, 03 de agosto de 1913, p. 03);
 A Exposição Paulista, instalada num dos salões do Instituto Histórico e Geográfico (CORREIO PAULISTANO, 21 de dezembro de 1913, p. 06);
 A Exposição de Georgina e Lucilio de Albuquerque, que trata de pinturas (CORREIO PAULISTANO, 12 de março de 1916, p. 02);
 A Exposição de pintura de Dario e Mario Barbosa, localizada na rua são Bento. Trata de dois irmãos pintores paulista (CORREIO PAULISTANO, 21 de março de 1916, p. 02);
 A Exposição de Caricaturas do artista sr. Guerreiro (CORREIO PAULISTANO, 03 de abril de 1917, p. 02);
 A Exposição Julia Archambeu, arte aplicada, sendo a artista também professora de arte aplicada (CORREIO PAULISTANO, 17 de abril de 1920, p. 06).

No que se refere à sua carreira na Escola Normal da Capital, D. Felicidade de Macedo é sempre lembrada em homenagens, como na comemoração do “Quinquagésimo aniversário da reabertura dos cursos da Escola Normal da Capital”, conforme o *Correio Paulistano* de 02 de agosto de 1930:

ESCOLA NORMAL

A Escola Normal é a ultima etapa. Ahi, elle adquire os últimos conhecimentos que lhe serão necessários para exercer, com dignidade, a sua elevada missão. Aliás, basta citar os nomes dos cathedratricos que ali leccionam, para se fazer uma ideia da justeza do conceito que fizemos.
 São os seguintes os lentes que ministram ensinamentos a mais de 800 alumnos: [...] d. Felicidade Perpetua de Macedo. (CORREIO PAULISTANO, 1930, p. 04)

Logo, D. Felicidade de Macedo continua a ministrar as suas aulas na Escola Normal da Capital, com maestria, sendo um ícone do estabelecimento.

Na comemoração do jubileu, foram reunidos os professores de 1913 e, na oportunidade, a professora D. Felicidade de Macedo esteve presente, como anotou o *Correio Paulistano*, em 04 de dezembro de 1938:

PROFESSORES DE 1913

Ao meio dia na “Caverna Paulista”, almoçaram em companhia dos seus antigos mestres: sr. Heraclito Viotti e das sras, dd. Felicidade Perpetua de Macedo, Maria Antonieta Moratti e Carlota Amaral, decorrendo o almoço da mais franca satisfação. (CORREIO PAULISTANO, 1938, p. 06)

Da turma de 1913, houve o 30º aniversário e D. Felicidade de Macedo não deixou de comparecer:

Figura 28: Aniversário da Turma de 1913 – D. Felicidade de Macedo, 1943



Fonte: Acervo Caetano de Campos – Aclimação, 1943.

Outro evento da Escola Normal da Capital foi a homenagem realizada para os professores da turma de 1890, em que D. Felicidade de Macedo também participou, como publicado no *Correio Paulistano* de 03 de dezembro de 1940:

O salão estava repleto de convidados, pessoas (sic) e alumnas da Escola. Muitos professores, entre os quais o dr. Carlos da Silveira, Alfredo Gomes, d. Branca de Conto e Mello e d. Felicidade Perpetua de Macedo. (CORREIO PAULISTANO, 1940, p. 04)

Além da sua vida como professora e artista, D. Felicidade de Macedo integrou associações como a Associação Feminina “Anália Franco”, tornando-se membro da constituição desse órgão social em 1916. Outra associação foi a A Cruz Vermelha, que teve os seus serviços nas realizações de festas, atuando em comissões (1920), em viagens ao interior do Estado para abrir filiais do movimento, acompanhando a sua amiga Rosina Nogueira Soares, professora de trabalhos manuais da Escola Normal da Capital, que também presidiu, por muitos anos, tal órgão. D. Felicidade também foi a segunda vice-presidente na diretoria da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra (1920).

A professora D. Felicidade de Macedo faleceu em 18 de fevereiro de 1948, após da 47 anos de docência na Escola Normal da Capital. Era irmã Adelaide Macedo Rodrigues, casada com o Sr. Rodrigo Rodrigues; irmã de Elisa de Macedo e Souza⁴³, viúva do Dr. José Valeriano de Souza⁴⁴, Nestor Alberto de Macedo⁴⁵, casado com a senhora Guiomar Blanche de Macedo⁴⁶, e dos falecidos dr. Antonio Vitor de Macedo⁴⁷, D. Matilde de Macedo; D. Emenengarda Macedo das Chagas, casada com o Dr. Lafaita Justiniano das Chagas; Eurico Simas Macedo⁴⁸ e Mario Macedo⁴⁹.

Observe-se que os familiares de D. Felicidade de Macedo compunham a elite paulistana. Não há registros que D. Felicidade de Macedo havia casado e tivesse filhos.

3.3 Professores que substituíram os professores Dr. Thomaz de Lima e D. Felicidade de Macedo

O enfoque, agora, se verterá aos professores que substituíram Dr. Thomaz de Lima e D. Felicidade de Macedo, de forma direta, tendo como principal fonte a imprensa, que anotou todas essas substituições.

Elisa Rachel Macedo de Souza

A própria irmã de D. Felicidade Perpetua de Macedo, D. Elisa Rachel Macedo de Souza, a substituiu, de acordo com o *Correio Paulistano* de 04 de abril de 1891:

Foi nomeada d. Eliza Rachel de Macedo para substituir d. Felicidade Perpetua de Macedo, no emprego de professora de desenho da Escola Normal, durante o seu impedimento por licença. (CORREIO PAULISTANO, 1891, p. 02)

⁴³ Elisa Rachel Macedo de Souza (1875-1965), formada pela Escola Normal citada prestou cinco concursos para o magistério, classificando-se sempre em primeiro lugar, mas tendo sua nomeação postergada por razões políticas. Finalmente, depois do último concurso foi nomeada professora de uma escola isolada, onde militou durante dois anos. Dela foi tirada pelo Dr. Cesário Mota que, por merecimento, fê-la nomear Diretora do Grupo Escolar Maria José, à Rua Manuel Dutra, hoje fechado, por insegurança, coincidindo, tal fechamento, curiosamente com seu falecimento a onze de abril de 1965 (LEI, 07 de maio de 1992).

⁴⁴ Dr. José Valeriano de Sousa (1867-1919), um dos fundadores e professor da Escola de Farmácia e Odontologia, (no ano de 1900) hoje pertence à Universidade Estadual de São Paulo.

⁴⁵ Nestor Alberto de Macedo (1884-1927) cursou o primário na Escola Normal “Caetano de Campos” e o secundário no Ginásio do Estado, ambos na Capital paulista. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. (Tribunal de contas do Estado de São Paulo, Edição História, 2009, p. 29) tornando-se em 1947 Ministro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e entre os anos de 1951 a 1952, foi o 5º Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

⁴⁶ Guiomar Blanche de Macedo, diretora do Departamento Feminino do Diretório do P. R. P. do Cambucy.

⁴⁷ Como já foi referendado nesta pesquisa, Capítulo 2.

⁴⁸ Eurico Simas Macedo (sem data-1939) aposentou-se na Secretaria de Viação, casado com Etelvina Ressurreição Macedo, filha Clarice de Macedo.

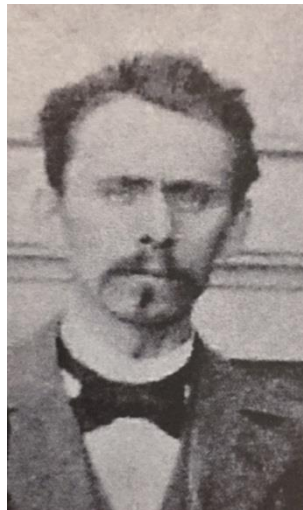
⁴⁹ Mario Vespariano de Macedo, casado com a professora Zilda M. de Almeida Macedo.

Elisa Rachel Macedo de Souza escreveu dois livros infantis, *Terras Brasileiras* (volumes I e II), e uma segunda publicação com quatro pequenas comédias referentes à *Festa das Aves*, *Festa da Árvore*, *Festa da Bandeira* e *Festa de Encerramento*, este último baseava-se, com a autorização do autor Monteiro Lobato, em um trecho de *Narizinho Arrebitado* (GOLOMBEK, 2016).

Bruno Zwarg

De acordo com o Correio Paulistano de 23 de setembro de 1906: “Foi nomeado o sr. Bruno Zwarg, professor substituto de desenho da Escola Normal” (CORREIO PAULISTANO, 1906, p. 02).

Figura 29: Bruno Zwarg, s/d



Fonte: Golombeck, 2016, p. 227

Zwarg anunciava nos jornais oferecendo seus serviços como professor de Desenho. Era professor de desenho e modelagem da Escola Normal da Capital, tendo iniciado suas atividades em 1895; responsável pelas aulas de marcenaria, torno, escultura, trabalhos em arame e papel e modelagem. Lecionava de manhã e, à tarde, fazia os seus trabalhos em argamassa ou esculpia em madeira. Era considerado um grande artista (GOLOMBEK, 2016).

Thomaz de Lima

O próprio professor Dr. Thomaz de Lima acabou substituindo a professora D. Felicidade de Macedo, no ano 1907, como consta no *Correio Paulistano* de 10 de dezembro de 1907:

Repartições publicas

Secretaria do Interior

[...] – O Secretario communicou ao da fazenda que o dr. Thomaz de lima, lente da Escola Normal, tem o direito à gratificação correspondente nos dias, 1, 2 e 3 de novembro findo, pela substituição de d. Felicidade Perpetua de Macedo, secção feminina daquelle estabelecimento. (CORREIO PAULISTANO, 1907, p. 05)

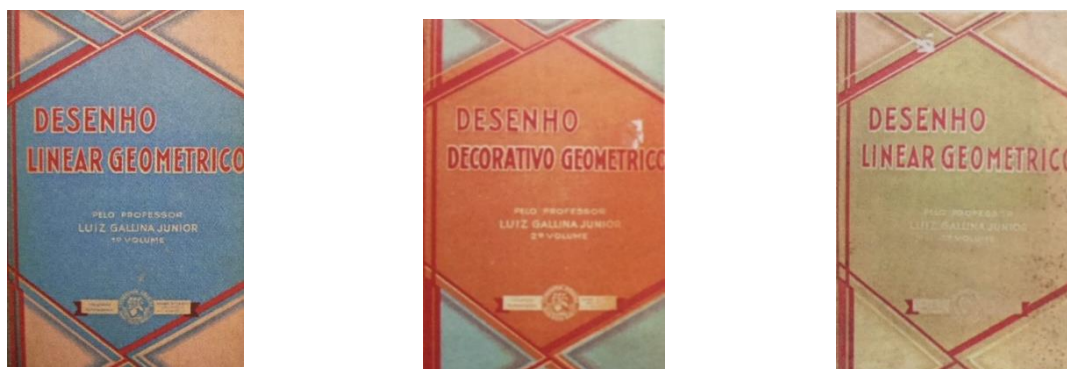
Luiz Gallina Junior

Em 1916, houve a nomeação do professor Luiz Gallina Junior, conforme o *Correio Paulistano* de 07 de setembro de 1916: “O sr. Luiz Gallina Junior foi nomeado professor de calligraphia e desenho da Escola Normal da Capital” (CORREIO PAULISTANO, 1916, p. 04). Provavelmente, o professor Luiz Gallina, substituiu o Dr. Thomaz de Lima, pois, apesar de trabalhar quarenta anos na Escola Normal da Capital, a sua aposentadoria foi efetivada em 1916.

Luiz Gallina Junior formou-se na Escola Normal da Capital em 1909, na mesma turma que Almeida Junior; foi professor de desenho do Ginásio Oswaldo Cruz, da Escola Primária, Complementar do Brás, da Força Pública, entre outras instituições (GOLOMBEK, 2016).

Quanto à sua produção literária, escreveu três livros, a partir de 1931, acerca do Desenho, no segmento do Desenho Geométrico.

Figura 30: Capa dos livros de autoria de Luiz Gallina, s/d



Fonte: Golombeck, 2016, p. 466.

D. Carlota do Amaral

Em 27 de setembro de 1920, foi publicado no *Correio Paulistano*: “D. Carlota do Amaral, adjunta da Escola Modelo, anexa a Escola Normal da capital, para substituir d. Felicidade Perpetua de Macedo, lente deste ultimo estabelecimento durante o seu impedimento, por licença” (CORREIO PAULISTANO, 1921, p.10).

Figura 31: D. Carlota do Amaral, s/d



Fonte: Golombeck, 2016, p. 520

D. Carlota estudou na Escola Normal da Capital, tendo sido aluna da professora D. Felicidade de Macedo. Era professora inspetora da Escola Normal Primária da Capital na década de 1900. Foi colaboradora, a partir de 1917, do Instituto Profissional Feminino, em que eram oferecidos cursos de desenho e pintura, corte e costura, línguas, flores, chapéus, bordados e rendas, música e taquigrafia e datilografia.

Após 1906, tornou-se professora efetiva da Escola Modelo “Caetano de Campos”, anexa à Escola Normal, conforme *Correio Paulistano* de 17 de fevereiro de 1910. Mais tarde, foi nomeada para o cargo de professora da Escola Modelo “Caetano de Campos” anexa à Escola Normal, segundo informado pel’*A Provincia de São Paulo*, em 8 de fevereiro de 1917.

Ademais, foi, também, professora substituta da professora de trabalhos manuais Rosina Nogueira Soares da Escola Normal Secundária da Capital.

Sua fama como artista ecoou nos anos de sua vida, como o caso da aquarela realizada por ela representando o *Grito do Ipiranga*, entregue a Liga pelo instrutor da companhia da guerra da Faculdade de Direito de São Paulo, o Sr. Tenente José Passos Cavalcanti, como veiculado n’*A Provincia de São Paulo*, em 22 de setembro de 1917.

Nelson Nobreza

Em 18 de julho de 1929, foi publicado o *Correio Paulistano* informou: “Sr. Nelson Nobreza, para substituir a professora de Desenho da Escola Normal da capital, d. Felicidade perpetua de Macedo, durante o seu impedimento por licença” (CORREIO PAULISTANO, 1929, p. 03).

Entretanto, não foram localizadas maiores informações a respeito do professor sr. Nelson Nobreza.

Relacionados cada um dos profissionais anteriores, encerra-se, aqui, mais um recorte desta pesquisa, este, em particular, enfatizando os professores que passaram pela cadeira e lecionaram a matéria Desenho na Escola Normal da Capital, ao longo período definido para este estudo. Importante ressaltar o entendimento de que o saber do professor proporciona uma prática notória em sala de aula, apesar de o professor substituto seguir o programa do professor efetivo; contudo, como observado, de fato todos os professores possuíam uma aproximação no que se refere à matéria lecionada.

Com isso, caracteriza o elenco de professores que substituíram os professores de desenho da Escola Normal da Capital, sendo que, nos vestígios, não constam outros concursos além daqueles realizados em 1887 até o recorte desta investigação. Portanto, cabem maiores questionamentos a respeito do que aconteceu com o Ensino de Desenho na Escola Normal da Capital, após a aposentadoria de todos esses professores.

3.4 As aulas de Desenho: o Espaço das Aulas e do Ensino de Desenho na Escola Normal da Capital

Com o advento do Ensino de Desenho na Escola Normal da Capital, houve uma preocupação sobre o mobiliário das aulas de Desenho e Caligrafia desta escola, sobre a compra de mobiliário: “Autorizou-se ao director da Escola Normal, a comprar 25 carteiras apropriadas à aula de desenho e calligrafia da mesma escola” (CORREIO PAULISTANO, 1887, p. 01).

Trata-se, pois, de cultura de material [escolar] e da própria cultura escolar estabelecida por meio de objetos que compõem o cenário educacional (VIDAL, 2009, p. 32), no caso, a sala da aula de desenho da Escola Normal da Capital.

A sala de aula acaba sendo um espaço de aprendizado por si só. Contudo, esse conjunto de símbolos estáticos tem uma função para a aprendizagem, como a lousa, cuja finalidade está na centralização do olhar do aluno ao objeto de estudo, isto é, o desenho e a caligrafia.

As discussões acerca do ensino do Desenho perpassam o Império e alcançam a República; porém, essa discussão a respeito da importância e da prática sobre esse ensino apenas se perpetuaram durante o período elencado como recorte temporal neste estudo (1887-1927), vindo a resultar na presente dissertação.

O Desenho Livre, um dos conteúdos trabalhados pelos professores da Escola Normal da Capital, era o momento do desenhar fora da sala de aula, ou seja, no ambiente externo da escola, como retratado na Figura 32.

Figura 32: Aula de desenho, seção masculina, 1908



Fonte: AESP, Aula de Desenho – curso Ensino Normal – seção masculina, 1908.

A Figura 32 é uma aula de Desenho Livre do curso do Ensino Normal da seção masculina do professor Dr. Thomaz de Lima. Nota-se que o lugar que a turma se encontra é o ambiente externo da Escola Normal da Capital, localizada na Praça da República. A aula compreende a tarefa de desenhar o objeto que está sobre a mesa. Os alunos observam o objeto e o desenhavam no papel. Não há nenhum apoio para o caderno, portanto, o próprio corpo é o apoio do material. Alguns alunos estão em pé, com isso, obtêm uma visão diferente do objeto; já outros tantos ficam sentados, em bancos de madeira, observando e realizando a atividade. Depreende-se que não há uma regra sobre o posicionamento do aluno no espaço, que parece ser de livre escolha.

No caso da seção feminina do curso do Ensino Normal da Escola Normal da Capital, verifica-se uma nítida diferença, pois, de acordo com registros, há o posicionamento ordenado

das alunas; embora, seja importante também sublinhar a falta de garantia de que tal disposição consista numa obrigatoriedade, permitindo, assim, presumir que as alunas da professora D. Felicidade de Macedo tenham se arrumado de tal modo apenas para pousarem para a fotografia do álbum escolar.

Figura 33: Aula de desenho, seção feminina, 1908



Fonte: AESP, Aula de Desenho – curso Ensino Normal – seção feminina, 1908.

Na Figura 33, as alunas da professora D. Felicidade de Macedo fazem aula de Desenho Livre, assim como, no registro anterior, os alunos do professor Thomaz de Lima desenvolviam semelhante atividade.

Trata-se, portanto, de uma aula ao ar livre, tendo como tarefa observar o objeto que se encontra em cima da mesa e desenhá-lo. Não há alunas em pé, todas estão sentadas de forma uniforme, uma ao lado da outra. Todas as alunas estão sentadas de modo que suas visões estão aproximadas uma das outras sobre o objeto.

Da mesma forma, em outra imagem, temos o mesmo alinhamento, sobre posicionamento das alunas, rígidas, cada uma em seu lugar, sendo possível também considerar que a professora tenha determinado um lugar para cada aluna.

Figura 34: Aula de desenho, seção feminina, 1908



Fonte: AESP, Aula de Desenho – curso Ensino Normal – seção feminina, 1908

Na Figura 34, a tarefa das aulas é desenhar um cachorro que está em cima da mesa. Com seus cadernos de desenho no colo, as alunas têm o desafio de desenhar o animal, que não se sabe está vivo ou embalsamado. A aula, na Figura 34, propõe um grau de dificuldade, aliás, como já considerado neste capítulo, o Desenho Natural, trabalhado em sala de aula, tratava de desenhar objetos, frutas, flores e depois aves e animais.

Portanto, as aulas de Desenho Livre ocorriam em pátios arborizados, pois aconteciam no período da tarde, na própria Escola Normal da Capital, dentro do complexo localizado na Praça da República, segundo informado alhures. O professor, por sua vez, devia ser muito exigente, principalmente, quanto ao asseio dos trabalhos dos alunos.

A observação das três ilustrações anteriores faculta distinguir o modo particular que cada professor adota para sua aula; ou seja, a intersecção do saber e da ação desses professores na Escola Normal da Capital, a imagem falando sobre o que a cultura escolar mostrava na época. O recurso à fonte fotográfica, como de resto à documentação escrita também permite apreciar como os sujeitos lidaram com as imposições e construíram seus percursos individuais e coletivos no interior da escola (VIDAL, 2009, p. 36). Assim, como consignado, tomando-se os três referenciais, são percebidas as diferenças de comportamento entre a seção masculina e a seção feminina. E qual é o motivo real dessas diferenças? Será que compunha uma regra para posar na fotografia do álbum da Escola Normal da Capital? A presente pesquisa não obteve a resposta para esse questionamento, pois acredita que envolva uma questão da profissionalização feminina, sendo assim, não cabe, neste momento, maiores investigações para tal inquietação.

A escola, por sua vez, acaba correspondendo ao lugar específico (e privilegiado) para o aprendizado, com suas características próprias, remetendo aos alunos uma vivência peculiar, tanto individual, como em grupo, a de espaço-território.

O espaço externo da escola, ao receber um uso diferente do habitual, com a natureza em favor do ensino, acaba proporcionando um maior aprendizado. As aulas de Desenho e o seu ambiente estavam em voga no período de recorte desta pesquisa; aliás, o artigo de Raphael Falco⁵⁰ (professor de Desenho e Caligrafia da Escola Normal de São Carlos) intitulado “*Como deve ser a Sala de Desenho*”, publicado na *Revista da Escola Normal de São Carlos*, em 1916, reforça tais constatações:

Eis um resumo aquilo que tudo que, segundo penso, deveria ser cumprido relativamente a sala de aula de desenho para o desenvolvimento da técnica elementar e do gosto.

1º A sala de desenho deve ser especial para o exercício.

Deve ser bastante espaçosa, e bem iluminada pela esquerda sem que, no entanto, seja batida pelo sol. Neste caso compreende-se que será difícil e incomodo o trabalho, visto que o aluno ficaria exposto ou a inclemência dos raios solares ou então, cobrindo-os com uma cortina, a um grau de iluminação insuficiente. Além disso as alternativas de luz muito viva e iluminação insuficiente, por causa do sol ora coberto ou descoberto pelas nuvens, seria de grande inconveniência para o trabalho. É bastante, pois, que as salas tenham as janelas voltadas para o norte ou para o sul.

2º A sala deve ter 15 a 20 bancos moveis para os alunos, munidos de pequenas tabuas ou cavaletes, inclinadas a 40º ou 45º. A disposição deles deve ser tal que os alunos possam ver os objetos de estudos á altura, abaixo e acima dos olhos e á menor distância ou á maior possível segundo o objeto.

Nas classes ordinárias atuais, como podem os alunos fazer o estudo de certos objetos situados abaixo dos olhos, quando estão na 2ª ou 3ª linha de carteiras?

⁵⁰ Ver Capítulo 1.

O estudo ao ar livre não se pode fazer a não ser sob determinadas condições de tempo. Não considero os alunos que se acham, por uma questão de mérito, aliás discutível, no fim da classe, por que estes não enxergam bem nem mesmo os objetos acima dos olhos e por isso mesmo poderão estudá-los suficientemente.

A sala deve ser rodeada de quadros negros para os exercícios de giz e deve ter água.

3º Mais um suporte ou dois, cujas bases largas se elevem ou se abaixem horizontalmente á vontade do professor, por colocar os objetos de estudo diante dos alunos, uma mesa a um canto para o professor, um armário para guardar trabalhos e eis completo o material necessário á sala para o estudo de desenho em todas as suas modalidades. (FALCO, 1916, p. 14)

Conforme apreciações do professor Raphael Falco (1916), para ser ter uma boa sala de Desenho, é essencial a atenção com uma boa iluminação, pois, sem isso, não há a possibilidade de se realizar um bom trabalho. A disposição de bancos e qualidade dos mesmos acaba sendo de grande valia para as aulas, de modo que todos os alunos possam ter uma boa visão dos objetos de estudo. Os quadros negros, em torno da sala, são imprescindíveis na realização de exercícios práticos de desenhos e esboços, conforme já anotado, além do cuidado no armazenamento dos materiais de estudo e quanto à mesa do professor de canto. O ambiente de estudo de desenho deveria ser representado com importância, assim como tratado no respectivo artigo.

A mesma visão de Falco é compartilhada pelo inspetor-especial em Desenho Cymbelino de Freitas, no artigo “*O Ensino de Desenho nas Escolas Normaes*”, publicado no *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo* de 1926:

Para o bom ensino do desenho, era necessário que cada escola normal tivesse uma sala apropriada, com algumas dúzias de cavaletes verticais e de pranchetas, para a fixação das folhas, que permitissem os alunos em posição mais higiênica e mais favorável á liberdade de execução. Todavia, na falta dessas comodidades, aconselhamos que, para servir de prancheta, cada aluno adquira uma pasta de 0 m, 50 x 0m., 70 formada de duas folhas de papelão espesso, com a lombada e cantos guarnecidos de forte percalina, para estender a folha e desenhar, apoiando-a ao colo e ao encosto duma cadeira, ou á tampa duma carteira escolar. (FREITAS, 1926, p. 343-344)

Certifica-se, pois, que a precariedade da sala de desenho sempre foi uma preocupação para o curso do Ensino Normal. A ausência de uma sala de desenho como aquela especificada, tanto por Falco (1916) como por Freitas (1926), é um prejuízo para o ensino do desenho, levando o professor, por sua vez, a modificar sua aula, de modo que não prejudique seus alunos, sinalizando outras estratégias para o ensino do desenho.

Nesta pesquisa, foram apresentados alguns pontos a respeito da sala de aula nas aulas de Desenho na Escola Normal. A discussão acerca dos materiais, assim como dos métodos a serem trabalhados, foram o ponto de partida para algumas mudanças, tornando-se pontos norteadores para o Ensino de Desenho. É importante ressaltar que, mesmo diante da necessidade de salas próprias para as aulas de desenho, não há vestígios da existência desses espaços na Escola Normal da Capital e, com isso, o professor acabava utilizando estratégias outras para ensinar, aplicando, assim, os saberes que detinha para tal atribuição. Portanto, para cada professor, revela-se um saber e uma identidade pautada em sua estratégia de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos estabelecidos para esta pesquisa e as informações alcançadas, sejam pela fundamentação teórica, sejam pelos documentos localizados, possibilitaram conhecer o Ensino de Desenho na Escola Normal da Capital, os saberes dos professores de Desenho da escola pesquisada, assim como a formação dos professores paulistas para as aulas de Desenho propostas para o ensino primário, a todo tempo pautadas nas revistas pedagógicas.

Em meio ao cenário do Ensino de Desenho no Brasil, atrelado a amplas discussões, emerge com destaque Rui Barbosa e a contribuição de seus pareceres, cuja concepção do Ensino de Desenho volta-se para a Educação, favorecendo o debate com suas considerações sobre “*Lições de Coisas*”, formalizando, assim, suas perspectivas didáticas.

Para Rui Barbosa, era necessário organizar o ensino de desenho com planos e métodos definidos; portanto, suas referências estão no método inglês e no método austríaco.

Além das concepções sobre os métodos que deveriam ser empregados ao Ensino de Desenho, Rui Barbosa, recorrendo à teoria de Walter Smith, compõe o perfil do professor de desenho, o qual, aliás, não necessitava ser especialista em desenho; o profissional, no caso, deveria, antes, entender as metodologias sobre o Ensino de Desenho, uma vez que o desenho é abalizado como um facilitador para os alunos apreenderem a lição de forma concreta, princípio que valeria, também, para as outras matérias.

Ao analisar as revistas pedagógicas paulistas *A Eschola Publica* (1893-1897), a *Revista de Ensino* (1902-1919), a *Revista da Escola Normal de São Carlos* (1916-1923) e a *Revista Escolar* (1925-1927), constatou-se que a revista *A Eschola Publica*, organizada por iniciativa de professores da escola-modelo anexa à Escola Normal da Capital, teve como intuito de divulgar os modelos empregado nessa escola, compreendendo aquilo que Carvalho (2011) definia como “bons moldes”, pois o objetivo principal da publicação era oportunizar a prática à homogeneização das práticas docentes, colocando em cena a propagação e a implantação desses modelos. Nos artigos que discorrem sobre o ensino de desenho na revista *A Eschola Publica*, é patente a implantação que tange aos princípios da pedagogia moderna, sendo o método intuitivo o norteador do processo de institucionalização do sistema da Instrução Pública paulista, tendo a utilização de bons modelos, mediante a cópia ou a imitação. Os artigos que permeiam o Ensino de Desenho abarcam a geometria como peça fundamental, conforme se constatou nos modelos de aulas difundidas na referida revista pedagógica.

A *Revista de Ensino*, com seu conteúdo a respeito do ensino de desenho, facultou apreciar exemplos de aulas com representações de objetos, que, primeiramente, são caracterizados em figuras geométricas, buscando a forma, para, só depois, serem colocados os detalhes que correspondem ao objeto; dessa forma, é possível afirmar que o Ensino de Desenho se baseia nas figuras geométricas, observando uma ordem determinada para composição do objeto: imitação ou por cópia, imaginação e pela memória e pela percepção do objeto.

O exame da *Revista da Escola Normal de São Carlos* permitiu distinguir que os artigos referentes ao Ensino de Desenho são de autoria do professor de desenho da referida escola, professor Raphael Falco, um especialista em desenho que contempla, em seus artigos, discussões a respeito da finalidade das aulas de desenho nas Escolas Normais, agregadas a debates acerca da sala de aula de desenho. Logo, os artigos do professor Falco, de forma bastante inteligível, revelam-se voltados para a formação pedagógica do professor, lançando críticas em torno da forma como estão sendo processadas essas aulas.

Na análise dos artigos da *Revista Escolar*, segundo Carvalho (2011), começam a aparecer os primeiros sinais da exaustão dos modelos pedagógicos. Tais conteúdos, referentes ao ensino de desenho, demonstram a importância desse ensino enquanto valor educativo denotado à matéria, pois as atividades trabalhadas, relacionadas ao Desenho, estão, diretamente, associadas a forças intelectivas, dando vazão ao cultivo da atenção e da percepção. Assim, os desenhos de estampas nos artigos da revista em pauta são abolidos, uma vez que o que é considerado importante para o ensino é o ato de ver, refletir e executar, algo que a cópia de estampas não é capaz de proporcionar. É possível afirmar, ainda, que, com o ingresso do inspetor-especialista em desenho, a partir da Reforma de 1926, os artigos de autoria deste profissional acabam sendo o norteador do Ensino de Desenho na Instrução Pública paulista, principalmente no que toca às aulas práticas de Desenho nas Escolas Normais.

Nas quatro revistas pedagógicas exploradas, o Ensino de Desenho demonstra-se construído conforme as reformas de ensino, além das modificações acerca dos métodos empregados para esse fim.

A Escola Normal da Capital foi criada em 1846, porém, em meio a crises atinentes à educação paulista e à política vigente à época, acabou sendo fechada e, posteriormente, reaberta por mais duas vezes, no período do Império e atravessando a República, assistindo sua ascensão com a Reforma Caetano de Campos (1890), que instituiu a escola-modelo anexa à Escola Normal da Capital e iniciou o método do ensino intuitivo.

Assim, a Escola Normal da Capital acabou sendo demasiado importante para a educação paulista, pois promoveu mudanças no Ensino Normal; dentre as quais, uma delas foi

nomeada por Carvalho (2011) como “modelo escolar paulista”, um modelo cuja principal estratégia está na produção e visibilidade de práticas escolares.

Nesse contexto, encontra-se o Ensino de Desenho na Escola Normal da Capital, com a criação da Cadeira de Caligrafia e Desenho em 1887, pela Lei nº 81, de 02 de abril de 1887, com o Regulamento de 22 de agosto de 1887. A matéria de Desenho é introduzida no mesmo ano do Regulamento, sendo designado como professor provisório o Dr. Thomaz de Lima, em publicação concomitante à divulgação do edital referente ao concurso em provimento do cargo da cadeira de Caligrafia e Desenho da seção masculina.

Logo depois, em 1888, aconteceu a nomeação do professor Dr. Thomaz de Lima como primeiro professor concursado para a cadeira de Caligrafia e Desenho. Ainda nesse ano, houve a publicação do edital do concurso para o provimento do cargo da cadeira de Caligrafia e Desenho da seção feminina da Escola Normal da Capital e a professora D. Felicidade de Macedo foi, então, nomeada, no mesmo ano, para tal função; aliás, necessário que se enfatize: tratou-se da primeira mulher concursada da Escola Normal da Capital.

Acompanhando os vestígios sobre os saberes dos professores de Desenho da Escola Normal da Capital, pode-se afirmar que os dois docentes ora mencionados foram formados como normalistas da referida escola, sendo igualmente habilitados nos saberes acerca da arte; ressalte-se que ambos fizeram exposições de seus trabalhos como explicitado alhures.

Os horizontes do trabalho realizado sobre o Ensino de Desenho na Escola Normal da Capital demonstraram professores de Desenho atuando para que se contemplassem os requisitos discutidos acerca do Ensino de Desenho, pois as exposições organizadas na Escola Normal da Capital, fomentando a apresentação dos trabalhos dos alunos do professor Dr. Thomaz de Lima e das alunas da professora D. Felicidade de Macedo eram eventos bastante elogiados, ressaltando a importância desses professores para o Ensino de Desenho, bem como para a educação paulista.

O estudo da estrutura curricular da referida escola no tempo recorte indicou que o Ensino de Desenho na Escola Normal da Capital compunha atividades de cunho pedagógico, pois estava associado às práticas de ensino; contudo, a partir de 1890, as disciplinas passaram a manifestar um caráter mais prático, com uma formação mais humanística.

No ano de 1892, o currículo era enciclopédico, voltado a valorizar o aproveitamento do curso durante os estudos, colocando a matéria de Desenho nos 1º e 2º anos, via em regra vinculada à matéria de Caligrafia, havendo anos com apenas a matéria de Desenho na estrutura curricular. Já na estrutura curricular de 1921, a matéria de Desenho permaneceu na estrutura curricular, enquanto a matéria de Caligrafia foi excluída; ainda sobre o momento, este foi o ano

em que não houve mais a separação de turmas por sexo. A matéria de Desenho na Escola Normal da Capital manteve-se presente até a estrutura curricular de 1927.

A pesquisa em torno do percurso do Ensino de Desenho na Escola Normal da Capital provocou questionamentos quanto ao fato de outras Escolas Normais realmente seguirem o modelo colocado pela Escola Normal da Capital, principalmente no findar da década de 1920.

Ademais, analisando os registros sobre os professores de Desenho substitutos, verificou-se que praticamente todos aqueles que passaram pela Escola Normal da Capital possuíam saberes acerca do Ensino de Desenho; no entanto, ao ponderar tais vestígios, não foram encontrados dados sobre outros concursos referentes ao cargo de professor de desenho da referida escola, outro ponto que cabe questionamentos, principalmente naquilo que corresponde ao Ensino de Desenho após a aposentadoria dos professores concursados em 1888.

Quanto aos *Anuários do Ensino do Estado de São Paulo*, permitiram constatar a preocupação no que tange ao método empregado nas aulas de Desenho nas Escolas Normais, para a formação do professor do ensino primário, para a utilização dos desenhos nas aulas usando o quadro negro de forma rápida, pois o desenho é considerado um facilitador para o entendimento do aluno nas lições das outras matérias.

Sobre o ambiente das aulas de desenho na Escola Normal da Capital, foram localizadas três fotografias que mostram as aulas dos professores Dr. Thomaz de Lima e D. Felicidade de Macedo no Ensino Normal, sendo factível assinalar que há notórias diferenças entre uma e outra turma; ou seja, as alunas de D. Felicidade de Macedo e os alunos do Dr. Thomaz de Lima posicionam-se de maneira nitidamente desigual, o que aquiesce evidências sobre a cultura escolar estabelecida na Escola Normal da Capital. Intrinsecamente, o espaço das aulas de Desenho é uma forma de aprendizado, pois, num aula ao ar livre, o aluno possuía um contato maior com o objeto a ser representado, destacando a ação do Desenho Livre.

Em derradeiro, salientam-se os propósitos desta pesquisa em focalizar, despertar e alertar para as práticas presentes no Ensino de Desenho da Escola Normal da Capital no recorte compreendido entre 1887 e 1927; do mesmo modo, as discussões que envolvem o tema, o processo de entrada dos professores de Desenho da referida escola e seus saberes, pois é uma instituição cujo fito está na formação do professor para o ensino primário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J. S. Currículos da Escola Normal Paulista (1846-1920): revendo uma trajetória. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília. V. 76, n. 184, p.665-689, set/dez. 1995.
- ALMEIDA, J. S. **Mulher e educação: a paixão pelo possível** (Prismas). São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- ALMEIDA, J. S. **A formação de professores em São Paulo (1846-1996): a prática de ensino em questão** (Coleção memória da educação). Campinas: Autores Associados, 2016.
- BARBOSA, R. **Reforma do Ensino Secundário e Superior**. Volume IX, tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1882.
- BARBOSA, R. **Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública**. Obras Completas. Vol. X, tomo I ao IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1883.
- BORGES, A. C. **Desenho Linear ou Elementos de Geometria Pratica Popular seguidos de algumas noções de Agrimensura, Stereoetria e Architectura para uso das Escolas primaria e normaes, dos Lyceus e Collegios, dos Cursos de adultos, e em geral dos artistas operários em qualquer ramo de indústria**. 8. ed. Rio de Janeiro: Typ. Aillaud, Alves & Cia., 1882.
- BRAGA, T. *O ensino do desenho nas escolas públicas de S. Paulo*. **Revista Escolar**, jan., p. 45-51, 1926.
- CANTO, P. C. *Desenho*. **Revista de Ensino**, janeiro, p. 767-770, 1906.
- CARVALHO, M. M. C. *Pedagogia Moderna, Pedagogia da Escola Nova e Modelo Escolar Paulista*. In: CARVALHO, M. M. C. & PINTASSILGO, J. **Modelos Culturais, Saberes Pedagógicos, Instituições Educacionais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, p. 185-209, 2011.
- CATANI, D. B. **Imprensa Periódica Educacional e O Estudo do Campo Educacional**. Minas Gerais, v. 10, n. 20, p. 115-130, 1996.
- DIAS, M. H. *Escola Normal de São Paulo do Império: Entre a metáfora das luzes e a história republicana*. In: ARAÚJO, J. C. S., FREITAS, A. G. B. & LOPES, A. P. C. **As Escolas Normais no Brasil: do Império a República**; Campinas: Alínea, p. 75-89, 2008.
- DIAS, M. H. **Professores da Escola Normal (1846-1890)**. São Paulo: Alínea, 2013.
- FALCO, R. *Como deve ser a sala de aula de desenho*. **Revista da Escola Normal de São Carlos**, nov., p. 13-17, 1916.
- FALCO, R. *A arte e o seu objecto*. **Revista da Escola Normal de São Carlos**, jun., p. 31-38, 1918.
- FALCO, R. *Fim do Desenho nas Escolas Primárias e Normais*. **Revista da Escola Normal de São Carlos**, jun., p. 86-94, 1920.

FREITAS, C. *Inspecção especial de Desenho: O ensino de desenho nas escolas normaes. Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*, 1926.

FREITAS, C. *Nos Arraiaes do Ensino: tendo como título o artigo O Ensino de Desenho nas Escolas Normaes. Revista Escolar*, nov., p. 70-76, 1926.

FREITAS, C. *Desenho natural. Revista de Ensino*, dez, p. 126-138, 1911.

GOLUMBEK, P. **Caetano de Campos: A Escola que mudou o Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

INOUE, L. M. **Entre livres e oficiais: a expansão do ensino normal em São Paulo (1927-1933)**. 156 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

LIEBANA, E. M. **A Importância da escola para a Comunidade de Imigrantes Italianos de São Caetano**. São Caetano do Sul. Editora: Fundação Pró-Memória, 2001.

MONARCHA, C. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

MONARCHA, C. **Revistas de Educação e Ensino**, São Paulo (1892-1944). Recuperado de <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/567.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2016, 2015.

MANIERI, T. M. *A formação de professores na antiga Escola Normal da cidade de São Carlos (1911-1945)*. In: **Anais do V Congresso brasileiro da educação**, 2008, Aracaju. O ensino e a pesquisa em história da educação, vol. 01, 2008.

MOREAU, J. *A natureza, mestre de desenho: bancarrota do ensino oficial. Revista de Ensino*, jul., p. 16-21, 1906.

MORMUL, N. M & MACHADO, M. C. G. *Rui Barbosa e a Educação Brasileira: Os Pareceres de 1882. Cadernos de História da Educação*, v. 12, n. 1, p. 277-294, jan./jul. 2013.

MOTTA, L. **Antônio Parreiras: a trajetória de um pintor através da crítica de sua época**. 393f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Campinas, Campinas, 2006.

NASCIMENTO, R. A. **A Função do Desenho na Educação**. 214 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1999.

NERY, A. C. B. **A Sociedade de Educação de São Paulo: Embates no campo educacional (1922-1931)**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

N. M. E. N. S. *Theoria e pratica do desenho. Revista de Ensino*, set., p. 23-30, 1913.

OZELIN, J. R. **Periódicos Educacionais da Escola Normal de São Carlos: Educação Moral, Civismo e Higiene (1911-1923)**. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PAYÃO, M. *Um pouco de cores. Revista A Eschola Publica*, jul., p. 02, 1893.

PENTEADO, J. A. **A consciência didática do pensamento pedagógico de Rui Barbosa**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PINGREGON, R. *Natureza, mestre de Desenho: Segundo Congresso Internacional*. **Revista de Ensino**, setembro, p. 57-59, 2016.

PINTO, A. A. (2002). **A Eschola Publica** – Uma análise da Pedagogia Paulista no Período Republicano. Recuperado de http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/002_adriana_aparecida_pinto.pdf. Acesso em: 05 fev. 2017.

PINTO, D. M. Relatório sobre o estado da instrução pública provincial no ano de 1852. Apresentado ao exmo. Presidente da província pelo inspetor geral da mesma instrução pública. O bacharel formado Diogo de Mendonça Pinto. São Paulo, Tipografia 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853.

R. A. *O desenho na Escola*. **Revista de Ensino**, jul., p. 26-28, 1907.

REIS FILHO, C dos. **A educação e a ilusão liberal**. São Paulo. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.

REIS JUNIOR, J. C. B dos. 1911-1912.

ROCCA, R. Um pouco de desenho por D. R. Angsburg. **Revista de Ensino** da Associação Beneficente do Professorado Publico de São Paulo, p. 280-286, 1903.

ROCCA, R. *Em classe e para classe: o ensino do desenho – observações gerais – método processos*. **Revista de Ensino** da Associação Beneficente do Professorado Publico de São Paulo, mar., p. 63-73, 1912.

ROCCA, R. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo**. 1913.

RODRIGUES, J. L. *Exposições escolares*. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo**, p. 49-66, 1907-1908.

SANTOS ROCHA, M. A. de; MONARCHA, C. **Ensino normal em São Paulo, 1846-1963: inventário de fontes**. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

TANURI, L. M. **O Ensino Normal no Estado de São Paulo: 1890-1930**. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1979.

TOLOSA, B. M. *Primeiras Lições de Desenho I*. **Revista A Eschola Publica**, jul., p. 02-03, 1893.

TOLOSA, B. M. *Primeiras Lições de Desenho X*. **Revista A Eschola Publica**, jun., p. 85-86, 1894.

THOMPSON, O. *O uso dos modelos. Guia do professor para O estudo da Fôrma e Desenho nas Escolas Primarias I*. **Revista A Eschola Publica**, p. 35-40, 1896.

THOMPSON, O. *O uso dos modelos. Guia do professor para O estudo da Fôrma e Desenho nas Escolas Primarias V*. **Revista A Eschola Publica**, p. 301-305, 1897.

TRINCHÃO, G. M. C. *Além de ler, escrever e contar*. In: **V Congresso Brasileiro da Educação**, Aracaju. O ensino e a pesquisa em história da educação, v. 01, 2008.

VEZZANI, I. N. **Jornal Quinze de Novembro: forças educativas entre espaços de experiências e horizontes de expectativa**. 333f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

VIDAS, D. G. *No interior da sala de aula: ensaio sobre a cultura e práticas escolas*. In: **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, p. 25-41, 2009.

Jornais

A Província de São Paulo de 21 de dezembro de 1882.

A Província de São Paulo de 19 de março de 1889.

A Província de São Paulo de 08 de fevereiro, 22 de setembro de 1917.

Correio Paulistano de 12 de maio, 06, 08 de novembro de 1855.

Correio Paulistano de 19 de março de 1869.

Correio Paulistano de 14 e 15 de maio de 1883.

Correio Paulistano de 22, outubro, 07 de dezembro de 1886.

Correio Paulistano de 28 de agosto, 02, 18 de setembro, 10 de novembro de 1887.

Correio Paulistano de 17 de janeiro, 06, 16 de março, 9, 13, 15, 18 e 27 de maio, 19 de junho, 18, 19, 20, 21, 22, 31 de julho, 18 de agosto, 13, 25 de setembro de 1888.

Correio Paulistano de 01 de agosto de 1890.

Correio Paulistano de 04 de abril de 1891.

Correio Paulistano de 27 de agosto de 1892.

Correio Paulistano de 09 de junho de 1895.

Correio Paulistano de 23 de setembro de 1906.

Correio Paulistano de 10 de dezembro de 1907.

Correio Paulistano de 07 de março de 1908.

Correio Paulistano de 21 de novembro de 1909.

Correio Paulistano de 17 de fevereiro de 1910.

Correio Paulistano de 29 de novembro de 1911.

Correio Paulistano de 03 de agosto, 21 de dezembro de 1913.

Correio Paulista de 27 de outubro de 1914.

Correio Paulistano de 12 e 21 de março, 10 de maio, 07 de setembro de 1916.

Correio Paulistano de 03 de abril de 1917.

Correio Paulistano de 17 de abril, 27 de setembro de 1920.

Correio Paulistano de 18 de julho de 1929.

Correio Paulistano de 02 de agosto de 1930.

Correio Paulistano de 04 de dezembro de 1938.

Correio Paulistano de 03 de dezembro de 1940.

Leis e Decretos:

Decreto nº 201, de 06 de junho de 1891.

Projeto Lei PL0142-1992.

Manuscrito:

Programa de Ensino de Desenho, escrito pelo professor da cadeira de Desenho e Caligrafia da seção masculina da Escola Normal da Capital, em 1888. AESP.